

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Colecções Coloniais de Arqueologia
Passado, Presente e Futuro

Patrícia Augusto dos Santos

Relatório de Estágio

Orientado pelo Professor Doutor João Pedro Cunha Ribeiro (FLUL) e
co-orientado pela Mestre Ana Godinho Coelho (MUHNAC),
especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em
Arqueologia

2021

Agradecimentos

Começo por agradecer ao meu orientador Professor Doutor João Pedro Cunha Ribeiro, por me ter desafiado com o tema das Coleções Coloniais de Arqueologia, pela partilha de conhecimentos e por me ter concedido o privilégio de realizar o presente Relatório de Estágio.

Ao MUHNAC, nomeadamente à Dra. Marta Lourenço, pela possibilidade na parceria de realização do Estágio e permissão para o estudo das colecções de arqueologia e, especialmente, à Dra. Ana Godinho Coelho, investigadora desta instituição, pela disponibilidade na co-orientação do trabalho aqui apresentado e pelo apoio nas informações fornecidas baseadas na sua experiência profissional com estas colecções. Também a Branca Moriés do Departamento de Bibliotecas/Arquivo Histórico da UL, pela disponibilidade no acesso ao Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pela disponibilização das instalações adequadas, espaços de trabalho e acolhimento para estudo deste magnífico acervo arqueológico.

Agradeço ainda a todos os investigadores que dedicam o seu tempo a aprofundar e a partilhar os seus conhecimentos sobre um tema tão abrangente quanto aliciante como o aqui apresentado.

Abordar o tema das colecções recolhidas nas missões científicas, lembrou-me o quanto a História nos ensina a entender o presente e a admirar a dedicação que tantos empreenderam para preservar um legado que nos compete agora a nós perpetuar e dar o merecido valor.

Espero com o presente trabalho reforçar o quanto há ainda por fazer no futuro.

Agradeço também a todos os amigos que me acompanharam e incentivaram durante a sua elaboração e em especial à minha mãe e irmã, cujo apoio incondicional me deu força para alcançar esta etapa e com quem partilhei ideias, incertezas e concretizações, e também ao meu querido pai que esteve sempre comigo em pensamento.

Obrigada

Resumo

As colecções coloniais de arqueologia recolhidas ao longo das missões científicas do século XX em antigos territórios ultramarinos, constituem um património único, cujo estudo exaustivo ainda se encontra por concluir.

O interesse generalizado em finais do século XIX pela exploração do continente africano nas mais variadas áreas, proporcionou durante o século seguinte um aumento exponencial da produção científica aliada à recolha de materiais arqueológicos que foram sendo integrados em colecções com várias proveniências e progressivamente reunidas através dos esforços daqueles que reconheceram nesses artefactos o valor científico que estes detêm para o conhecimento da Pré-História naqueles territórios.

Atendendo ao longo período de ocupação das ex-colónias portuguesas, importa reflectir nos factores que estiveram na origem destas recolhas de campo, na produção científica resultante dessas intervenções e no destino dos materiais recolhidos, aos quais impera no início do século XXI definir um novo rumo.

O valioso acervo, incomparável a nível nacional e internacional, que constitui as colecções coloniais de arqueologia, está actualmente sob gestão da Universidade de Lisboa, procurando agora alargar o seu campo de acção, abrindo os espaços das reservas a um maior número de investigadores e alunos, o qual tem crescido na última década, mas também divulgá-lo junto do público, tornando-o cada vez mais acessível a todos aqueles que tenham interesse no estudo e conhecimento destes testemunhos.

Aqui é apresentado o trabalho encetado para que esta nova fase na vida das colecções siga os trâmites necessários para a continuação do seu reconhecimento, enquanto património de pesquisa e consulta e sobretudo enquanto património gerador de conhecimento mundial.

Palavras-Chave: Colecções/ Arqueologia/ Territórios Ultramarinos/ Conhecimento / Divulgação

Abstract

The colonial archeology collections collected during the 20th century scientific missions in ancient overseas territories, constitute a unique heritage, whose exhaustive study has yet to be concluded.

The widespread interest at the end of the 19th century in the exploration of the African continent in the most varied areas, provided during the following century an exponential increase in scientific production combined with the collection of archaeological materials that were integrated into collections of various origins and progressively gathered through efforts of those who recognized in these artefacts the scientific value they hold for the knowledge of Prehistory in those territories.

Given the long period of occupation of the former Portuguese colonies, it is important to reflect on the factors that led to these field collections, on the scientific production resulting from these interventions and on the fate of the collected materials, which prevailed in the beginning of the 21st century to define a new direction .

The valuable collection, incomparable at national and international level, which constitutes the colonial archeology collections, is currently in management of the University of Lisbon, now seeking to widen its field of action, opening up the spaces of the reserves to a greater number of researchers and students, which has grown in the last decade, but also disseminates it to the public, making it increasingly accessible to all those interested in the study and knowledge of these testimonies.

Here is presented the work undertaken so that this new phase in the life collections follows the necessary steps for the continue recognition, as a heritage of research and consultation and above all as a heritage generator of world knowledge.

Keywords: Collections/ Archaeology/ Overseas Territories/ Knowledge / Promotion

Índice

Agradecimentos	
Resumo	i
Abstract	ii
Lista de Abreviaturas	iv
Índice de Figuras e Tabelas	v
Apresentação	1
1. Introdução	2
1.1. Objectivos e Metodologia	3
<u>PARTE I</u>	
2. As Missões Ultramarinas dos séculos XIX e XX: Enquadramento Histórico	4
2.1. As Missões Científicas	9
2.1.1. Missão Antropobiológica a Moçambique (MAM)	9
2.1.2. Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG)	11
2.1.3. Missão Antropológica de Angola (MAA)	12
2.1.4. Missão Antropológica de Timor (MAT)	13
2.1.5. Missão de Estudos Arqueológicos ao Sudoeste de Angola (MEASA)	15
2.1.6. Missão da Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia do Vale do Zambeze (BEPAVZ)	16
2.2. Reflexão histórico-política	18
<u>PARTE II</u>	
3. As colecções coloniais de arqueologia à guarda do IICT	32
3.1. O Arquivo	41
4. Características das colecções arqueológicas	61
5. Publicações, projectos e divulgação: durante IICT e IICT/MUHNAC	76
<u>PARTE III</u>	
6. As colecções coloniais de arqueologia à guarda da FLUL	103
6.1. Área de reserva acessível à investigação académica e científica	106
6.2. Laboratório e Gabinete	112
7. Considerações finais	118
8. Bibliografia	120
9. Anexos	129

Lista de Abreviaturas por Ordem Alfabética

BEPA – Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia

BEPAVZ – Missão da Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia do
Vale do Zambeze

CPHA – Centro de Pré-história e Arqueologia

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IA – Instituto de Antropologia (da Universidade do Porto)

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

JICU – Junta das Missões Científicas do Ultramar

JIU – Junta de Investigações do Ultramar

JMGIC – Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais

LNICT – Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical

MAA – Missão Antropobiológica de Angola

MAE – Missões Antropológicas e Etnológicas

MAEG – Missão Antropológica e Etnológica da Guiné

MAM – Missão Antropológica de Moçambique

MAT – Missão Antropológica de Timor

MEASA – Missão de Estudos Arqueológicos ao Sudoeste de Angola

MMG-FCUL – Museu de Mineralogia e Geologia da Faculdade de Ciências da
Universidade de Lisboa

MNAA – Museu Nacional de Arqueologia de Angola

MUHNAC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência

NEPHA – Núcleo de Estudos de Pré-História Antiga

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Nota:

O presente Relatório de Estágio não foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Índice de Figuras e Tabelas:

Fig. 1 - Carta Manuscrita do Capitão José Augusto Correia de Campos (Fonte: Arquivo do IICT/MUHNAC)	14
Fig. 2 - Álbum-Catálogo de propaganda da «1ª Exposição Colonial Portuguesa» (Fonte: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/)	21
Fig. 3 - Boletim «Ultramár: órgão oficial da I Exposição Colonial» (Fonte: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/)	21
Fig. 4 - Poster com ilustração das várias competências da “Secção de Pré-História e Arqueologia” (Fonte: Sala de Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	33
Fig. 5 - Reestruturação realizada por Miguel Ramos no CPHA (Fonte: SANTOS, 2015: 16)	33
Fig. 6 - Organigrama da “Secção de Pré-História e Arqueologia” (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	34
Fig. 7 - Gabinete do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC: arquivo de documentos (à esquerda), poster exposto com fotografia de Miguel Ramos (em cima à direita), cadernos de Campo de Miguel Ramos (ao meio à direita) e arquivo de fichas de campo (em baixo à direita)	42
Fig. 8 - Relatório elaborado por Miguel Ramos referente à MEASA (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	44
Fig. 9 - “Relatório da Actividade durante o ano de 1966 e 1º semestre de 1967 e Plano de Trabalhos a realizar em 1968” (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	45
Fig. 10 - Ofício datado de 6 de Junho de 1967 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	46
Fig. 11 - Documento de pedido de compra das estantes metálicas de suporte aos tabuleiros das colecções arqueológicas (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	47
Fig. 12 - Documento de autorização para compra das estantes metálicas de suporte aos tabuleiros das colecções arqueológicas (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	47
Fig. 13 - Resposta a ofício, datado de 28 de Maio de 1973 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	50
Fig. 14 - Carta escrita por Santos Júnior (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	50
Fig. 15 - Notícia sobre os “Espólios sepulcrais Timorenses” integrados nas colecções (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	51
Fig. 16 - Carta dirigida ao Sr. Capitão Correia de Campos (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	51
Fig. 17 - Ofício datado de 16 de Março de 1976 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	52
Fig. 18 - Declaração sobre a doação de cinco vasos cerâmicos de Angola ao CPHA-IICT (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	58
Fig. 19 - Ofício para transferência dos materiais arqueológicos datado de 11 de Janeiro de 1988 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	59
Fig. 20 - Ofício datado de 11 de Maio de 1988 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)	60
Fig. 21 - Tabuleiros de madeira nos quais se encontram acondicionados os materiais arqueológicos das colecções, na FLUL	62
Fig. 22 - Nova numeração atribuída aos tabuleiros aquando da transferência das colecções para a FLUL, a vermelho e sublinhado, mantendo a referência anterior	63
Fig. 23 - Registo em Excel efectuado por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto aquando da transferência das colecções do IICT para a FLUL	64
Fig. 24 - Artefactos de Santo António Capangombe (MEASA)	70
Fig. 25 - Referência à “Lança de sílex” proveniente de Angola, no XVIII volume de «O Archeologo Português» (1913)	71
Fig. 26 - “Lança de Sílex” com indicação do local de recolha e oferta	72

Fig. 27 - Pormenor da ficha que acompanhava este artefacto aquando da doação	72
Fig. 28 - Brochura de divulgação da «1ª Exposição Colonial Portuguesa», no Porto em 1934 (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, https://purl.pt/22849/3/#/1)	78
Fig. 29 - Mapa da «Exposição do Mundo Português», Lisboa (1940) (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, https://purl.pt/28025/1/index.html#/1/html)	79
Fig. 30 - Capa dos exemplar n.º 1 da revista «LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia»	83
Fig. 31 - Capas dos exemplar n.º 8 (último) da revista «LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia»	83
Fig. 32 - Cartaz de divulgação do Colóquio Internacional	87
Fig. 33 - Programa do 8º Seminário «Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos» (2014)	91
Fig. 34 - Ilustração do Poster: “Estações Arqueológicas de Angola: na senda do passado, uma rota para o futuro”	94
Fig. 35 - Poster divulgado pela UNIARQ (2019)	97
Fig. 36 - Programa do ciclo «Arqueologia em Construção 6» realizado na FLUL	98
Fig. 37 - Programa, onde se incluiu a apresentação “Colecções da Arqueologia Colonial Portuguesa: um projecto adiado”	100
Fig. 38 - Banner da apresentação do Projecto “ArqGeo” no âmbito do «Museu Escondido» do MUHNAC	101
Fig. 39 - “CIEA11”	102
Fig. 40 - Arquivos do ex-IICT na FLUL	104
Fig. 41 - Colecções coloniais de arqueologia em depósito nas oficinas da FLUL	105
Fig. 42 - Espaço para a área de reserva das colecções na nova sala, localizada por baixo do NEPHA	107
Fig. 43 - Desenho em planta da organização da nova sala das colecções coloniais de Arqueologia	107
Fig. 44 - Trabalhos de acondicionamento dos tabuleiros nas oficinas da FLUL	108
Fig. 45 - Permanência dos tabuleiros nas oficinas, após terem sido acondicionados, enquanto aguardavam a mudança	109
Fig. 46 - Transferência dos armários das colecções e das caixas com materiais mais frágeis, para a nova sala	110
Fig. 47 - Transporte dos tabuleiros	110
Fig. 48 - Trabalhos de colocação dos tabuleiros nas estantes, já na nova sala	111
Fig. 49 - Aspecto geral da nova sala durante os trabalhos de colocação dos tabuleiros	111
Fig. 50 - Atribuição da nova placa de identificação para a sala das colecções coloniais de arqueologia	112
Fig. 51 - Divulgação pela UNIARQ da primeira acção desenvolvida no âmbito da creditação da disciplina “Trabalho de Campo e Laboratório”	112
Fig. 52 - Ficha utilizada para a classificação dos materiais líticos	113
Fig. 53 - Área de reserva, durante o decurso das duas acções	114
Fig. 54 - Primeiro turno do “Trabalho de Campo e Laboratório”: área de estudo e/ou investigação, durante o decurso da acção	114
Fig. 55 - Divulgação efectuada pela UNIARQ, no âmbito do “Dia Aberto UNIARQ-FLUL” inserido nas «Jornadas Europeias da Arqueologia 2021»	115
Fig. 56 - Divulgação das acções em curso nas redes sociais	116
Tabela 1 - Percentagem e número de tabuleiros relativos à proveniência	65
Tabela 2 - Representação gráfica da quantidade de tabuleiros com artefactos das colónias ultramarinas	68
Tabela 3 - Quantidade de artefactos recolhidos em territórios ultramarinos	69

Apresentação

O presente trabalho integra o «Relatório de Estágio» para a obtenção do grau de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sob o tema das “Colecções Coloniais de Arqueologia”, cujo espólio esteve à guarda do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) durante várias décadas, este estudo surge no âmbito da sua recente integração na Universidade de Lisboa¹, sob gestão integrada com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), encontrando-se actualmente depositado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Desta forma, o presente trabalho desenvolveu-se com a realização de um Estágio em colaboração com o MUHNAC, com a orientação do responsável pela curadoria da colecção de arqueologia do IICT/MUHNAC e Professor da FLUL, João Pedro Cunha Ribeiro e também com o apoio de Ana Godinho Coelho, investigadora do MUHNAC, como co-orientadora de mestrado.

Este tema impõe-se numa altura em que urge definir trajectos que impulsionem activamente estas colecções na investigação científica e académica, de modo a conferir um maior destaque para o conhecimento científico do seu conjunto a um nível mais abrangente e de acesso global.

As recentes fases de mudança que lhes foram impostas, têm determinado uma atenção mais notória para com estes materiais por parte dos investigadores, alertando para a importância do seu estudo de modo a salvaguardar este património. Com este objectivo, têm sido desenvolvidos projectos de investigação através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), bem como teses académicas de mestrado e doutoramento, contribuindo nas últimas décadas para o aumento da produção científica, visando a preservação destas colecções e recorrendo a novas formas de visibilidade e divulgação.

Os materiais que constituem as colecções, têm em si uma extensa história, a qual foi sendo progressivamente definida ao longo dos anos a par dos interesses políticos, económicos e culturais da metrópole portuguesa, como detentora dos territórios ultramarinos, a qual importa evocar para a compreensão do percurso destes testemunhos.

¹ Diário da República – 1ª série, N.º 148 de 31 de Julho de 2015; Decreto-Lei N.º 141/2015

De igual modo, é fundamental reunir as condições necessárias para a sua conservação e preservação, constituindo o presente trabalho um primeiro passo nesse sentido.

1. Introdução

O presente «Relatório de Estágio», realizou-se em parceria com o MUHNAC, integrado na Universidade de Lisboa e desenvolveu-se entre os dias 15 de Dezembro de 2020 e 15 de Julho de 2021, num total de 252 horas práticas.

Encontrando-se as colecções coloniais de arqueologia depositadas nas instalações da FLUL, o Estágio realizou-se maioritariamente neste local e também no MUHNAC, nomeadamente, para consulta do Arquivo do Centro de Pré-História e Arqueologia (CPHA) do IICT.

Numa primeira abordagem ao conjunto das colecções ressalta imediatamente a quantidade de materiais que as constituem, estando a eles inerente a longa História que direccionou o seu percurso durante o último século, não sendo portanto pretensão do trabalho aqui apresentado ser um estudo exaustivo.

Desta forma, procurou-se abordar as colecções arqueológicas através do seu enquadramento histórico, aludindo sumariamente à origem das recolhas efectuadas e dos principais responsáveis por essas intervenções e ainda elaborar uma breve reflexão histórica atendendo aos factores económicos e políticos que determinaram o seu trajecto.

É também aqui realçada a importância das instituições que impulsionaram este acervo, evocando ainda o trabalho desenvolvido por quem esteve na origem da reunião das condições necessárias para que se perpetuasse este legado como um conjunto, recorrendo para isso também a documentos que complementam essa actuação.

De forma sucinta, são descritas as características gerais dos materiais que representam estas colecções, fazendo a respectiva referência à organização implementada no depósito actual.

Considerando o contributo indispensável da produção científica existente para a compreensão destes testemunhos, parte dos quais se encontravam inéditos até há pouco tempo, é também apresentada a progressão que os estudos científicos sobre o tema evidenciam, através de projectos desenvolvidos, publicações científicas, teses e

dissertações de âmbito académico, divulgação realizada por e através de diferentes meios de comunicação, procurando mencionar de um modo geral aqueles que mais se destacaram.

Finalmente, para uma eficaz execução das tarefas necessárias a desenvolver no âmbito da determinação de classificações e tipologias, são descritas as acções levadas a cabo para que estas colecções, presentemente em depósito na FLUL, detivessem as condições adequadas para o desenvolvimento da investigação científica e académica, no intuito de projectá-las numa nova fase de disponibilização e partilha de conhecimentos, que se pretende para um futuro com maior reconhecimento e valorização deste património inigualável.

1.1. Objectivos e Metodologia

Atendendo à importância que as colecções coloniais detêm enquanto conjunto arqueológico, como testemunho da Pré-História dos territórios ultramarinos, comparativamente a outros países europeus no que concerne à qualidade e quantidade evidenciada, era altura de criar as condições necessárias em termos de disponibilização e acessibilidade destes materiais à comunidade científica e académica de forma mais eficaz.

Face ao depósito dos últimos anos nas instalações da FLUL, procurou-se encontrar uma forma mais adequada para o seu acolhimento. Seguindo este objectivo, foram providenciadas as acções logísticas para esse efeito, através da iniciativa do Professor João Pedro Cunha Ribeiro, que encetou as diligências necessárias no sentido da disponibilização de um espaço apropriado para o depósito deste património arqueológico, sob a gestão do MUHNAC.

Reunidas as condições físicas para a nova acomodação das colecções e estabelecido o plano de organização desta tarefa, procedeu-se à transferência das mesmas para a nova sala, num trabalho que contou integralmente com acompanhamento presencial.

A abordagem aos artefactos, dado o seu número elevado, concentrou-se nas características gerais destes materiais, procurando levar a cabo uma descrição baseada no inventário existente e através do contacto directo com os mesmos.

Atendendo à amplitude do tema e não se pretendendo um estudo exaustivo neste trabalho, efectuou-se a pesquisa bibliográfica, através de fontes primárias e secundárias de modo a enquadrar o percurso destas colecções e elaborar uma reflexão sobre o mesmo. De igual modo, procedeu-se à pesquisa respeitante à divulgação efectuada nas últimas décadas até ao presente e com uma maior visibilidade, através dos meios de comunicação que privilegiaram a informação direccionada ao público em geral.

Por fim, destaca-se uma acção pioneira para estas colecções inserida no âmbito curricular da FLUL, nomeadamente, através da realização de um laboratório de estudo de aprendizagem integrado na disciplina de “Trabalho de Campo e Laboratório” da Licenciatura em Arqueologia, o qual proporcionou o contacto directo com os materiais através da análise, medição e classificação efectuada pelos alunos.

Conclui-se deste modo, com o arranque de uma nova etapa deste património arqueológico, ao serviço da ciência e do conhecimento, reforçando o seu enorme potencial como legado de indiscutível valor.

PARTE I

2. As Missões Ultramarinas dos séculos XIX e XX: Enquadramento Histórico

Com o interesse europeu instaurado em finais do século XIX pelas colónias africanas, aliado às descobertas científicas relacionadas com a evolução do Homem moderno, desponta subitamente no seio político e erudito português, a necessidade de conhecer de uma forma efectiva os recursos existentes nas colónias ultramarinas que estavam sob o seu domínio.

Apesar da história secular portuguesa ligada ao continente africano, o facto é que havia um grande desconhecimento desses territórios, sobretudo nas zonas do interior.

Neste cenário, nascia na capital no ano de 1875, à semelhança de outras cidades europeias, a «*Sociedade de Geographia de Lisboa*», assumindo-se como a primeira grande impulsora das primeiras expedições efectuadas e na fixação de fronteiras territoriais, desempenhando um papel de destaque na produção cultural, divulgação e

debate, através da realização de congressos e colóquios, mas também ao nível da educação (AIRES-BARROS, 2015).

No ano seguinte, em 1876, era instituída a «*Comissão Central Permanente de Geographia*», sucedendo-se em 1883 a nomeação da «*Comissão de Cartographia*», com o objectivo de elaborar uma colecção de cartas geográficas (à escala de 1: 200.000) para o reconhecimento dos territórios das possessões ultramarinas e simultaneamente inventariar os recursos existentes.

Tornava-se fundamental obter informação expressa em cartas geográficas com a representação das colónias, facto que levaria à publicação da «*Carta de África Meridional Portuguesa*» (à escala de 1: 6.000.000), integrando Angola, Moçambique e territórios intermédios (LOBATO, 2010).

«Na altura ganhava cada vez maior relevo a questão dos territórios do ultramar, urgia fazer o reconhecimento dos seus variados aspectos geográficos, etnográficos, históricos, económicos, estatísticos, e tantos outros, acentuavam-se os sinais de cobiça das potências europeias, adensavam-se os conflitos que haveriam de levar (...) à célebre Conferência de Berlim (1884-1885), em que se definiram os princípios da partilha da África e o estabelecimento da sua carta política» (AMARAL, 1983: 327).

Face aos conflitos gerados na sucessão do “mapa cor-de-rosa” e ao *Ultimatum* de 1890, exigindo uma presença efectiva naqueles territórios, foram estabelecidas as primeiras expedições científicas, com o intuito de obter o maior conhecimento nas mais variadas áreas, nomeadamente, no âmbito da Antropologia, Geografia, Geologia, Biologia, Botânica, Zoologia, Pedologia, entre outras, constituindo acervos únicos de valiosa importância científica e riqueza patrimonial (AA.VV., 2010). A consulta desta informação, torna-se ainda hoje indispensável para o estudo destes territórios, concentrando na descrição recolhida e nos diversos e inúmeros testemunhos um extraordinário detalhe.

Simultaneamente, no cenário nacional, na altura sob a designação de «Museu Etnográfico Português» e mais tarde «Museu Etnológico Português», era constituído o Museu Nacional de Arqueologia, fundado em 1893 por José Leite de Vasconcelos (1858-1941), com o objectivo de recolher todas as manifestações culturais das comunidades humanas desde a época Pré-Histórica no território português (PEREIRA E., 2017). Seria porém, a partir de 1930 que se viria a registar uma crescente afirmação da arqueologia portuguesa (FABIÃO, 1999).

Finalmente, em 1936, com a instituição da «Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais» (JMGIC) pelo Decreto-Lei 26.180 (de 7 de Janeiro)², impulsionada por António Augusto Mendes Correia (1888-1960), Professor de Antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, é determinada a realização da primeira «Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique» (MEAM), criada pelo Decreto-Lei n.º 26.842 (de 28 de Julho) e dirigida por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990).

Embora o objectivo principal das missões antropológicas não fosse a arqueologia – *“Estas missões tinham como principal objetivo a recolha de dados antropométricos das populações locais, sendo que, ainda que com carácter secundário, foram também efetuadas observações e recolha de dados etnográficos e arqueológicos”* (COSTA, 2020: 35) – a evidência dos artefactos testemunhava a antiguidade do Homem nestes territórios, o que suscitava fortemente o interesse de vários académicos e eruditos da metrópole (*vide* SEVERO, 1890; PEREIRA, 1908; VASCONCELOS, 1913). Este facto possibilitou a identificação de vários sítios arqueológicos e a recolha de diversos artefactos Pré-Históricos.

Os resultados obtidos das recolhas de superfície e das escassas escavações realizadas testemunhavam o potencial da arqueologia, permitindo deste modo o destaque de Portugal no âmbito académico europeu, através da participação em congressos científicos internacionais, colmatando assim o atraso científico relativamente a outros países.

Todavia, face ao urgente acelerar do progresso das colónias, o qual implicava uma prioridade aos estudos físicos e raciais dos autóctones, a arqueologia perde importância no estabelecimento da segunda missão a Moçambique, em 1937-38, ficando a sua continuidade adiada pelo início da Segunda Guerra Mundial.

Em 1940, numa estratégia de propaganda política, realiza-se em Lisboa um importante acontecimento no país com o objectivo de comemorar o Estado Novo, em fase de consolidação – aliada também à celebração da Fundação do Reino de Portugal (1140) e da Restauração da Independência (1640) – mas fundamentalmente com o intuito de manifestar uma condição de estabilidade face à guerra na Europa. Este acontecimento marcante, manifestado com a realização da «Exposição do Mundo Português», desenvolvida na sucessão da «1ª Exposição Colonial Portuguesa» (1934) e de outras

² <https://dre.pt/application/file/463544>

exposições internacionais nas quais Portugal havia participado, destacava a glória do país em congressos, cerimónias e espectáculos, com pavilhões temáticos alusivos aos Descobrimientos e à História colonial.

Em 1941, é então elaborado um plano de estudos antropológicos coloniais para os anos seguintes, sob solicitação da JMGIC, retomando-se novamente as missões científicas, em 1945. Através do novo Decreto-Lei n.º 34.478 (de 3 de Abril de 1945) assume a designação de «Missão Antropológica de Moçambique» (MAM), sendo aqui estabelecidos os objectivos fundamentais das missões antropológicas³; por sua vez, o Decreto-Lei 35.395 (de 26 de Dezembro de 1945), “...reorganiza a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais de acordo com as lições da sua experiência e tendo em consideração a importância cada vez maior das necessidades da investigação científica nas colónias portuguesas”⁴, assumindo a designação de «Junta de Investigações Coloniais» (JIC), onde “...estruturou em moldes inusitados a lei orgânica da Junta e constituiu (...) um marco decisivo na história da legislação portuguesa ultramarina nos domínios da investigação e da cultura”⁵.

Dado o crescente impulso na investigação das colónias e a necessidade de aplicar estas medidas também a outros territórios sob o domínio português, são iniciadas em 1945 (e estendendo-se até 1947) as «Missões Antropológicas e Etnológicas da Guiné» (MAEG), dirigidas por Amílcar de Magalhães Mateus (1911-1996?), com especial destaque para os testemunhos arqueológicos recolhidos na Gruta de Nhampassaré.

Com a continuidade da quarta e quinta MAM em 1946 e 1948, coube a vez de alargar o conhecimento científico também a Angola, originando a realização das «Missões Antropológicas a Angola» (MAA), sob a direcção de António de Almeida (1900-1984), as quais se prolongaram em 1950, 1952 e 1955, delegando para 1955/56 a sexta missão a Moçambique. Embora de uma forma menos emergente, este auge de expedições iria também abranger o território Timorense, em 1953 (estendendo-se até 1975), com as «Missões Antropológicas a Timor» (MAT).

Face ao interesse de desenvolvimento daqueles territórios, estabeleceu-se a nova designação para «Junta de Investigações do Ultramar» (JIU), desencadeando a criação do Instituto de Investigação Científica de Angola e de Moçambique, através do Decreto n.º 41.029 (de 15 de Março de 1957), bem como os Estudos Gerais Universitários de

³ <https://dre.pt/application/file/613575>

⁴ <https://dre.pt/application/file/463544>

⁵ (Decreto-Lei 583/73, de 6 de Novembro)

Moçambique, por Decreto-Lei nº 44.530 (de 21 de Agosto de 1962), passando em 1968 à categoria de Universidade, com a designação de Universidade de Lourenço Marques, actual Universidade Eduardo Mondlane.

Em 1966/67 é instituída uma nova missão, destinada a uma parte específica do território angolano, nomeadamente a «Missão de Estudos Arqueológicos no Sudoeste de Angola» (MEASA) chefiada por Miguel Ramos (1932-1991), a qual vai ser distinta das suas antecessoras pelo carácter propriamente arqueológico que a compunha.

Este investigador, desenvolveria ainda sob a sua chefia, em 1971 e 1972, a «Missão da Brigada de Estudos de Pré-história e Arqueologia do Vale do Zambeze» (BEPAVZ), a cargo da JIU, após ter sido solicitada a colaboração da Secção de Pré-História e Arqueologia nos trabalhos de construção da barragem de Cabora-Bassa (Moçambique).

Em 1973 é instituída (por Decreto-Lei 583/73 de 6 de Novembro) por necessidade de reforma, a alteração da designação da JIU para «Junta de Investigações Científicas do Ultramar» (JICU), definindo as suas atribuições ao exaltar a importância da pesquisa para o progresso científico, técnico e material dos povos.

Em 1979 é instituído o «Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical» (LNICT) (pelo Decreto-Lei nº 532/79, de 31 de Dezembro)⁶, com o objectivo de promover a investigação científica daquelas regiões.

Somente em 1982, pelo Decreto-Lei nº 105/82 (de 8 de Abril)⁷, surge o «Instituto de Investigação Científica Tropical» (IICT), tendo como de entre tantas outras atribuições, as de *“inventariar e organizar, em colaboração com os departamentos ministeriais competentes, o património de índole científica e técnica tropical existente em Portugal”* (AMARAL, 1983: 330), sendo tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Através da criação deste Instituto, Miguel Ramos assumirá um papel de destaque nos trabalhos para o estudo e investigação do espólio recolhido nas colónias ultramarinas, manifestando o desejo de reunir todas as colecções das ex-colónias num único espaço, através da criação do «Centro de Pré-História e Arqueologia», do qual foi fundador e primeiro director.

As várias circunstâncias que fragilizaram o IICT no final do século XX, levariam à extinção deste organismo, originando reacções diversas junto da comunidade científica. Neste sentido, destaca-se em 2013 a manifestação pública face à preocupação por parte

⁶ <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/231283/details/normal?l=1>

⁷ <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/607130/details/normal?l=1>

da Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM em defesa do trabalho desenvolvido pelo Instituto, evidenciada no comunicado: «Pela Preservação das Coleções e Património do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa», onde expressava a importância de “*encontrar soluções sustentáveis que não só preservem, mas também valorizem e tornem ainda mais relevante para a produção do conhecimento e promoção da cultura científica o importante património, as coleções e os arquivos do IICT*”⁸. Foi ainda referida a importância da sua preservação e continuidade, como património e acervo acessível à comunidade científica nacional e internacional e ao público em geral.

Por fim, em 2015, através do Decreto-Lei n.º 141/2015 (de 31 de Julho)⁹, a inevitável extinção do IICT leva à transferência das suas atribuições e património para a Universidade de Lisboa. As colecções de Arqueologia, sob gestão integrada do MUHNAC, são então confiadas para inventário e estudo ao «Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa» (UNIARQ/FLUL), onde permanecem.

2.1. As Missões Científicas

2.1.1. Missão Antropológica de Moçambique (MAM)

A realização da primeira missão científica, por determinação da JMGIC, foi desenvolvida no âmbito das «Missões Antropológicas e Etnológicas», no ano de 1936.

Em 1934, nas palavras de Santos Júnior, destacado para chefe das missões científicas, o mesmo reforça que: “*O estudo da arqueologia pré-histórica das nossas colónias teve (...) algumas pequenas notas (...). Se atentarmos na grande extensão das nossas colónias, pode dizer-se que isto é pouco, como bem pouco é aquilo que hoje vai sendo feito, que sendo alguma coisa mais, é ainda muito pouco em relação áquilo que podia e devia ser feito.*” (CASTELO, 2014: 15).

Este investigador relata na década de 1930 o desinteresse que a metrópole evidenciava pelas suas colónias, conhecendo-se apenas a existência de alguns artefactos em pedra,

⁸ <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5872>

⁹ <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/141/2015/07/31/p/dre/pt/html>

facto este também manifestado por Mendes Correia, questionando a ausência de culturas Pré-Históricas no território moçambicano face à sua presença no restante continente africano (CASTELO, 2014: 17).

Contudo, esta ausência seria rapidamente colmatada. Com efeito, durante as seis campanhas das MAM, desenvolvidas em 1936, 1937-38, 1945, 1946, 1948 e 1955-56, chefiadas por Santos Júnior e sob orientação de Mendes Correia, são localizadas cerca de 96 estações arqueológicas que abrangem toda a Pré-História, fazendo o reconhecimento sistemático de praticamente todo aquele território.

Embora as missões tivessem uma vertente marcadamente antropológica e a arqueologia não fosse o objectivo principal, procedeu-se à recolha de inúmeros artefactos.

Efectivamente, das estações arqueológicas registadas, noventa foram a partir da prospecção efectuada em recolhas de superfície, enquanto para a identificação das restantes seis estações procedeu-se à escavação¹⁰, embora sem uma metodologia própria. Contou-se também, com o levantamento de pinturas rupestres, que forneceram testemunhos de elevada importância para o conhecimento da arte Pré-História nestes territórios (CASTELO, 2014).

Segundo Santos Júnior, além da informação recolhida nas fontes primárias, em manuscritos, fichas, fotografias, desenhos e mapas, entre outros, havia também a recolha de dados pelos funcionários dos postos administrativos, missionários e outros agentes locais, que forneciam os elementos essenciais para a elaboração, já na metrópole, de relatórios detalhados e posteriores publicações¹¹.

Com efeito, a duração das campanhas no terreno necessitava indubitavelmente destes agentes que contribuíam, no local, para a produção, circulação e recepção de conhecimento, culminando na descoberta de algumas importantes estações arqueológicas (CONDE; MARTINS; MARTINEZ, 2015).

Os trabalhos efectuados durante a primeira campanha de Santos Júnior, permitiram a descoberta da estação lítica de Marissa (Tete), uma estação da Idade da Pedra no vale do Zambeze (RODRIGUES, 1999a; 1999b; 2007).

Este reconhecimento quase exaustivo do terreno, permitiu a apresentação da «Carta de Pré-História de Moçambique» (*vide* ROQUE; FERRÃO, 2004) no «XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências» em 1950, com a representação dos sítios

¹⁰ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia do MUHNAC, Ana Godinho Coelho.

¹¹ *Ibidem*.

arqueológicos identificados (MENESES, 1992; RODRIGUES, 1999a; CASTELO, 2014).

Santos Júnior, como grande impulsionador do estudo da arqueologia colonial, mostrou também interesse nas ruínas de pedra deste território, defendendo a necessidade e importância da realização de mais pesquisas sobre estes monumentos.

A diversidade de espólio e informação recolhida nestas campanhas, constitui um acervo incomparável do ponto de vista do património histórico e cultural existente daquele país, tendo sido recolhidos durante estas missões 9.613 artefactos arqueológicos, correspondentes a 7.728 líticos da Idade da Pedra e a 1.773 fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro (RODRIGUES, 1981), sendo os restantes respeitantes a fauna osteológica e malacológica.

2.1.2. Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG)

A MAEG realizou-se em 1945/46 e 1947, a cargo da JIU. Desenvolveu-se na Guiné portuguesa sob a chefia no terreno de Amílcar Magalhães Mateus, zoólogo e professor na Universidade do Porto e com a direcção de Mendes Correia.

Das duas campanhas efectuadas, resultaram relatórios de actividade com notas respeitantes à organização do material e informações recolhidas nos trabalhos de campo. Embora o propósito inicial das missões não fosse a descoberta de materiais arqueológicos, foram recolhidos 1.988 artefactos líticos e cerâmica, preservando-se também os registos fotográficos de campo.

Do conjunto recolhido, 1.951 artefactos pertencem exclusivamente a uma estação arqueológica, nomeadamente, à Gruta de Nhampassaré (Gabu), escavada em 1947, após Amílcar Mateus ter tido conhecimento da sua existência através de um relatório da Missão Zoológica realizada no ano anterior e encetar na segunda campanha a procura de materiais Pré-Históricos (MATEUS, 1952).

Os trabalhos realizados nesta gruta e descritos por Amílcar Mateus, indicam uma entrada larga, com grande pé-direito e átrio principal espaçoso, de acesso a vários corredores. Através da abertura de uma vala de exploração, foi possível evidenciar a presença de materiais arqueológicos a uma profundidade de 80 cm, com a presença maioritariamente de líticos de quartzo e outros de dolerito e de quartzito. Amílcar Mateus ressalta numa divulgação muito preliminar: *“Conseguimos colher algumas*

centenas de instrumentos de quartzo, como pontas de seta, buris, lâminas, crescentes, trapézios, e núcleos.” (MATEUS, 1952: 381). Associados a estes foram também recolhidos pequenos fragmentos de cerâmica manual com linhas incisas, associados a carvões.

Todavia, apesar do manifesto interesse de Amílcar Magalhães Mateus em dar continuidade às missões, é determinado em 1950 o término dos trabalhos (POLONI, 2012a).

Este acervo foi depositado no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e posteriormente no IICT, encontrando-se inventariada.

2.1.3. Missão Antropobiológica de Angola (MAA)

Sob a dependência da JIU, as quatro campanhas da MAA decorreram entre 1948 e 1955, sob a chefia de António de Almeida, médico de formação e primeiro director do Centro de Estudos de Antropologia, contando ainda com a colaboração do geólogo José Camarate França (1923-1963). No entanto, também Santos Júnior concentraria a sua atenção neste território, com a localização de algumas estações de arte rupestre (SANTOS JUNIOR; ERVEDOSA, 1978).

Tendo como foco recolhas de superfície, no reconhecimento de todo o território, resultou a identificação de 295 estações arqueológicas, com a recolha de 12.390 artefactos líticos.

Destacam-se os trabalhos de escavação da Gruta da Leba em Huíla (SW de Angola), entre 1950 e 1953, com a recolha do espólio efectuada por Camarate França. O conjunto obtido neste local, em sondagem de 2 metros de profundidade, onde se identificaram seis camadas de ocupação desde a Pré-história à modernidade é composto por utensílios líticos com mais de 1.500 artefactos da *Middle Stone Age* (MATOS, 2013), bem como restos faunísticos e amostras de sedimentos, de uma sequência estratigráfica com três níveis de ocupação, que integraram um estudo efectuado no Laboratório de Paleontologia da Universidade de Gante na Bélgica (GAUTIER, 1995).

Os materiais da colecção arqueológica da MAA foram alvo de tratamento informático através do programa *Matriz* (COELHO; PINTO; CASANOVA, 2014), software utilizado no inventário de colecções dos Museus nacionais.

Em 1957, a estação arqueológica de Baía Farta (Benguela) revelava em terraços entre 20 a 100 metros de altura acima do nível do mar, a identificação de várias estações com indústrias líticas atribuídas ao Paleolítico, através da utilização de métodos de datação dos artefactos líticos de quartzo («Dungo IV – do Complexo Arqueológico de Dungo»), definindo-os como os mais antigos do território angolano (GUTIERREZ, 2013).

Em 1967, dezanove destes artefactos seriam pela primeira vez publicados, no âmbito de um estudo académico da disciplina de Antropologia da Universidade do Porto (ERVEDOSA, 1967), através de uma oferta destes materiais arqueológicos ao Instituto de Antropologia daquela Instituição.

2.1.4. Missão Antropológica de Timor (MAT)

As campanhas da MAT decorrem entre 1953 e 1975¹², chefiadas por António de Almeida e com a colaboração de Mendes Correia e Ruy Cinatti (1915-1986) no terreno, sendo das últimas missões a ser promovidas pela JMGIC.

O seu objectivo principal consistia na elaboração da «Carta Etnolinguística de Timor», acabando no entanto por incluir a recolha e o registo de elementos de outras ciências, inclusive de carácter arqueológico, contando sempre com o apoio das autoridades locais para a constituição da equipa e na organização dos aspectos logísticos (ROQUE; MARQUES; FERRÃO, 2011).

Durante estas campanhas foram recolhidos 1.741 artefactos, com fragmentos de cerâmica e maioritariamente líticos (LUCAS *et al.*, 1992), e ainda fauna osteológica e malacológica, em 20 estações arqueológicas pertencentes ao Paleolítico Médio, Superior e Mesolítico. Foi também efectuada a identificação de pinturas rupestres. O inventário desta colecção consta de uma base de dados em *Access*¹³.

Conserva-se um bom registo documental destas missões, com um significativo registo fotográfico e documental dos trabalhos de campo efectuados, permitindo deste modo verificar a metodologia adoptada, tendo sido em 2002, efectuada a organização e

¹² Designadamente, em 1953, 1954, 1957, 1963, 1964, 1968, 1969, 1974 e 1975.

¹³ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia do MUHNAC, Ana Godinho Coelho.

sistematização deste espólio – com referência às estações arqueológicas e materiais a elas associados – que até então permanecia inédito (*vide* ROQUE; FERRÃO, 2002).

Refere-se ainda aqui, a colecção etno-arqueológica de Timor, com uma cronologia de cerca de 1930, constituída por 154 artefactos, na sucessão de uma doação efectuada pelo Capitão José Augusto Correia de Campos¹⁴ (Fig. 1) ao Museu de Mineralogia e Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, posteriormente depositada no CPHA do IICT (ROQUE; FERRÃO, 2011).

Trata-se de materiais recolhidos em contexto de sepultura (RAMOS; RODRIGUES, 1980), da região de Alas, constituídos por fragmentos de cerâmica, ossos e objectos de adorno pessoal em ouro e prata, sendo porém incerto o local de origem da sua recolha. Estes materiais encontram-se actualmente no Palácio Calheta e apesar do seu estudo ainda estar por fazer, foram já objecto de inventário, constituindo uma colecção única (ROQUE; MARQUES; FERRÃO, 2011).

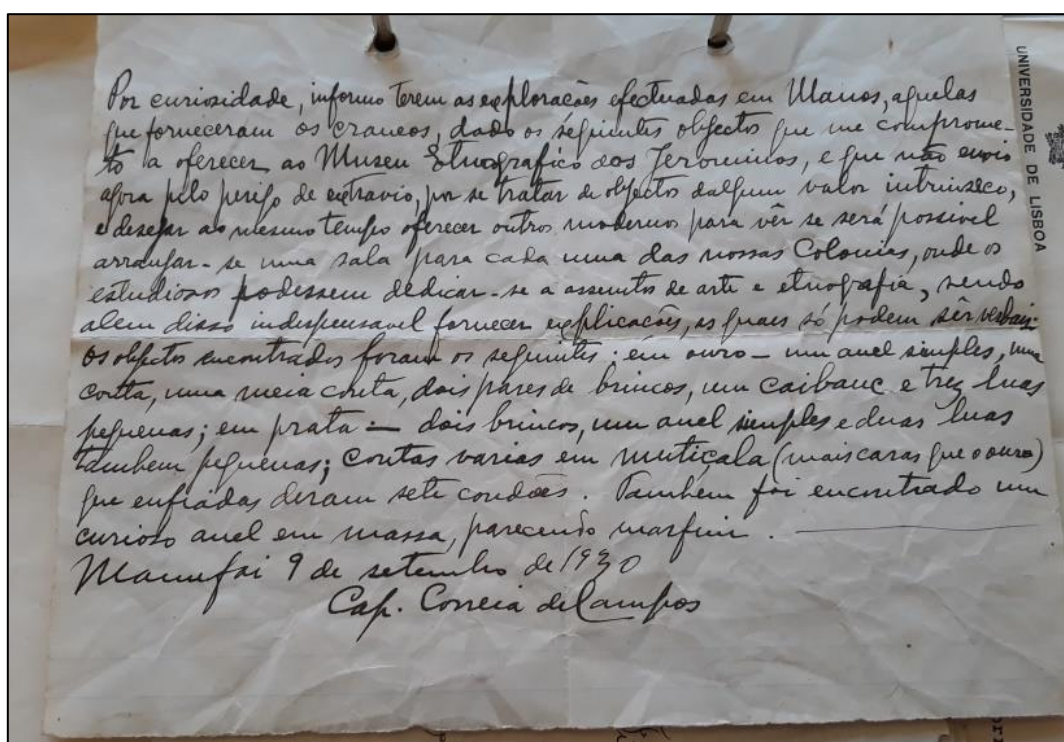


Fig. 1 - Carta Manuscrita do Capitão José Augusto Correia de Campos
(Fonte: Arquivo do IICT/MUHNAC)

¹⁴ O Capitão José Augusto Correia de Campos, após desempenhar funções de Chefe de Gabinete do ministro das Finanças, terá sido nomeado para Timor, como Ajudante-de-Campo do Governador. Em Lisboa, dedicou-se à actividade cultural e literária, sendo um intelectual entusiasta da arqueologia, tendo financiado escavações, reconstituição de monumentos, deslocações de investigadores, organização de museus, entre outras (Fonte: Wikipédia online).

2.1.5. Missão de Estudos Arqueológicos ao Sudoeste de Angola (MEASA)

A realização da MEASA decorre em 1966 e 1967 (de Setembro a Março), dirigida pelo investigador Miguel Ramos e a cargo da JIU, sob solicitação e financiamento do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Esta missão distingue-se pelo seu objectivo de carácter inteiramente arqueológico e por se circunscrever a uma área específica do território angolano, designadamente à parte sudoeste, definindo um planeamento que englobava trabalhos de prospecção, escavação com metodologia arqueológica e ainda a criação de plantas e mapas.

Como principal objectivo tinha a identificação de estações e a recolha de artefactos arqueológicos, procedendo também à localização topográfica de estações já descobertas, dando assim continuidade aos trabalhos encetados na MAA, que dado o seu cariz fundamentalmente antropológico se haviam baseado apenas em recolhas de superfície.

Esta circunscrição ao sudoeste de Angola permitiu a identificação de 27 estações arqueológicas com a recolha de um total de 110.119 artefactos e a identificação e registo de vários painéis com pinturas de arte rupestre, nomeadamente, da estação de Monte Negro, junto ao rio Cunene (RAMOS, 1972; 1979a; 1992 e COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

Numa só estação, designadamente, em Capangombe Velho (355-7)¹⁵ e através do método de escavação sistemática em dois níveis arqueológicos principais foram recolhidos mais de 102.000 artefactos líticos (RAMOS, 1972; 1981). Note-se porém, que esta missão foi realizada em apenas seis meses, facto que determinava a recolha do máximo de artefactos possível.

Além desta, destacam-se ainda outras duas importantes estações, nomeadamente, Santo António – Caconge (355-10) e Santo António – Capangombe (355-11) (RAMOS, 1980b e COELHO; MOTA, 2010), tendo sido obtidas informações precisas sobre a origem e evolução dos depósitos sedimentares na região (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

¹⁵ Estação n.º 355 da Carta de Angola (na escala 1:100.000) e n.º 7 na ordem atribuída às jazidas descobertas.

A colecção da MEASA foi inventariada, encontrando-se à data da extinção do IICT apenas informatizados 4.471 artefactos no programa *Matriz*¹⁶, integrando ainda o tema de um Projecto desenvolvido entre 2014 e 2020, financiado pela FCT, intitulado “*Georreferenciação das coleções Científicas do IICT*”, com a aplicação dos SIG no cruzamento de informações já existentes (PINTO; COELHO, 2015).

Dos trabalhos desenvolvidos por Miguel Ramos não existe muita informação disponível, apenas alguns relatórios muito sucintos e as fichas de campo (presentes no Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC) com escassa informação.

2.1.6. Missão da Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia do Vale do Zambeze (BEPAVZ)

Em 1971, a «Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia» (BEPA) é chamada a intervir na área de Cabora-Bassa (Moçambique), na consequência da emergente necessidade de acompanhamento arqueológico das obras de construção da barragem no vale do Zambeze, dando origem à «Missão da Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia do Vale do Zambeze» (BEPAVZ), realizada em duas campanhas, 1971 e 1972, sob a chefia de Miguel Ramos e a cargo da JIU (RAMOS, 1973a).

Nos trabalhos desenvolvidos foram recolhidos um total de 1.128 artefactos, provenientes de cinco sítios distintos, especificamente: Songo, Forte Velho II, Forte D. José, Forte D. Afonso e Forte de Cachomba, salientando-se porém ainda na área envolvente a Estação Lítica Pré-Histórica de Cachomba (CASTELO, 2014).

Estas fortificações, com cronologias compreendidas entre os séculos X e XIX, haviam contudo, sido anteriormente referenciados por Santos Júnior aquando das missões científicas iniciadas em 1936 no território moçambicano.

No estudo académico desenvolvido em 2014, é mencionado o facto de os estudos sobre a presença portuguesa no vale do Zambeze terem “...*sido feitos, essencialmente, através do estudo das fontes documentais. Pouca atenção tem sido dada à Arqueologia, nomeadamente das construções militares deixadas um pouco por todo o país moçambicano. O trabalho pioneiro da BEPA veio preencher o vazio da pesquisa*

¹⁶ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia do MUHNAC, Ana Godinho Coelho.

arqueológica no vale do Zambeze no período da presença portuguesa entre o séc. XVI e o séc. XIX.” (CASTELO, 2014: 13).

O acervo recolhido foi depositado no CPHA do IICT, tendo sido efectuado o inventário e estudo dos materiais arqueológicos (RAMOS, 1979b e RAMOS; RODRIGUES, 1978) e mais tarde, em 2004, foi desenvolvido um estudo mais completo pela investigadora auxiliar das campanhas de 1971 e 1972 (*vide* RODRIGUES, 2004).

Nas duas campanhas realizadas procedeu-se à prospecção e inventariação das estações arqueológicas (atribuídas ao Paleolítico) e ao registo da arte rupestre, à escavação arqueológica dos sítios afectados pela construção da barragem, com maior representatividade (recolha de um vasto material arqueológico: cerâmica local lisa e com decoração geométrica, objectos de ferro e porcelana chinesa decorada com motivos de cor azul), tendo por objectivo a elaboração de uma Carta Arqueológica (CASTELO, 2014).

O critério adoptado para a realização dos trabalhos foi “...*de se iniciarem os trabalhos pelos monumentos de carácter histórico, concentrando-se em seguida toda a atenção na exploração do recinto amuralhado do Songo e na prospecção de estações paleolíticas e de arte rupestre em todo o vale do Zambeze*” (RAMOS, 1973b: 9).

Na campanha de 1971 foi efectuada a recolha de superfície dos artefactos líticos e cerâmicos, bem como o registo *in situ*, fotográfico e de desenho, de igual modo dos artefactos recolhidos em escavação. Na campanha de 1972 privilegiaram-se as zonas detentoras de vestígios de construções habitacionais.

Atendendo à ausência da documentação do registo de campo efectuado nestas campanhas, a informação disponível restringe-se às publicações científicas (RAMOS, 1973a e RAMOS; RODRIGUES, 1979) e à tese de Doutoramento realizada por Conceição Rodrigues (RODRIGUES, 2004), bem como aos ofícios do arquivo do IICT e aos artefactos recolhidos que integram as colecções coloniais de arqueologia.

Nas palavras de Miguel Ramos, logo após o término das duas campanhas: “... *os materiais recolhidos e as observações efectuadas permitem já, se forem devidamente completadas pelos necessários estudos de laboratório e de gabinete, elaborar alguns trabalhos que possam contribuir para o conhecimento da história da presença do homem no vale do Zambeze. (...) procurando (...) chamar a atenção para o mundo aliciante que nos oferece a exploração arqueológica das nossas Províncias Ultramarinas.*” (CASTELO, 2014: 62).

Esta colecção encontra-se parcialmente inventariada e informatizada em base de dados *Excel*¹⁷, tendo englobado estudos científicos de âmbito académico (*vide* CASTELO, 2014).

Com a criação, na década de 1970, do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), as pesquisas e projectos arqueológicos passaram a ser efectuados por este organismo, financiadas por uma agência sueca de cooperação na área da investigação, designada SAREC, da qual se destaca o Projecto de investigação “*A distribuição espaço/temporal das estações líticas do Paleolítico Inferior em Moçambique, a sul do rio Save (províncias de Maputo, Gaza e Inhambane)*” com vista à elaboração do “Mapa Arqueológico de Moçambique (Idade da Pedra)”¹⁸.

2.2. Reflexão histórico-política

Os acontecimentos que estiveram na origem das missões científicas do século XX, têm também em si causas de índole cultural e política que importa referir.

Efectivamente, apesar da perda gradual da extensão do império, as colónias ultramarinas mantinham o domínio de Portugal no extenso continente africano.

Sendo aqueles territórios vistos do ponto de interesse exclusivamente económico, designadamente, para a exploração de recursos e o comércio de mão-de-obra humana, foi de facto, com o aumento do interesse por África em finais do século XIX, que o desconhecimento científico sobre os mesmos se tornou mais notório, dando início a uma situação de desconforto da nação perante as elites europeias.

Com a criação das Sociedades de Geografia nas principais cidades da Europa, no decurso do século XIX, como pioneiras nas expedições de exploração científica a África, surge o conflito de interesses que iria determinar a urgente necessidade de afirmação da presença portuguesa naqueles territórios.

É neste cenário que é criada, em 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa, através dos esforços de Luciano Cordeiro (1844-1900) para a sua fundação com o apoio do Reino, à qual se seguiu a «Comissão Central Permanente de Geografia» (1876). Através da SGL

¹⁷ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia do MUHNAC, Ana Godinho Coelho.

¹⁸ Informação recolhida no Fundo Documental do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC.

estipulava-se a realização de conferências e congressos com vista à obtenção e aprofundamento da investigação científica em viagens de exploração às colónias africanas.

Também a realização do «IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas», em Lisboa (1880), aliado a outros eventos, começava a exigir uma posição nacional mais especializada perante o meio científico internacional, conferindo aos territórios de África uma maior atenção do meio erudito português.

Com o *Scramble for Africa* (1881-1914) em curso, havia a necessidade emergente de conhecer efectivamente os territórios sob o domínio português e colmatar a ausência de informação sobretudo nas zonas interiores, desencadeando assim as viagens científicas, com o intuito de efectuar o reconhecimento e a recolha de informação nas mais variadas áreas.

Em 1883 é criada a «Comissão de Cartographia», sendo um facto estabelecido que conhecer cartograficamente as posses ultramarinas e as “suas gentes”, permitia administrá-las mais eficientemente (MARTINS, 2010), prevendo-se assim o início da elaboração de um plano estratégico de reconhecimento e controle das colónias, as quais, como extensões da metrópole, passariam a ser designadas por “províncias ultramarinas”.

Como consequência da «Conferência de Berlim» (1884-1885) e do choque de interesses pela partilha de África, não tardaria a necessidade de legitimar a posse das colónias face à pressão britânica e ao *Ultimatum* de 1890. Assim, “...urge elaborar e executar, no terreno, uma política eficaz de ocupação destas regiões, definindo fronteiras e identificando as suas múltiplas riquezas naturais e culturais para mais fácil e célere exploração das mesmas.” (MARTINS, 2020: 131).

Do plano governamental de exploração científica ao interior africano e de afirmação da presença portuguesa, nomeadamente no reconhecimento geográfico das bacias hidrográficas dos territórios entre Angola e Moçambique, destacam-se exploradores como Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900), Roberto Ivens (1850-1898), Hermenegildo Capelo (1841-1917), Henrique de Carvalho (1843-1909), Silva Porto (1817-1890) e Gago Coutinho (1869-1959), cujo sucesso seria homenageado por El-Rei D. Luís I com o contentamento generalizado dos cidadãos. A preciosa informação obtida e as recolhas efectuadas concediam desta forma o reconhecido prestígio nacional junto das demais potências europeias.

O desempenho de funções públicas na administração dos territórios coloniais, nos quais era necessária uma presença mais efectiva, constituiria doravante um cargo de destaque, para o qual era necessária a adequada formação na metrópole. Assim surge a criação da Escola Colonial em 1906, mais tarde designada Escola Superior Colonial (1927), Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1962) e por fim Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1980), evidenciando esta sucessiva mudança nas designações atribuídas, o crescente “saber colonial” que iria caracterizar o século XX.

Estas mudanças surgem na consequência das grandes reestruturações políticas que se fizeram sentir na nação, reflectindo-se de igual modo nas instituições que tinham por função dar continuidade às explorações nesses territórios.

Com a instauração da República, procura-se evidenciar no país as riquezas e as potencialidades dos territórios ultramarinos, servindo a realização de congressos o propósito para enaltecer as questões coloniais.

Em 1930 é posta em prática a verdadeira pretensão quanto à soberania desses territórios, manifestada através de diplomas legislativos onde se inclui o “Acto Colonial” (Decreto Nº 18.750, de 8 de Julho de 1930)¹⁹, sendo à data António de Oliveira Salazar (1889-1970) ministro interino das colónias. Este Decreto vai estabelecer os parâmetros e os objectivos a concretizar nos anos seguintes assente no poder central.

A atenção direccionada para as colónias torna-se mais evidente com o início da realização de exposições e feiras coloniais, onde se destaca a «Exposição Colonial Internacional de Paris» (1931), a «Feira de Amostras Coloniais de Angola» (1932), a «Feira de Amostras Coloniais de Moçambique» (1932) e a «Exposição Colonial do Porto» (1934).

Com efeito, esta necessidade de afirmação perante os restantes países europeus, já em pleno Estado Novo (1933-1974), está na origem da realização, em 1934, da «1ª Exposição Colonial Portuguesa» (inaugurada a 15 de Junho e com uma duração até 30 de Setembro) na cidade do Porto, sendo este o primeiro acto de grande visibilidade da propaganda colonial na metrópole (CONDE; MARTINS; SENNA-MARTINEZ, 2015) (Fig. 2 e 3).

¹⁹ <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>



Fig. 2 - Álbum-Catálogo de propaganda da «1ª Exposição Colonial Portuguesa»
(Fonte: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>)



Fig. 3 - Boletim «Ultramar: órgão oficial da I Exposição Colonial»
(Fonte: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>)

A exposição foi programada com um sentido estratégico, com a exaltação das Descobertas portuguesas e dando ênfase à questão cultural e racial das colónias através de representações visuais estereotipadas e especificamente concebidas para esse efeito. A própria fachada do «Palácio das Colónias» onde estava instalada a exposição, pretendia causar o impacto exótico e multicultural daqueles territórios, presente no Boletim «Ultramar: órgão oficial da I Exposição Colonial», editado em vários volumes logo após o evento (Fig. 3). Tanto a edição do “Álbum Fotográfico” como o “Álbum Comemorativo” apresentam reproduções claramente planeadas e um discurso fortemente intencional para a promoção da colonização por parte dos governantes do regime (SERRA, 2016).

A imagem de propaganda das colónias aludia duplamente à vertente racial e cultural, na qual expunham os seus habitantes do ponto de vista físico e etnológico retratado nas exposições e ainda à apologia do progresso presente nas várias publicações ilustradas, visando uma promoção com o objectivo de aumentar o interesse nesses territórios por parte das populações da metrópole, sobretudo em África e fomentar assim a migração (PEREIRA T., 2017).

Com esta finalidade, de cariz económico e político, acrescia a projecção da imagem de progresso instaurada já desde os finais do século XIX, permitida pela tecnologia industrial, nomeadamente, na instalação de infra-estruturas nas colónias, das quais é exemplo, todo o processo que caracterizou o desenvolvimento da construção dos caminhos-de-ferro (MARÇAL, 2016).

De relevante importância foi também a realização do «1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial», de 22 a 26 de Setembro de 1934, na cidade do Porto, por iniciativa da «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» (fundada por Mendes Correia em 1918, no Porto) e com o apoio da Direcção da «Exposição Colonial Portuguesa» que se encontrava ainda a decorrer. O mesmo dedicou-se aos estudos de arqueologia e Pré-História ultramarinas (MARTINS, 2015).

O êxito deste evento, presidido por Mendes Correia, ficou atestado: *“A-pesar-da escassez do tempo para a preparação desta assembleia, foi possível reunir um numeroso feixe de trabalhos e colaborações e avivou-se o interêsse científico pelos problemas concernentes às populações das nossas colónias. Sem sombra de exagêro ou de imodéstia, podemos afirmar que esta iniciativa ficará assinalada como uma das de maior relêvo neste campo de investigação, não só em relação a Portugal mas a qualquer das outras nações coloniais. (...) Nesta época perturbada da vida das nações, em que freqüentemente se pretende, com fins transparentes, diminuir o esforço de Portugal para a valorização racional das suas colónias, ao notável significado científico do último Congresso alia-se um transcendente significado político, pelo desmentido que êle vem oferecer a certas versões tendenciosas e malévolas, mostrando o interêsse que o nosso país tem pelas gentes das suas colónias e como êle conta com a solidariedade destas para o engrandecimento e glória do seu Império.”*²⁰.

O arranque para as missões antropobiológicas, ao início integradas nas missões geográficas, desenvolvem-se no intuito do aprofundamento do conhecimento científico dos habitantes daqueles territórios, a par de outras missões que englobavam variadas outras ciências, tais como a Botânica, Zoologia, Geologia, Pedologia, entre outras (AA.VV., 2010).

Com a criação da JMGIC em 1936, com funções direccionadas para a investigação, coordenação e consulta respeitante aos territórios coloniais, urge dar início à recolha de elementos específicos, com prioridade para a antropologia e etnografia, onde através

²⁰ in “Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia”, vol. VII, Porto (1935: 5-6).

destas se incluía subtilmente, a arqueologia. Através desta actuação determinante abria-se o caminho à integração de académicos especialistas nestas áreas, permitindo assim colmatar o atraso do conhecimento científico das colónias face a outros países da Europa.

É neste contexto, que se destaca a figura de Mendes Correia, como impulsionador das missões científicas que iriam caracterizar a primeira metade do século XX e assim finalmente colmatar a inexistência do conhecimento de testemunhos da Pré-História dos territórios ultramarinos.

Além de fundador e mentor do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Mendes Correia era um homem de múltiplas funções, estando presente na actuação de várias áreas do saber, entre elas, professor, médico, antropólogo, arqueólogo, destacando-se a sua forte participação na organização do «XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica», decorrido em 1930 de 21 a 28 de Setembro (CARDOSO, 1999; 2011).

Com uma conduta ética profunda para com o saber científico e a atenção no desenvolvimento e apoio que sempre conferiu aos estudos da arqueologia em Portugal (CARDOSO, 2010/2011), estava confortavelmente inserido no meio político, onde viria a assumir cargos que o colocavam numa frente privilegiada neste domínio científico das colónias, nos quais se salientam as funções de Presidente da Câmara Municipal do Porto (1936), Director da Escola Superior Colonial e Presidente da JMGIC (1946) e Presidente da SGL (1951).

Dar-se-ia desta forma, início a todo um período de missões antropológicas de carácter científico, com a primeira a ser realizada, por razões de vantagem económica e política, na “província ultramarina” de Moçambique, tendo por objectivo o estudo das comunidades autóctones como uma prioridade da administração colonial (MARTINS, 2015).

A procura de conhecimento sobre as aptidões autóctones, de cariz racial, forneceria uma melhor capacidade para civilizar aqueles territórios e neste campo possibilitava a atenção para a arqueologia. No Decreto-Lei 26.842 (de 28 de Julho de 1936) que estipulou a criação das primeiras missões salienta-se no Artigo 1º, que: *“É o governo, pelo Ministro das Colónias, autorizado a mandar agregar à Missão Geográfica de Moçambique um técnico de competência reconhecida para proceder a estudos*

antropológicos e arqueológicos nas regiões em que actualmente trabalha aquela Missão”²¹.

Para Mendes Correia “...a Arqueologia seria defendida como um campo de estudo que não poderia ser classificado como especulativo, mas sim como um meio para conhecer as possibilidades dos povos através do seu passado e das suas origens. Nessa medida, aconselharia que investigações fossem feitas em diversos campos como as culturas líticas, estações de arte rupestre, explorações de ruínas e investigação de tradições etno-arqueológicas (Correia, 1936: 29).” (Apud POLONI, 2012a: 125).

Na sua perspectiva, da “Escola do Porto”, a arqueologia surgia em conformidade com as ciências naturais, só mais tarde estendendo-a às ciências humanas.

“Foi o interesse na antropologia que conduziu Mendes Correia ao estudo morfológico do homem pré-histórico e à necessidade de entender em que condições esse homem terá vivido. No contexto de actuação do professor da FCUP, e no seu próprio entendimento, a antropologia e a arqueologia podem ser vistas como ciências complementares em alguns aspectos da pesquisa, contribuindo ambas para o estudo da humanidade.” (MATOS, 2012a: 113).

A escolha efectuada por Mendes Correia, para chefiar a primeira missão, recaiu num homem da sua confiança e de saberes multidisciplinares, que tinha uma perfeita noção do quanto havia ainda por ser feito nos territórios coloniais. De facto, Santos Júnior era professor universitário do Instituto da Universidade do Porto onde Mendes Correia era professor catedrático, tendo além da medicina, conhecimentos de antropologia, zoologia, entre diversos outros, revelando ser a pessoa indicada para essa tarefa pioneira, no reconhecimento exaustivo da quase totalidade do território moçambicano e ainda parte de Angola (continuando, mesmo após a jubilação, a mostrar interesse na necessidade do aprofundamento do conhecimento das colónias).

O potencial encontrado nas colónias africanas durante as primeiras missões, aliado ao interesse político da nação, determinou a sua continuidade e apesar da interrupção causada pelo início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esta proporcionou a acção de visibilidade pela metrópole dos factores pretendidos para a promoção das colónias.

Com efeito, em 1940 evidencia-se a estratégia política mais notória, realizada para aqueles territórios ultramarinos, em termos de propaganda do Estado Novo, nomeadamente, com a realização da grande «Exposição do Mundo Português».

²¹ <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/26842/1936/07/28/p/dre/pt/html>

Este acontecimento, ao qual não foram poupados esforços para mostrar a grandiosidade da sua execução, pretendia firmemente mostrar a situação de segurança, estabilidade e progresso do Estado perante uma Europa em guerra, exaltando o domínio económico sobre territórios de imensas potencialidades.

Com a experiência anteriormente adquirida na realização de um evento deste âmbito, nomeadamente, na «1ª Exposição Colonial Portuguesa» em 1934, esta exposição pretendia calculadamente ser ainda mais marcante, ocupando agora uma extensa área de Belém, em Lisboa junto ao rio Tejo, com cerca de 560.000 m², com destaque para a recém-nomeada “Praça do Império”. Prolongando-se durante seis meses, preconizou a construção de pavilhões e edifícios que evocavam a história dos Descobrimentos Portugueses e das colónias ultramarinas, tendo alguns deles prevalecido até à actualidade, de que é exemplo o “Padrão das Descobertas”, na altura construído em gesso.

Salienta-se ainda, em 1943, a publicação da obra *Raças do Império*, por Mendes Correia (CORRÊA, 1943), incidindo a mesma fundamentalmente nos aspectos da antropologia física dos povos que habitavam os territórios do Império Português do Estado Novo.

Em 1945, a JMGIC era alvo de uma reorganização, assumindo a designação de JIC cujos objectivos preconizavam melhorar as condições económicas e físicas dos autóctones, explorando os recursos das colónias (COSTA, 2013).

Seria neste intuito, delegado agora para primeiro plano o âmbito antropobiológico das missões, com a recolha de informações respeitantes às características físicas dos habitantes locais, definindo assim os seus objectivos concretos. A arqueologia passaria assim a estar num segundo plano, emancipada apenas pelo empenho dos intervenientes nas campanhas a quem interessava a representatividade do tema no meio erudito científico do qual participavam, contribuindo todavia significativamente para o incremento da mesma as várias iniciativas locais fomentadas pelos agentes provinciais (MARTINS, 2015).

Nesse mesmo ano, com um intuito de formação para o conhecimento colonial, é determinada a realização da MAEG, sob a responsabilidade de Mendes Correia e chefiada no terreno por Amílcar Magalhães Mateus, pertencente à Universidade do Porto, tendo como principal foco a recolha de informações sobre a antropologia física e etnografia dos nativos.

Nesta data era também criado o «Centro de Estudos da Guiné Portuguesa», como núcleo de investigação nas colónias, “...reconhecido como instituição científica

colonial de excelência, resultando num ciclo de saber que ficaria conhecido como a “geração do boletim cultural”. Da análise do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa este afigura-se como um instrumento de comunicação ímpar, tradutor da efectiva Ocupação do território, respondendo aos imperativos de política colonial, contribuindo desse modo para a edificação e manutenção da noção de Império.” (COSTA, 2013: 57).

Contudo, a arqueologia não manifestaria grande expressão por parte da metrópole, só após a primeira missão é mencionada nos objectivos das mesmas a realização de pesquisas de Pré-História (POLONI, 2012a). O interesse na arqueologia manifesta-se somente na apresentação de uma nota na «Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais» em 1947 (MATEUS, 1952) e numa publicação muito generalizada (MATEUS, 1954).

Apesar do contributo dos órgãos administrativos e militares que se encontravam instalados no território, era assente que *“Ao contrário de Angola e Moçambique, a Guiné trazia um benefício económico fraco”* (MATOS, 2020: 171).

Neste sentido, o intuito de Amílcar Mateus em dar continuidade aos trabalhos de escavação em anos seguintes, nunca iria concretizar-se²².

A recolha de testemunhos que comprovassem a antiguidade do homem em territórios africanos suscitou desde cedo o interesse dos especialistas internacionais de renome, mantendo-se deste modo Portugal, necessária e estrategicamente, a par dos eventos europeus, onde se destaca a participação no «1º Congresso Pan-Africano de Pré-História», realizado em Nairobi em 1947.

Acresce assim a atenção na “província” de Angola, onde: *“Reconhecia-se, porém, existir uma instituição com maior capacidade para apoiar estudos similares no terreno, a Diamang - Companhia de Diamantes de Angola (1917), à qual se devia, entre outros aspetos, a criação do Museu do Dundo (1936) (...) e a edição da coleção com o mesmo nome (1946), com a qual colaboraram vários autores portugueses e estrangeiros, muitos dos quais de renome internacional.”* (MARTINS, 2015: 136).

²² Sobre esta questão prevalece a “Carta do Professor Amílcar de Magalhães Mateus, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, ao Governador da Guiné, Capitão-de-fragata Manoel Maria Sarmiento Rodrigues”, constituindo este documento, datado de 4 de Novembro de 1947 (<https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=11668>), uma cópia do “Ofício do Chefe da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné solicitando autorização ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais para iniciar a 3ª Campanha desta Missão, uma vez que têm verba para tal”, com despacho favorável para o início da 3ª Campanha e conseqüente partida no “Guiné” no dia 13 de Novembro.

A atenção conferida a Angola a partir de 1948 com as missões antropobiológicas (MAA), vai de igual modo privilegiar pelo chefe da expedição, António de Almeida, a obtenção de dados físicos dos autóctones, embora seja desde logo revelado o potencial de testemunhos arqueológicos no território, identificando em conjunto com Camarate França (a partir de 1950), várias estações pré-Históricas com instrumentos líticos e sítios de arte rupestre, de onde resultam algumas publicações científicas (*vide* POLONI, 2012a).

Por sua vez, os congressos detinham o foco dessas descobertas, desempenhando “...um papel de suma importância na produção, circulação e recepção de conhecimento arqueológico, fomentando a construção e a consolidação de redes científicas nacionais, regionais e internacionais, porventura permeáveis a agendamentos políticos” (CONDE; MARTINS; MARTINEZ, 2015: 307).

As sucessivas alterações à legislação que determinavam o propósito das missões, manifestavam o interesse político prioritário para Angola e Moçambique, mais benéfico do ponto de vista económico, factor que determinou a realização das expedições para além do território africano só mais tardiamente, como foi o caso de Timor-Leste.

A colónia de Timor era a que se encontrava mais afastada da metrópole e somente durante o Estado Novo, após o culminar da Segunda Guerra Mundial e dos conflitos gerados durante esse período, é que Portugal recupera o controlo político e administrativo da colónia, investindo recursos e o reforço da presença da administração portuguesa neste território, com resultados na produção científica em variadas áreas científicas.

No campo da arqueologia, haviam já sido efectuadas algumas intervenções (por Alfred Bühler, em 1935) na parte holandesa da ilha e uma na parte de Timor-Leste (num abrigo em Bagueia) (ROQUE; FERRÃO, 2002), das quais não prevaleceu informação detalhada sobre os métodos de escavação utilizados²³. Somente em 1953 e contando essencialmente no seu decurso com o apoio das autoridades locais (ROQUE; MARQUES; FERRÃO, 2011), é designada uma missão científica, de cariz antropológico, à colónia de Timor-Leste (MAT), sob a chefia de António de Almeida, como chefe de várias missões científicas ao Ultramar e já como director do Centro de Estudos de Antropobiologia (CEA) da JIU.

²³ In “75 Anos de Investigações Arqueológicas em Timor-Leste”, comunicação apresentada no «Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial» (2011), por Nuno Vasco Oliveira.

António de Almeida, além de antropólogo tinha formação em Medicina, tendo exercido docência na Escola Superior Colonial (1935 a 1954), no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954 a 1961) e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa (1961 a 1969), em Lisboa (POLONI, 2012a). Para além destas funções, tinha também uma actuação activa na política, desempenhando o cargo de deputado entre 1938 e 1957, evidenciando a par com outros responsáveis pelas missões, uma notória estratégia político-científica na qual se desencadeou a arqueologia (POLONI, 2017).

Apesar do interesse antropológico ser o prioritário, a arqueologia estava convenientemente presente na recolha de testemunhos do passado dos nativos, “...as pesquisas em pré-história, sobretudo, passariam a representar, com o passar dos anos, uma fonte cada vez maior de autoridade científica e status académico, sobretudo em âmbito internacional e no que se refere às discussões acerca da origem da humanidade. (...) o papel da arqueologia no projeto da MAT justifica-se no âmbito das estratégias de capitalização de autoridade científica e prestígio académico e político prosseguidas pelos dois principais mentores da missão: os antropólogos António Mendes Correia e António de Almeida.” (POLONI, 2017: 109).

Os resultados obtidos nas recolhas da primeira missão a Timor (nomeadamente, no sítio de Laga), teriam neste sentido, desde logo, a visibilidade científica pretendida ao serem estrategicamente apresentados no «IV Congresso da Pré-história do Extremo Oriente», realizado de 16 a 28 de Novembro de 1953 (Manila) e também no «Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas», em 1954 (Madrid).

Deste modo, Portugal pretendia manter-se na esfera internacional que envolvia as questões sobre a antiguidade do Homem e simultaneamente afirmava-se no domínio das suas colónias ultramarinas (POLONI, 2017).

Contudo, apesar dos exemplares recolhidos, essencialmente à superfície, as escavações desenvolvidas em Timor pecavam pela falta de rigor científico nas metodologias empregues, facto este que conferiu algumas críticas a António de Almeida por Ruy Cinatti também destacado na colónia (POLONI, 2017), sendo relegadas apenas para os finais de 1960 as escavações arqueológicas efectuadas de modo sistemático, no âmbito académico internacional (GLOVER, 1986), sendo também estas as últimas a decorrer em Timor-Leste até 1975, data do fim do domínio português na colónia.

Seria somente em meados dos anos sessenta e já em plena Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), que se desenvolveria a primeira missão de carácter especificamente

arqueológico, com a realização da MEASA (1966/67) no sudoeste de Angola, sob a solicitação do «Instituto de Investigação Científica de Angola». Note-se, que a nível nacional, se evidenciava uma ruptura manifestada a partir de 1950, com a introdução de novos métodos de datação e escavação em arqueologia (FABIÃO, 1999).

A MEASA contém pela primeira vez um planeamento de escavação com metodologias próprias de arqueologia, constituindo a expedição que forneceu a maior quantidade de artefactos das colecções coloniais de arqueologia. O seu objectivo preconizou o fazer chegar à capital o maior número possível de testemunhos com vista ao seu estudo e investigação.

O responsável pela chefia desta missão, Miguel Ramos, interessou-se profundamente pela arqueologia da Pré-História da África Austral. Com formação em Ciências Geológicas, integra a JIU sob a alçada de António de Almeida com o propósito de “...efectuar uma recolha de elementos científicos relativos aos territórios africanos sob orientação portuguesa, destinados à elaboração de um Atlas de Pré-história de África.” (RODRIGUES, 1992: 11). Como bolseiro frequentou os ensinamentos superiores europeus, com a especialização em Arqueologia Pré-Histórica, em 1964, na Universidade de Paris (Sorbonne) e trabalhou ainda com figuras de renome, entre os quais André Leroi-Gourhan (1911-1986).

O acesso directo aos modelos europeus, permitiu-lhe implementar no seu regresso a Portugal, já como investigador da JIU, novas directrizes, impulsionando a estruturação com instalações próprias da Secção de Pré-História e Arqueologia (mais tarde CPHA).

A frequência de estágios em museus da Europa (nomeadamente, no Museu Real da África central, na Bélgica e no Museu Nacional de Copenhaga, na Dinamarca), onde teve a oportunidade de realizar estudos de colecções da pré-História Africana abriu caminho a todo um percurso que se viria a definir nos 25 anos seguintes à frente da direcção do CPHA.

Resultante das várias funções desempenhadas como vogal da «Comissão Orientadora de Investigação Científica na área de Cabora-Bassa» e na coordenação das actividades do Gabinete do Plano do Zambeze, integra em 1971 e 1972, a chefia da missão da BEPAVZ, de cariz exclusivamente arqueológico, desta vez em território moçambicano, sob a solicitação para efectuar trabalhos de acompanhamento e salvaguarda no decurso da construção da barragem de Cabora-Bassa no vale do Zambeze, integrado numa vasta equipa multidisciplinar criada especificamente para o efeito e com o apoio financeiro do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Destas intervenções, participou nos anos seguintes como representante em várias comunicações em seminários e congressos internacionais, demonstrando sempre um grande dinamismo e extraordinário empenho, enquanto investigador e docente, para o estudo da arqueologia em territórios africanos. Seria ainda designado vogal da Comissão Orientadora do Atlas do Ultramar Português, por despacho Ministerial (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015), frequentando profusamente vários centros de investigação internacional.

Em 1973, a necessidade de reforma da JIU dá lugar à JICU, reforçando o carácter científico desta instituição. Contudo, devido às circunstâncias resultantes da Guerra Colonial, a BEPAVZ seria a última das missões efectuadas às colónias africanas.

Seguidamente, com a independência daqueles territórios e as mudanças políticas em Portugal resultantes da «Revolução de Abril», dá-se um período de afastamento dos órgãos de investigação e por conseguinte dos espólios provenientes das colónias. Apenas em 1976 a JICU será integrada no Ministério da Cultura e Ciência, dando lugar ao LNICT em 1979 com o objectivo de desenvolvimento de cooperação com os países das ex-colónias, período que irá culminar em 1982 com a criação do IICT e a integração destes acervos na Secção de Pré-História e Arqueologia, a qual daria por sua vez lugar ao CPHA. De facto, a pretensão de Miguel Ramos em fazer do CPHA um espaço único para reunião dos testemunhos da arqueologia colonial que se encontravam dispersos, fizeram com que este investigador delineasse objectivos muito específicos nesse sentido.

Como consequência da Guerra Colonial, predominou um desacelerar da investigação em arqueologia nos territórios ultramarinos, seguindo contudo, a seu tempo, outras directrizes através dos próprios intervenientes locais, designadamente, das instituições de ensino de cada país que em muito se desenvolveram.

Em 1989²⁴, o IICT transita para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, iniciando-se aqui a dispersão das diversas colecções científicas daquele instituto (CASANOVA; ROMEIRAS, 2020).

As décadas seguintes desencadearam novas reestruturações internas, onde se incluiu a redução do número de centros e departamentos do IICT, bem como de laboratórios, que culminaram na integração das colecções na UL, delegando a responsabilidade da preservação e gestão ao MUHNAC.

²⁴ Através do Decreto-lei 249/89, de 8 de Agosto de 1989.

Desde então, várias acções têm sido desenvolvidas no intuito da divulgação deste património, enfatizando a necessidade do mesmo estar disponível ao público, tanto através do acesso online como através de eventos que proporcionem o contacto directo com os testemunhos, de que é exemplo a exposição “Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1890-2010”, realizada no Palácio Calheta em Lisboa, do qual resultou um catálogo com a compilação da informação respeitante ao tema (AA.VV., 2010).

Estas colecções vivenciaram diferentes conceitos ideológicos e políticos, às quais não se pode desassociar a sua origem, fortalecendo assim um elo de ligação com a «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» (CPLP), nomeadamente, na cooperação de estudos científicos e académicos, comprometendo-se o governo português “...a garantir o acesso ao património histórico e científico do IICT a todos os países da CPLP, ao mesmo tempo que se prevê a mobilidade de especialistas e técnico de museus, arquivos e instituições científicas” (MARTINS, 2020: 133) e ainda permitindo a realização de projectos “...que abrem também caminho a trabalhos de georreferenciação de sítios e coleções arqueológicas e sua eventual divulgação em plataformas digitais como a biblioteca virtual ‘Europeana’” (MARTINS, 2020: 133).

A realização da exposição «Viagens e Missões Científicas nos Trópicos, 1883-2010», inserida nas Comemorações do Centenário da República “100 anos de República, 100 anos de Ciência”, surgiu precisamente com o intuito de evocar a história das missões efectuadas nos territórios ultramarinos, fazendo destaque ao trabalho dos investigadores que nele colaboraram.

Esta iniciativa de divulgação, através da exposição, cujo objectivo era fundamentalmente o contacto directo com o público, esteve patente durante um ano, contando também com a realização de visitas guiadas, procurando aproximar o público à história das missões científicas, bem como às metodologias utilizadas no terreno e ao património recolhido.

Este era pois o objectivo da instituição, “Ao longo dos últimos anos, as colecções históricas e científicas do IICT têm sido alvo de um tratamento sistemático, que atende à diversidade e especificidade de cada uma, com os principais objetivos de as conservar para as gerações futuras, e de as tornar acessíveis à comunidade científica e ao público em geral” (COELHO; PINTO; CASANOVA, 2014: 8).

Destacam-se ainda aqui as iniciativas no âmbito da “Noite Europeia dos Investigadores” e das “Jornadas Europeias do Património”, realizadas anualmente.

Ao iniciar a segunda década do século XXI, importa realçar que “...a promoção destas colecções assume outra dimensão ao serem mantidas acessíveis a público universitário. Daqui têm resultado estágios de curta duração com elaboração e defesa de relatórios, dissertações de 1º e 2º ciclos e preparação de teses de doutoramento. Trabalhos que, no conjunto, contribuem para a valorização científica e patrimonial das colecções.” (MARTINS, 2020: 135).

As boas relações e condições de cooperação científica que se pretende continuar entre Portugal e a CPLP, conferem ao património recolhido durante as missões um elemento de ligação fundamental para o desenvolvimento de estudos e projectos de investigação (através da FCT) de extrema e valiosa importância para o conhecimento da Arqueologia e da Pré-História daqueles territórios.

PARTE II

3. As colecções coloniais de arqueologia à guarda do IICT

A criação do IICT, enquanto instituto, surge após décadas de transformações e reestruturações às quais importa reflectir aqui em traços gerais.

Com efeito, e remontando a meados do século XX, os organismos que se dedicavam à investigação actuavam fundamentalmente no âmbito da antropologia. Em Lisboa, na década de 1950 e sob a direcção de António de Almeida, desenvolvia-se o «Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar» (CEEU), assumindo a designação em 1962 de «Centro de Estudos de Antropobiologia» (CEA), já a cargo da JIU.

O CEA incluía a “Secção de Antropobiologia” e a “Secção de Pré-História e Arqueologia”, tendo por objectivos a realização de projectos de estudo, catalogação e conservação do vasto espólio recolhido durante as missões antropológicas às colónias (Fig. 4).

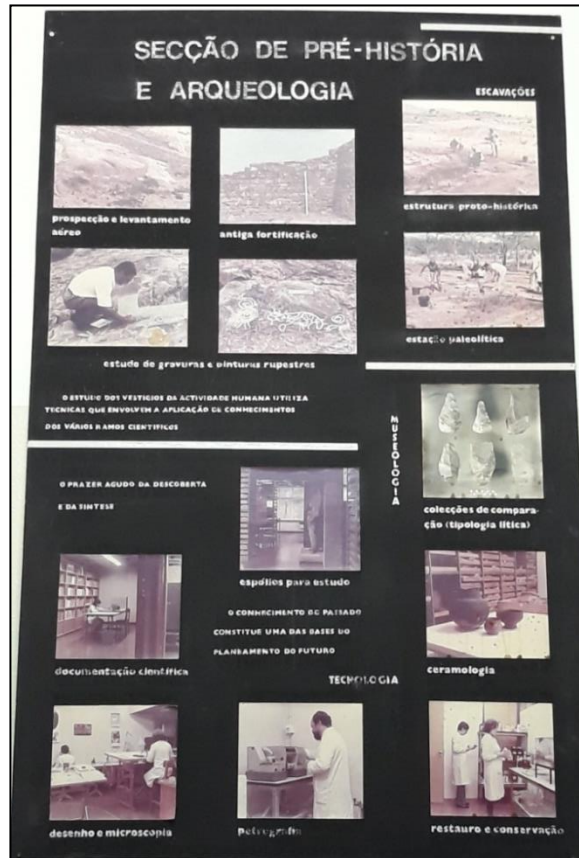


Fig. 4 - Poster com ilustração das várias competências da “Secção de Pré-História e Arqueologia” (Fonte: Sala de Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)

Integrado na “Secção de Pré-História e Arqueologia”, será efectivamente Miguel Ramos, a figura fundamental para o surgimento do CPHA (Fig. 5). Como seu fundador, encetou acções que impulsionaram de forma determinante o desenvolvimento da actividade deste Centro de investigação, num percurso de referência que tem sido realçado e divulgado na última década (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).



Fig. 5 - Reestruturação realizada por Miguel Ramos no CPHA (Fonte: SANTOS, 2015: 16)

Após ser contratado como investigador da JIU em 1965, à qual se seguiu a chefia da MEASA em 1966/67, assumiu a direcção da “Secção de Pré-História e Arqueologia” (Fig. 6), realizando as primeiras publicações científicas sobre o sudoeste de Angola com o estudo de artefactos líticos recolhidos naquela missão (RAMOS, 1972), participando em congressos nacionais e internacionais e integrando também a direcção do CEA.

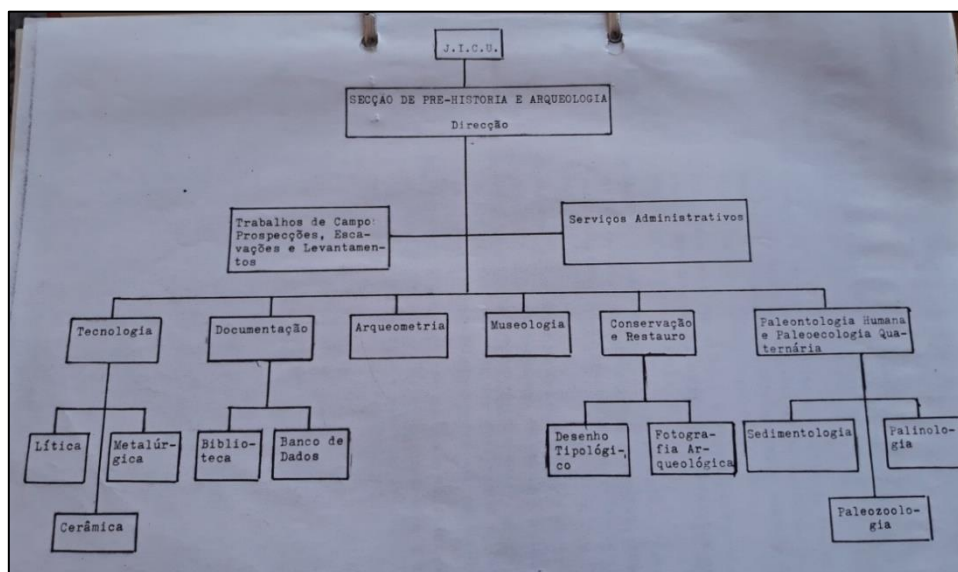


Fig. 6 - Organograma da “Secção de Pré-História e Arqueologia”
(Fonte: Arquivo do CPHA do ICT/MUHNAC).

Nos anos seguintes, nomeadamente em 1971 e 1972, prosseguiu com as funções de coordenação e chefia de arqueologia no terreno, alargando a sua área de actuação a Moçambique, com a BEPAVZ.

Com a recolha sistemática de materiais arqueológicos, Miguel Ramos manifestou a preocupação persistente da falta de pessoal especializado e das infra-estruturas necessárias que permitissem reunir as condições adequadas para o estudo de todos os materiais provenientes das missões científicas (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

Sempre com um constante dinamismo e determinação para alcançar os meios necessários, o seu parecer científico era sempre bastante solicitado em encontros e eventos, dos quais se salienta a coordenação dos trabalhos do «III Congresso Nacional de Arqueologia», em 1973, bem como a organização das colecções de Pré-História do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

Tornando-se investigador efectivo da JICU em 1976, será poucos anos depois, em 1978, fundador de uma revista científica dedicada exclusivamente aos estudos do Quaternário, Pré-História e Arqueologia, nomeadamente, a Revista “*LEBA-Estudos de Pré-História e Arqueologia*”, cujo nome seria atribuído em homenagem ao geólogo Camarate França, pelos trabalhos desenvolvidos na Gruta da Leba (Huíla, Angola).

Em 1979 é então criado o Laboratório Nacional de Investigação Tropical (pelo Decreto-Lei nº 532/79, de 31 de Dezembro) com o objectivo de “*promover e realizar a investigação científica e técnica no âmbito das regiões tropicais, cooperar com os países dessas áreas na resolução de problemas de carácter científico e técnico, bem como colaborar com eles na definição e execução de planos de preparação de pessoal investigador e técnico*”²⁵.

Em 1980, Miguel Ramos dedicou-se ao estudo dos materiais arqueológicos recolhidos pela MAM no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, constituído no ano seguinte, a coordenação do Grupo de Trabalho para o Estudo do Quaternário Português. Será somente em 1983, com a criação do IICT no ano anterior (pelo Decreto-Lei nº 105/82 de 8 de Abril), que o CPHA assumiria a sua autonomia, dotado de novas infra-estruturas para o adequado desenvolvimento dos trabalhos científicos, com laboratórios especializados em restauro e conservação dos materiais arqueológicos em depósito, análise morfológica e sedimentologia, gabinetes de desenho técnico e ainda uma biblioteca especializada, fototeca e cartoteca, promovendo também a formação em arqueologia e geologia do Quaternário do Ultramar (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

Doravante, desenvolve a sua área de actuação na docência em instituições de ensino superior (Lisboa e Tomar) em estudos africanos e na orientação do projecto: «Levantamento Arqueológico de Moçambique», numa parceria com a Universidade de Eduardo Mondlane.

Salienta-se ainda a orientação de estágios e o apoio a investigadores e estudantes em áreas da detecção remota, funções de colaborador em Benguela, na reestruturação do Museu Nacional de Arqueologia de Angola (MNAA) e ainda o planeamento de um esquema curricular para um curso médio de quatro anos em arqueologia, inexistente em Angola.

²⁵ Fonte: <https://livrozilla.com/doc/494909/instituto-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-tropical> (p. 7).

O seu contributo para o estudo e divulgação da arqueologia Pré-histórica de Angola é determinante, tanto em intervenções arqueológicas, na identificação de pinturas rupestres, recolha e estudo de artefactos e sedimentos, revisão de tipologias líticas e estádios culturais, contactos com museus, institutos e universidades, conferências e seu destaque na imprensa, orientação de estágios²⁶.

Integrado no IICT, o CPHA tinha como objectivos principais reunir num mesmo espaço todas as colecções existentes em Portugal provenientes das colónias ultramarinas, reunindo diversas competências:

“Compete especialmente ao Centro de Pré-História e Arqueologia:

- a) Promover e realizar estudos no âmbito da Pré-História, da Proto-História e da geologia do Quaternário, nomeadamente nos domínios da paleontologia humana, da paleoetnologia e paleoecologia Quaternária;*
- b) Promover e realizar estudos e investigações arqueológicas, nomeadamente no âmbito da Arqueologia africana, oriental e americana;*
- c) Recolher, restaurar e conservar objectos, fósseis e outras amostras de interesse antropozóico, bem como realizar pesquisas ou programas museológicos com eles relacionados;*
- d) Promover actividades de desenvolvimento experimental com vista ao estabelecimento de novos processos e sistemas de pesquisa arqueológica e quaternária, bem como dos dispositivos técnicos utilizados no campo ou no laboratório, ou à melhoria dos já existentes;*
- e) Promover a organização de um banco de dados de apoio à pesquisa e ao intercâmbio de informação e documentação sobre Arqueologia e matérias afins.”²⁷*

Sob a alçada do IICT, desenvolveram-se várias publicações, realização de congressos e a cooperação com instituições estrangeiras, reforçando sempre a importância e valorização das colecções coloniais.

De referir é também a organização de reuniões científicas pelos investigadores do CPHA, tais como: a «*I Reunião de Estudo do Quaternário Ibérico*», organizada pelo “Grupo Português para o Estudo do Quaternário” com sede no CPHA e pelo “Grupo

²⁶ Informação constante na apresentação: “*Percursos de Miguel Ramos (1932-1991)*”, «África: Arqueologia e Paisagem» realizada no Seminário Internacional de Arqueologia Africana (Mação, 3 a 5 de Junho de 2015), pelas investigadoras A. Godinho, I. Pinto e A.C. Martins.

²⁷ Fonte: documentação do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC

Español para el Estudio del Cuaternario”, realizada em 1985 (Lisboa); e também a «*I Reunião de Arqueologia e História Pré-Colonial*», em 1989 (Lisboa).

Parte do espólio arqueológico e etnológico integrou ainda acções de divulgação em exposições, colóquios e congressos realizados em Portugal e em Moçambique.

Integrou também bibliotecas e colecções de equipamento histórico-científico.

Com a morte prematura de Miguel Ramos, o Centro continuou a desenvolver a investigação na passagem do século. Através do Plano de actividades²⁸, divulgado em 2005, consta a seguinte informação:

Dirigido no início deste século por Artur Teodoro de Matos, catedrático aposentado da FCSH da UNL, tinha por missão e objectivos a promoção e realização de:

“• estudos no âmbito da pré-história e da proto-história e da geologia do Quaternário, nomeadamente nos domínios da paleontologia humana, da paleoetnologia e paleoecologia quaternária;

• estudos e investigações arqueológicas, nomeadamente no âmbito da arqueologia africana, oriental e americana;

• actividades de desenvolvimento experimental com vista ao estabelecimento de novos processos e sistemas de pesquisa arqueológica e quaternária;

• um banco de dados de apoio à pesquisa e ao intercâmbio de informação e documentação sobre arqueologia e matérias afins”.

“Para além de uma biblioteca especializada, de uma cartoteca e de equipamento específico de apoio aos seus trabalhos, o Centro dispõe de colecções próprias de materiais arqueológicos e etnológicos, bem como de um vasto acervo fotográfico e documental da 1ª metade do século XX. Na sua grande maioria, a globalidade destes materiais reporta-se a Angola, Moçambique e Timor e tem vindo a ser objecto de inventário, estudo e divulgação. Mais recentemente tem vindo a desenvolver o registo informático dos seus espólios, encontrando-se já disponível em bases de dados informação referente a materiais arqueológicos, etnológicos e fotográficos respeitantes a Moçambique e Timor.”²⁹

²⁸ <https://livrozilla.com/doc/494909/instituto-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-tropical>

²⁹ Fonte: <https://livrozilla.com/doc/494909/instituto-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-tropical> (p. 105).

Destacam-se também os seguintes projectos desenvolvidos pelo CPHA, no âmbito de provas de doutoramento e mestrado:

“- *Cartografia Política e Territórios Coloniais – “Estudo da Cartografia Hidrográfica da Costa de Moçambique: evolução das estruturas de mangal”, iniciado em 2004;*

- *Estudo do Espólio da Missão Antropológica de Moçambique:*

Projecto 1 – “Inventário do espólio documental e fotográfico da campanha de 1948”, iniciado em 2004;

Projecto 2 – História Viva – “Organização, tratamento e análise da documentação referente a entrevistas efectuadas pela MAM em 1948”, iniciado em 2004.

- *“Da Pré-História à Idade do Ferro Africana em Moçambique – estudos de materiais arqueológicos recolhidos pela JIU entre 1936 a 1956” (1999 – 2004)*

- *“Terras de Sofala: persistências e mudança. Contribuição para a História da Costa Sul Oriental de África (sécs. XVI - XIII) (1997 – 2004).*

- *“Propriedade Fundiária no Antigo Ultramar Português” (1995 – 2003)”³⁰*

Com o propósito de reunir o seu vasto património, o qual testemunha a identidade e diversidade cultural dos países das colónias ultramarinas, conferiu ao IICT ter à sua guarda colecções extraordinárias e de valor científico incontestável.

Além das colecções etnográficas e arqueológicas (com mais de 142 mil artefactos) recolhidas nas missões científicas, com cronologias que vão da Idade da Pedra à Idade do Ferro, o IICT englobou colecções de várias índoles, destacando-se as biológicas, as quais constituem as maiores colecções do mundo ao nível da representatividade da fauna e flora dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A seu cargo estava também uma incomparável documentação histórica, tendo todos os Centros do instituto material de Arquivo (onde se incluía, entre outros, o Centro de Documentação e Informação – CDI), diversas fontes documentais e bibliográficas, uma vasta quantidade de registos fotográficos, registos orais, colecções de cartas e mapas geográficos (c. de 210 mil exemplares), referências de solos e testemunhos de várias áreas científicas, desenvolvendo neste sentido uma investigação multidisciplinar que procurou sempre promover a cooperação e o desenvolvimento científico.

³⁰ *Ibidem* (p. 106).

Os vários centros de investigação do IICT encontravam-se instalados em vários monumentos classificados como património cultural, com funções distintas: o Palácio dos Condes da Calheta, como Centro de Documentação e Informação (CDI); no Palácio da Ega funciona ainda o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); no Palácio Burnay funcionava a presidência daquela instituição e nos seus anexos; o Centro de Pré-História e Arqueologia (CPHA), o Centro de Geodesia e de Cartografia e o Centro de Botânica.

Nos Planos de actividades do IICT, divulgado em 2005³¹, é feito o alerta para a importância de melhorar a eficácia de produtividade e cooperação internacional, na sucessão das alterações estruturais introduzidas, no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência da investigação científica tropical e salvaguardar e valorizar o património.

*“A extinção do Ministério do Ultramar, além de aumentar a dispersão geográfica das instalações da Junta, obrigou a uma reinserção na administração pública, oscilando as tutelas entre educação e ciência – em desfavor da cooperação.”*³²

Previa-se um programa de tratamento e divulgação do espólio do IICT através da utilização de meios informáticos, de modo a proceder à catalogação e indexação da bibliografia e arquivo, com a inventariação dos bens museológicos, uma política de preservação e a promoção de eventos culturais e projectos expositivos.

Relativamente à valorização e salvaguarda do património, assumia-se o aumento da sua acessibilidade e respectiva divulgação através de acções públicas (exposições, acções culturais e outras), empréstimo e cedência de publicações a outras instituições, favorecendo a cooperação com as regiões tropicais na consulta do acervo por técnicos e investigadores de outros países da CPLP, bem como estágios de formação, definindo-se como objectivo do IICT: *“...a implementação deste programa de inventariação, catalogação e indexação do património, tornando possível a sua disponibilização em formato digital normalizado, permitirá a sua divulgação e o acesso global a um espólio de grande valor para a investigação tropical e especificamente direccionado para um melhor conhecimento das sociedades e culturas lusófonas.”*³³.

³¹ <https://livrozilla.com/doc/494909/instituto-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-tropical>

³² *Ibidem* (p. 6).

³³ *Ibidem* (p. 15).

Em 2003, com a nova Lei Orgânica do IICT (Decreto-Lei 297/2003, de 21 de Novembro³⁴) que previa a extinção dos dois Centros, as suas competências seriam integradas no Departamento de Ciências Humanas e Naturais no ano seguinte. Por conseguinte, o acervo das missões antropológicas de Moçambique e da Guiné seria definitivamente integrado no IICT³⁵.

Todavia, apesar dos apelos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, instituição de tutela directa, bem como ao Ministério da Educação e Ciência e ao Secretário de Estado da Cultura, sobre a importância da preservação científica, económica e cultural do património e acervos do IICT, este instituto viu o seu término enquanto organismo tornar-se realidade em 2015, data em que as suas atribuições foram integradas na Universidade de Lisboa e as colecções de arqueologia ficaram sob responsabilidade e gestão do MUHNAC, ficando desde então depositadas na FLUL.

Nas últimas décadas, procurou-se desenvolver acções que permitissem valorizar o património científico reunido ao longo do tempo, através de iniciativas de promoção da investigação. De entre estas acções destaca-se a disponibilização da plataforma de software de pesquisa online «*Arquivo Científico Tropical – Digital Repository*» (ACTD)³⁶, em 2008, do património constituído pelas várias colecções científicas, o qual teve uma enorme aderência por parte do público: “*O ACTD atingiu 905.477 visualizações e 244.714 downloads, com acesso de 206.083 diferentes localizações, na Europa, África, América e Ásia, tornando-se uma referência na pesquisa internacional sobre o tema dos Trópicos*”³⁷ (CASANOVA; ROMEIRAS, 2020: 9).

De igual modo, destaca-se nestas acções a exposição “*Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1890-2010*”, a qual teve de igual modo uma forte adesão do público, exibindo os testemunhos das primeiras explorações e fazendo a respectiva divulgação através da publicação do catálogo (*vide* AA.VV., 2010).

Através da UL, pretende-se doravante conferir a este património maior visibilidade, impulsionando a continuação para a sua pesquisa e investigação no futuro:

³⁴ <https://dre.pt/pesquisa/-/search/438042/details/maximized>

³⁵ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia Ana Godinho Coelho, do MUHNAC.

³⁶ <https://actd.iict.pt/>

³⁷ Traduzido do original em inglês: “*The ACTD reached 905,477 views and 244,714 downloads, accessed by 206,083 different locations, in Europe, Africa, America and Asia, becoming a reference for international research on tropical issues*”.

“...a investigação tropical na Universidade de Lisboa, e o seu estatuto nacional e internacional como centro de estudos do património histórico e científico, beneficiará fortemente de uma curadoria e estudo adequados das colecções do IICT, classificadas entre as maiores do mundo para os países africanos de expressão portuguesa.” (CASANOVA; ROMEIRAS, 2020: 10)³⁸.

3.1. O Arquivo

Contributo imprescindível para a compreensão do percurso das colecções coloniais de arqueologia, é também a informação documental produzida no que a elas dizem respeito.

A documentação aqui referida integra o Fundo documental do antigo CPHA do IICT, onde estas colecções permaneceram durante décadas, presentemente no Arquivo do IICT/MUHNAC.

A consulta presencial ao Arquivo (Fig. 7) é efectuada sob pedido ao Departamento de Bibliotecas/Arquivo Histórico da Universidade de Lisboa (no MUHNAC), onde se encontra reunida diversa informação documental relativa a correspondência e ofícios e também variados registos, apontamentos, notas, cadernos e fichas de campo, pertencentes a Miguel Ramos, como antigo director do CPHA.

Salienta-se ainda, que a informação produzida através do registo fotográfico se encontra no AHU e em vídeo no depósito do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM).

³⁸ Traduzido do original em inglês: “...tropical research within the University of Lisbon, and its national and international status as a study centre of historical and scientific heritage, would greatly benefit from adequate and active curation and study of IICT collections, which rank among the largest in the world for Portuguesespeaking African countries.”



Fig. 7 - Gabinete do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC: arquivo de documentos (à esquerda), poster exposto com fotografia de Miguel Ramos (em cima à direita), cadernos de Campo de Miguel Ramos (ao meio à direita) e arquivo de fichas de campo (em baixo à direita).

Parte desta documentação foi já publicada (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015), todavia destacam-se seguidamente alguns dos documentos consultados, por serem considerados relevantes para o presente trabalho e para a compreensão de alguns aspectos no percurso das colecções de arqueologia colonial.

A referência aos mesmos é aqui apresentada seguindo a ordem cronológica.



Primeiramente destaca-se um documento que testemunha o cenário respeitante à divulgação da arqueologia das colónias ultramarinas, no início de 1960. Trata-se de uma correspondência datada de 10 de Fevereiro de 1960, do director do Centro de estudos de Etnologia do Ultramar, António de Almeida, dirigida ao Presidente do Conselho de

Administração da Fundação Gulbenkian (com o qual havia sido estabelecida uma cooperação), onde se refere:

“No IV Congresso Panafricano de Prehistória (...) o signatário foi escolhido para obter informações arqueológicas referentes aos territórios portugueses africanos a fim de figurarem no Atlas da Prehistoria da África”, mais adianta que “Não se sabe nada ainda sobre a prehistória das ilhas de S. Tomé e Príncipe nem do Arquipélago de Cabo Verde; quanto à Guiné Portuguesa, a Angola e a Moçambique, não obstante as pesquisas efectuadas pelas missões da Junta de Investigações do Ultramar e da Companhia de Diamantes de Angola, não há dúvida de que as explorações arqueológicas nestas três províncias estão muito longe de ter atingido todas as suas regiões...”.

Mais adianta, que relativamente a publicações estrangeiras *“...reconhece-se que um grave silêncio rodeia a prehistória da África Portuguesa (...)”,* e que *“Angola e Moçambique aparecem quase sem referências às descobertas arqueológicas ali feitas (...). Tais circunstâncias desprestigiam a Nação aos olhos do mundo civilizado e inferiorizam os investigadores portugueses, porquanto, pelo que respeita a Angola, sobe a mais de meio milhar o montante de jazidas prehistóricas encontradas ali pelas minhas missões científicas, e, em Moçambique, também dezenas de estações arqueológicas têm sido identificadas...”*.

Neste sentido, adianta ainda que: *“É inegável haver imperiosa necessidade de, sem demora, prospeccionar arqueologicamente os nossos territórios africanos, mormente os de Angola e Moçambique com o objectivo de, no próximo futuro Atlas da Prehistória da África, essas grandes províncias não aparecerem com grandes espaços em branco ou com pontos de interrogação humilhantes para Portugal; por outro lado, no Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar existem muitos milhares de peças líticas à espera de serem examinadas, pois só algumas das colecções estão estudadas...”*



Destaca-se o relatório referente à MEASA, intitulado *«Relatório sucinto de uma missão de estudo no Sudoeste de Angola (de 18 de Setembro de 1966 a 17 de Março de 1967)»*, elaborado por Miguel Ramos, enquanto investigador da JIU (Fig. 8).

Neste documento consta o relato dos trabalhos decorridos e uma *“Lista Provisória de Algumas Estações Observadas”* com a respectiva descrição apresentada em tabela

informativa com a referência correspondente ao número da carta geológica onde se insere o número atribuído à estação e também as coordenadas geográficas com o nome de cada uma delas.

Num capítulo próprio, é feita a descrição dos trabalhos de escavação realizados na estação arqueológica de Capangombe Velho, fornecendo informação valiosa para a compreensão da metodologia empregue nos trabalhos realizados. Tem ainda um outro ponto dedicado à arte rupestre.

Por fim são efectuados os agradecimentos relativos aos procedimentos logísticos, desde a referência à constituição da equipa, aos meios disponibilizados para obtenção do material e descrição detalhada do equipamento necessário para a execução dos trabalhos de campo, ressaltando ainda as notícias de imprensa que fizeram referência no local aos trabalhos ali desenvolvidos.

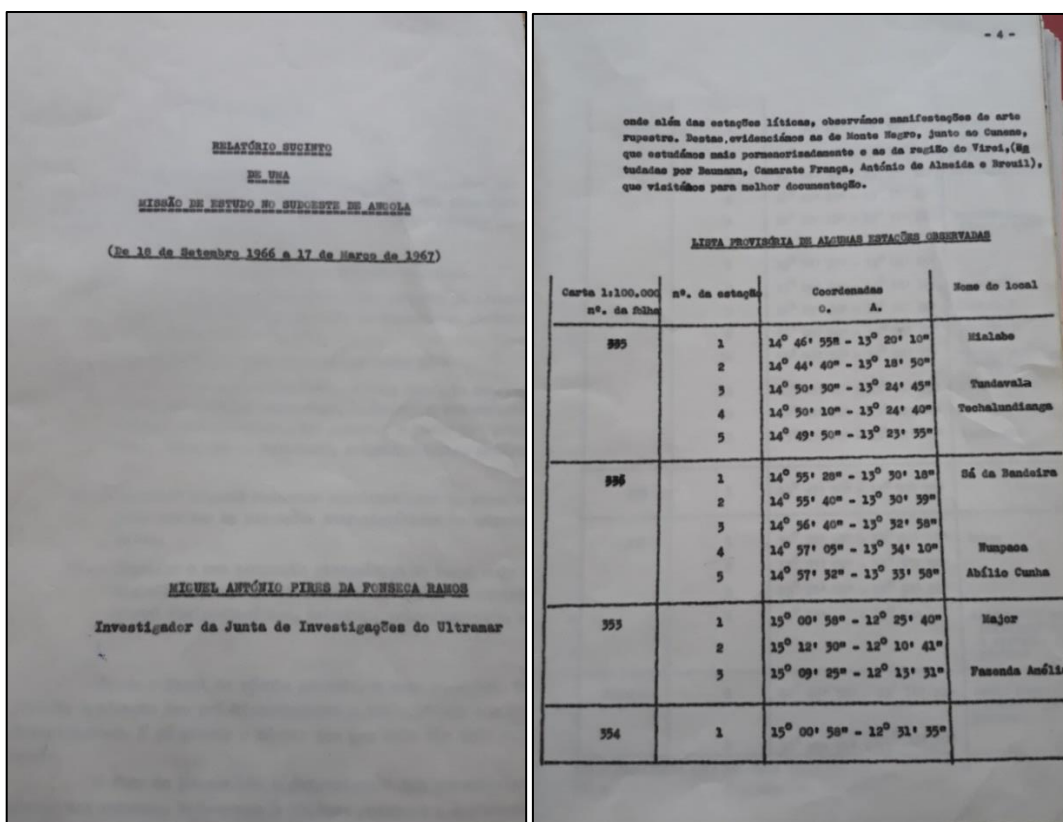


Fig. 8 - Relatório elaborado por Miguel Ramos referente à MEASA (Fonte: Arquivo do CPHA do ICT/MUHNAC).



Através do “Relatório da Actividade durante o ano de 1966 e 1º semestre de 1967 e Plano de Trabalhos a realizar em 1968” (Fig. 9), elaborado por Miguel Ramos, podemos verificar a informação respeitante ao que estava estabelecido realizar no ano seguinte de 1968, onde se inclui:

“B.1 – Continuação do exame dos materiais – colhidos durante a missão de estudo realizada no Sudoeste de Angola – compreendendo:

B.1.1 – Inventário e Catalogação de todo o material lítico – Lavagem, marcação, que para as peças provenientes das escavações será feita de acôrdo com o trabalho de microtopografia realizado no terreno, e respectiva arrumação classificada. Organização do ficheiro com as respectivas cotas de catálogo e características tipológicas.

B.1.2 – Desenho – Tipologia das várias peças e dos “conjuntos”.”

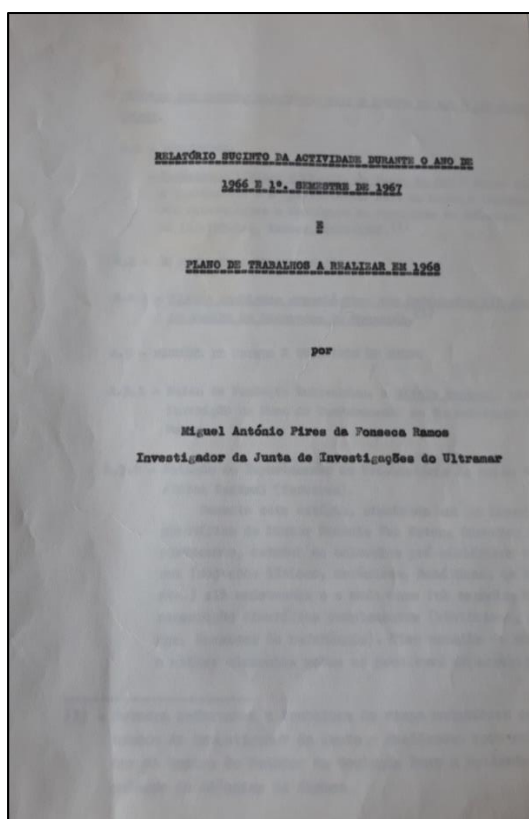


Fig. 9 - “Relatório da Actividade durante o ano de 1966 e 1º semestre de 1967 e Plano de Trabalhos a realizar em 1968” (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).



Em ofício (N.º 92) de 6 de Junho de 1967 (Fig. 10), elaborado por António de Almeida, é dado conta da situação de acondicionamento em que se encontravam os materiais arqueológicos. No mesmo consta:

“Durante os seus trabalhos de campo no Sudoeste de Angola, o Dr. Miguel António Pires da Fonseca Ramos (...) recolheu abundantes materiais líticos. Infelizmente, este Centro não dispõe de espaço para arrumação dos espécimes prehistóricos e ainda que o tivesse, a resistência do edifício da sua sede não permitiria o alojamento de tão pesados objectos. Sabendo que na cave do Palácio Val-Flor, dependência do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, existem alguns compartimentos que, a título precário poderão ser utilizados como depósitos dos referidos materiais – onde aliás já se encontram (...) tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a se digne autorizar que os achados arqueológicos descobertos em Angola continuem ali até se conseguirem mais apropriadas instalações.”

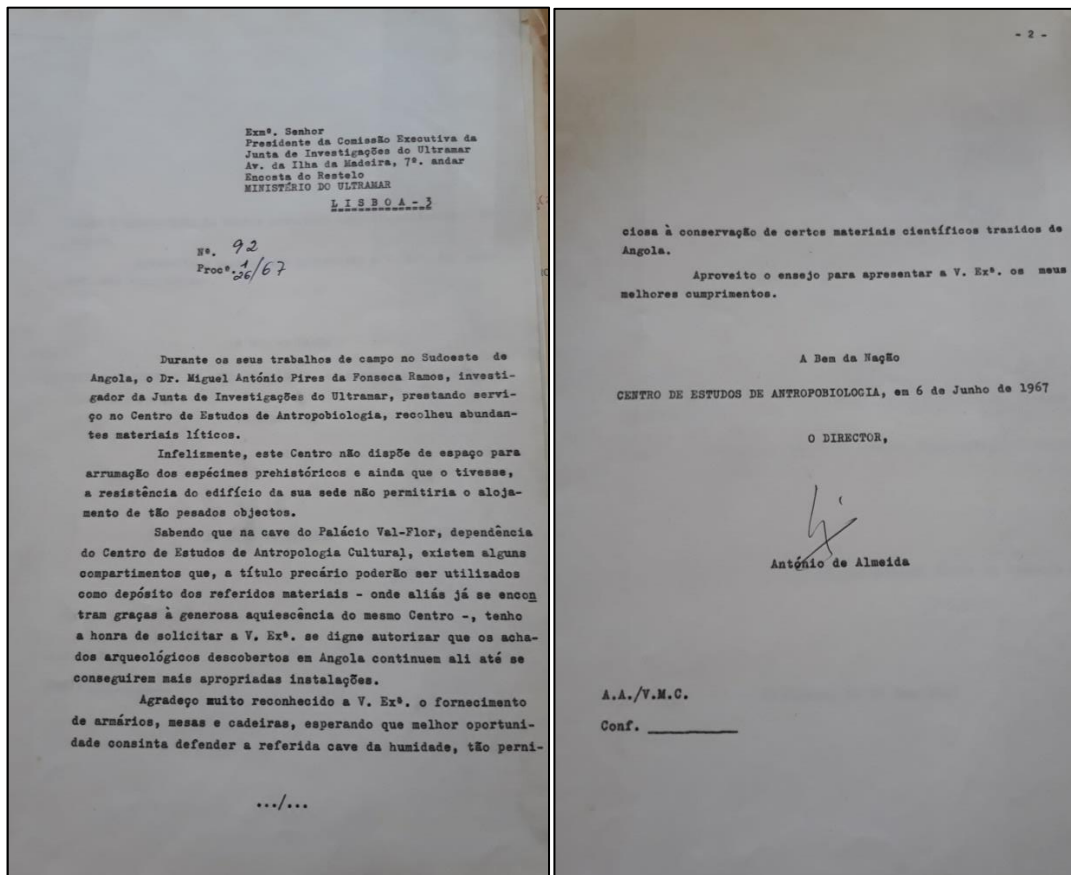


Fig. 10 - Ofício datado de 6 de Junho de 1967 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).



Salienta-se aqui também o documento que atesta a aquisição do material de suporte ao acondicionamento dos materiais das colecções de arqueologia, nos quais se encontram ainda actualmente. Trata-se de um ofício datado de 27 de Maio de 1968 (Fig. 11), assinado pelo então director do Centro de Estudos de Antropobiologia (CEA), António de Almeida, dirigido ao Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigação do Ultramar, no qual refere:

“Tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a autorização para comprar uma estrutura metálica para colocação de tabuleiros, destinada à arrumação do numeroso material arqueológico em depósito na secção de Pré-história deste Centro. (...) no valor de 12.847\$00.”

A resposta surge em ofício datado de 6 de Junho de 1968, o qual informa, que por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ultramar: *“...foi o Centro de Estudos de Antropobiologia autorizado a adquirir para a sua secção Pré-história (...) uma estrutura metálica para colocação de tabuleiros, conforme proposto...”* (Fig. 12).

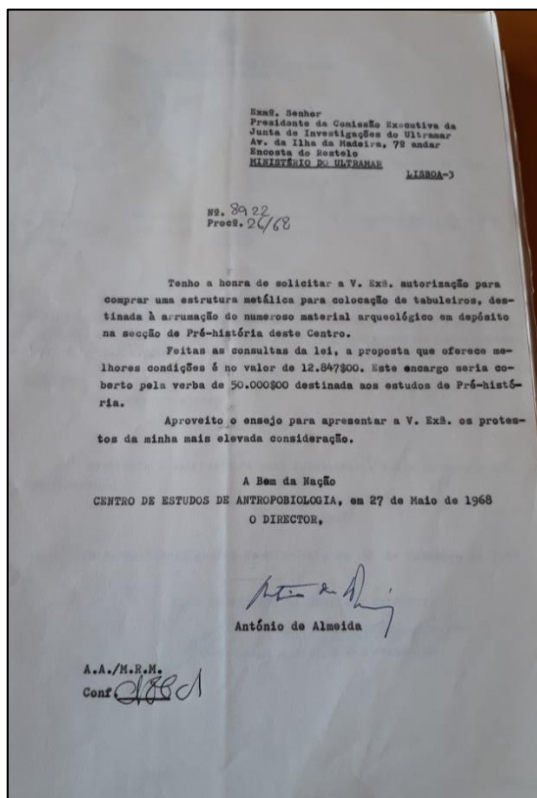


Fig. 11 - Documento de pedido de compra das estantes metálicas de suporte aos tabuleiros das colecções arqueológicas (Fonte: Arquivo do CPHA do ICT/MUHNAC)

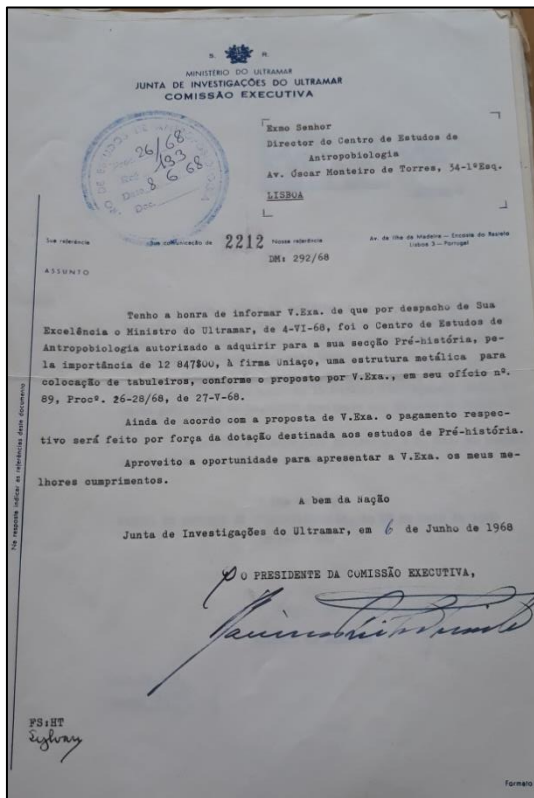


Fig. 12 - Documento de autorização para compra das estantes metálicas de suporte aos tabuleiros das colecções arqueológicas (Fonte: Arquivo do CPHA do ICT/MUHNAC)



Do Arquivo consta também o ofício n.º 702 datado de 18 de Setembro de 1970, da Universidade de Lourenço Marques e dirigido ao Presidente da Comissão Orientadora da Investigação científica para Cabora Bassa/ JIU, o qual dá resposta à Acta da segunda sessão da referida Comissão, remetendo os pareceres dos cientistas daquela Universidade relativos à actividade a desenvolver no campo da Investigação Científica para Cabora Bassa e a confirmação que suportará as despesas a ela inerentes.

Deste documento faz ainda parte o “Esboço do Plano de Trabalhos” do «Grupo de Trabalho para Apoio à Investigação Científica – Ano de 1970», onde são discriminadas as disciplinas com maior interesse a considerar, nas quais se incluiu a Arqueologia, cujo programa de trabalhos previa o *“Reconhecimento geral da Região, acompanhado da cartografia exacta das estações arqueológicas (...) e de prospecção de novas jazidas. (...) Terminada a fase de prospecção proceder-se-á ao estudo mais pormenorizado das jazidas que parecerem oferecer maior interesse para o conhecimento da evolução cultural e do meio ambiente durante os tempos Pré e Proto-históricos e dos vestígios relacionados com a Arqueologia Histórica da Região.”*

Faz ainda referência à Brigada de Campo, constituída por: *“Chefe-Dr. Miguel Ramos; 1 geólogo (a designar); Escultora Maria da Conceição Rodrigues (para a fase de estudo pormenorizado das estações); Topógrafos-utilização eventual de elementos dos serviços de Topografia do Gabinete; 2 Colectores; 2 Motoristas, sendo um deles motorista mecânico; 1 Encarregado administrativo; Serventes (em número variável, em função dos trabalhos a realizar).”*



Outro documento, datado de 6 de Setembro de 1971 e assinado por Miguel Ramos, permite-nos aceder ao Sumário de Actividades da Secção de Pré-História relativas ao 1º semestre de 1971, no qual consta a seguinte informação:

- “1 – Continuação da inventariação e catalogação dos materiais arqueológicos em depósito, provenientes das Províncias de Angola e de Timor;*
- 2 – Prosseguimento da análise tipológica de objectos líticos de algumas estações arqueológicas de Angola;*

3 – Realização de trabalhos relacionados com a actualização da Carta Arqueológica do Ultramar;

4 – Estruturação e colheita de dados bibliográficos, sobre a Arqueologia das Províncias Ultramarinas;

5 – Estruturação do plano de actividades de exploração arqueológica da área a inundar pela albufeira de Cabora Bassa.”



Importa ainda salientar aqui um outro documento. Trata-se de um ofício do Presidente da JIU, em 11 de Maio de 1973, dirigido ao Director da Faculdade de Ciências do Porto, no qual consta o seguinte:

“Tem esta comissão Executiva conhecimento da existência de materiais arqueológicos recolhidos pelas extintas Missões Antropológicas e Etnológicas desta Junta, nas Províncias de Moçambique e da Guiné, e que se encontram depositados no Instituto de Antropologia dessa Faculdade. Tornando-se necessário consultar os referidos materiais, muito grato ficaria a V. Ex.^a se se dignasse mandar por à disposição desta junta as respectivas colecções.”

A este, teve resposta o ofício datado de 28 de Maio de 1973 (Fig. 13), dirigido ao Presidente da JIU, a informar que: *“Os materiais das Missões de Antropologia da Guiné e Moçambique, estão depositados no Instituto de Antropologia “Dr. Mendes Correia” desta Faculdade, e poderão ser consultados nesse mesmo Instituto.”*

Note-se contudo, que esta resposta foi enviada em conformidade à carta elaborada a 22 de Maio de 1973 por Rodrigues dos Santos Júnior, o qual expressa o interesse em continuar a estudar aqueles materiais (Fig. 14).

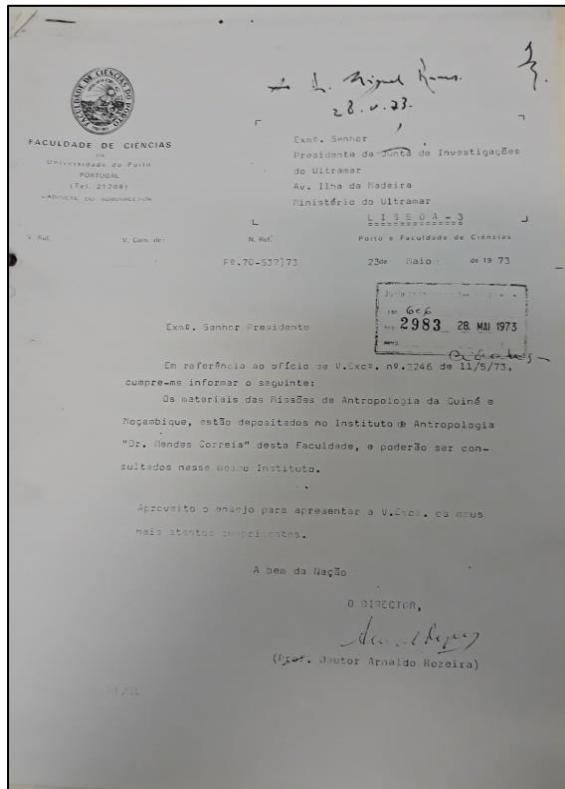


Fig. 13 - Resposta a ofício, datado de 28 de Maio de 1973
(Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).

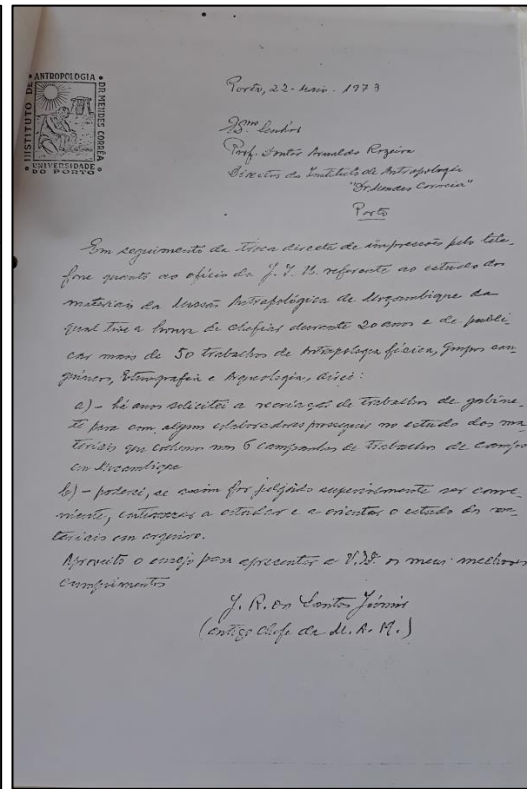


Fig. 14 - Carta escrita por Santos Júnior
(Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).



Sobre a movimentação e destino dos materiais, refira-se ainda a seguinte resposta em ofício (N.º/SC-D/973), datado de 17 de Dezembro de 1973, do Instituto de Investigação Científica de Moçambique e assinado por Maria Corinta Ferreira, dirigido ao Presidente da Comissão central Orientadora da Investigação Científica para Cabora Bassa:

“Encontra-se em poder deste Instituto uma colecção de 9 peças de cerâmica, colhidas pelo Snr. Octávio Roza de Oliveira, no monte Miturkwe, a cerca de 10 km de Nova Freixo. Esta colecção está acompanhada de um mapa mostrando a localização da estação arqueológica e de desenhos de peças. Este material pode ser enviado, a título devolutivo, ao investigador da JIU encarregado dos estudos arqueológicos do vale do Zambeze, assim que V. Exa. o desejar.”



Relativamente aos materiais de Timor, salienta-se um documento (1975?), intitulado “Espólios Sepulcrais Timorenses” e elaborado por Miguel Ramos e Maria da Conceição Rodrigues (Fig. 15), cuja notícia “...tem por finalidade dar a conhecer uma série de materiais oferecidos, em 1933, pelo Sr. Capitão Correia de Campos, ao Museu de Mineralogia e Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa e que, há alguns anos, está em depósito na Secção de Pré-história e Arqueologia da Junta de Investigações do Ultramar”. Este documento surge no Arquivo do IICT/MUHNAC associado à carta manuscrita (ilustrada na Fig. 1 do presente trabalho), que comprova a doação destes materiais.

Destaca-se ainda a carta datada de 9 de Março de 1933, dirigida ao Sr. Capitão Correia de Campos, agradecendo e acusando a recepção dos objectos oferecidos (Fig. 16)

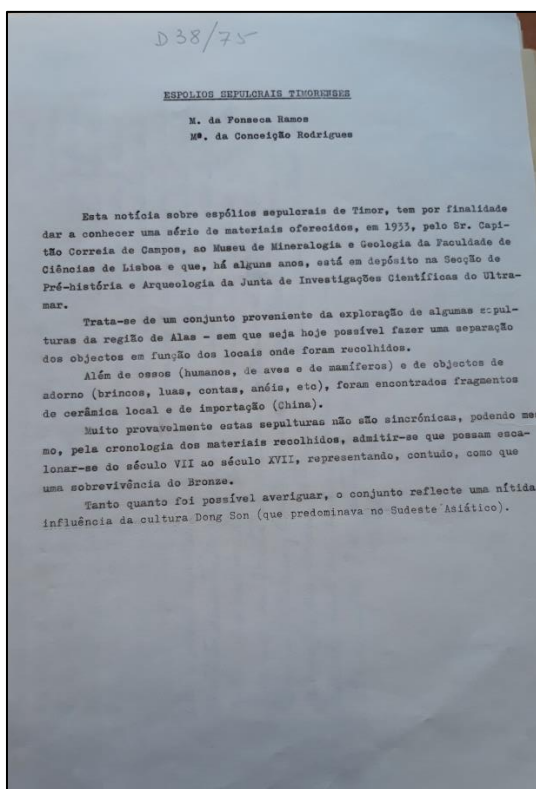


Fig. 15 - Notícia sobre os “Espólios sepulcrais Timorenses” integrados nas colecções (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).

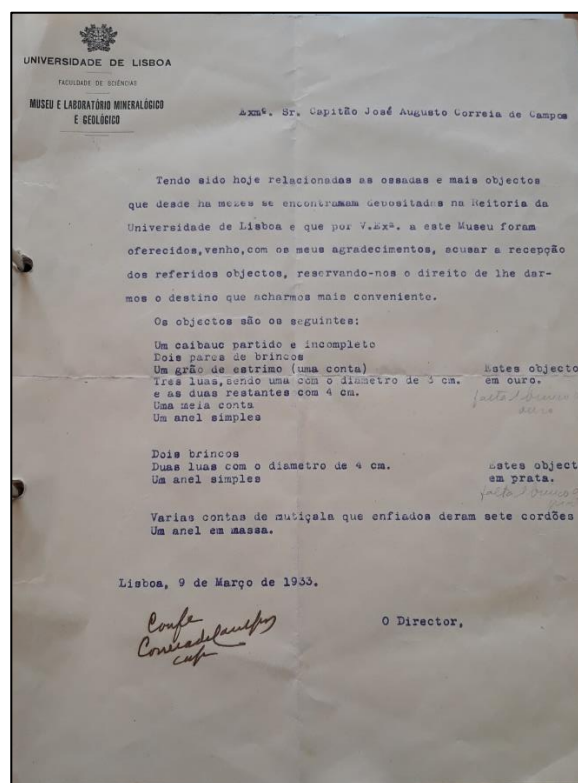


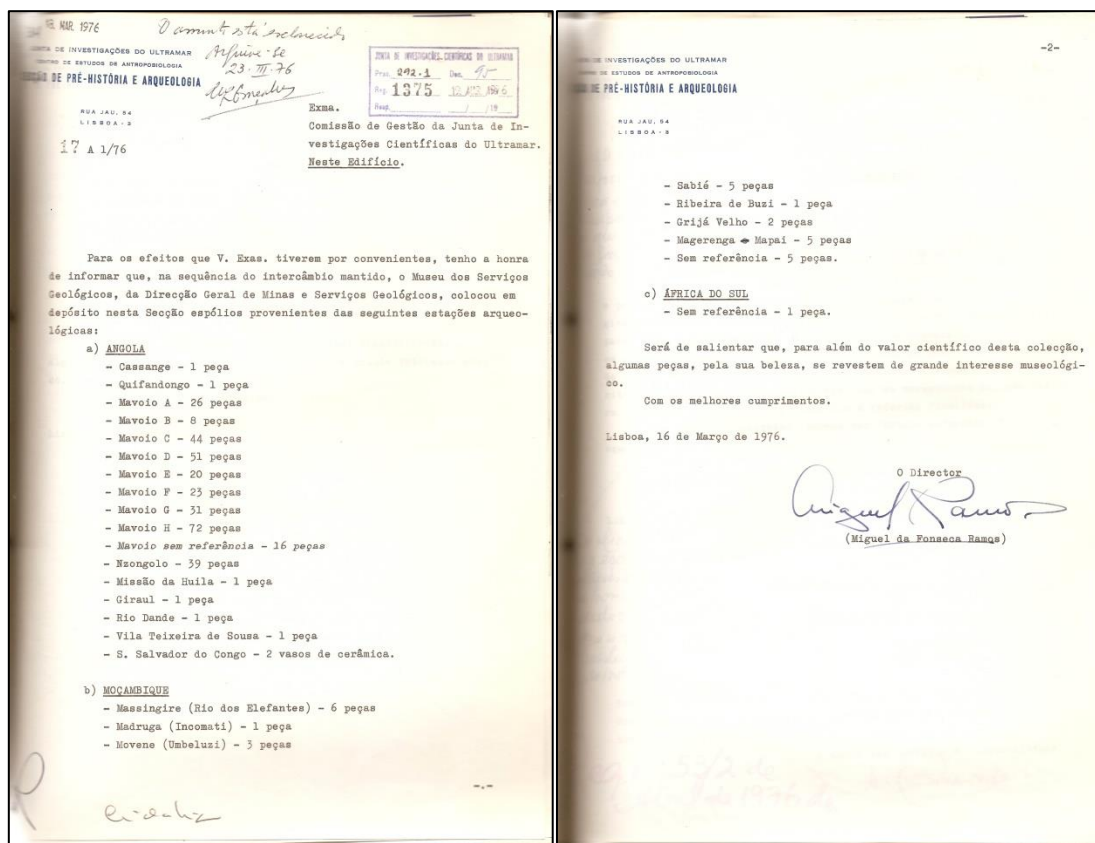
Fig. 16 - Carta dirigida ao Capitão Correia de Campos (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC).



Pelo seu interesse, destaca-se aqui um documento que assume importância como testemunho da integração de materiais nas colecções do IICT.

Trata-se de um documento (Fig. 17), datado de 16 de Março de 1976 e assinado por Miguel Ramos, como director da Secção de Pré-História e Arqueologia, dirigido à Comissão de Gestão da JICU, no qual refere que “...na sequência do intercâmbio mantido, o Museu dos Serviços Geológicos, da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, colocou em depósito nesta Secção espólios provenientes das seguintes estações arqueológicas”, procedendo à indicação das mesmas para: Angola (338 peças), Moçambique (28 peças) e África do Sul (1 peça).

Conclui com a frase “Será de salientar que, para além do valor científico desta colecção, algumas peças, pela sua beleza, se revestem de grande interesse museológico.”





Outros documentos, evidenciam as diligências encetadas por Miguel Ramos para a aquisição de material indispensável à pesquisa e funcionamento da Secção de Arqueologia, nas quais se destaca a solicitação de cartas geográficas ao Centro de Geografia do Ultramar. No Fundo Documental existem vários ofícios que dão resposta a esses pedidos com o envio das cartas que cobrem os territórios de Angola e Moçambique, (à escala 1:100.000; 1:250.000; 1:2.000.000; 1:5.000.000), Guiné (à escala 1:500.000) e Timor (à escala 1:50.000; 1:500.000).

Note-se nos mesmos, que algumas folhas são referidas como “...documentos classificados de “Reservado”, pelo que o seu manuseamento requer, por parte dos utentes, cuidados especiais inerentes àquela classificação de segurança.”



A partir da análise dos documentos, é possível obter informações relevantes sobre a recolha e gestão das colecções, de que é também exemplo o Memorando: “*Colecções de Pré-História recolhidas pelas antigas Missões Antropológicas da Junta, em depósito no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto*”, datado de 20 de Dezembro de 1978 e assinado por Miguel Ramos, onde consta o seguinte:

“*As antigas Missões Antropológicas da Guiné e de Moçambique, tanto quanto foi possível averiguar, foram praticamente constituídas por elementos da Universidade do Porto, tendo o material recolhido por elas sido depositado no Instituto de Antropologia da mesma Universidade*”. Às Missões Antropológicas estavam cometidas tarefas de várias índoles, entre as quais se contavam as de exploração arqueológica. No que toca aos objectos relacionados com as últimas, presume-se que exista ainda, pelo menos, uma pequena série proveniente da Guiné-Bissau e uma colecção mais numerosa, de peças representativas de várias jazidas, de Moçambique. Não tendo havido continuidade na actividade das referidas Missões, tendo até a extinção da M.A. de Moçambique constituído matéria não pacífica, veio a verificar-se um quase abandono das colecções, excepção feita ao Professor Santos Júnior, hoje jubilado, que ainda se continua a interessar pelos espólios recolhidos”.

As palavras de Miguel Ramos atestam a particular importância destas colecções:

“*Tratando-se de testemunhos das culturas pré, proto-históricas, de antigos territórios ultramarinos, representam valor científico e cultural que seria do maior interesse*

preservar, tanto mais que são extremamente pobres as colecções arqueológicas, existentes em Portugal, provenientes das antigas colónias”, palavras que continuam actuais em 2021.

Aquele investigador propõe, ainda que, face à descontinuidade dos estudos africanos naquele Instituto, aliado à falta de condições de acondicionamento dos materiais e documentação associada, este espólio fosse reunido nas instalações do CPHA, onde já há alguns anos se procurava reunir todas as colecções das antigas colónias que se encontravam dispersas, com o intuito de as melhor preservar e salvaguardar.

Miguel Ramos acrescenta ainda que: *“Atendendo ao exposto, seria da maior conveniência que se efectuassem diligências no sentido dos materiais arqueológicos recolhidos pelas citadas Missões Antropológicas virem a ser definitivamente integrados no património da Junta. Porém, dado que o Professor Santos Júnior não só continua interessado nos problemas da pesquisa da Arqueologia africana, como detém ainda o controle de, pelo menos, parte da documentação em causa, seria da maior utilidade que, antes de se iniciarem diligências oficiais, se procedesse a contactos officiosos com o referido Professor (...)”*, manifestando a disponibilidade do CPHA para colaborar na inventariação e embalagem dos materiais, caso necessário.

A este memorando, transcreve-se a resposta do Presidente da Junta (JICU), em ofício (Sec. 292.1/78) datado de 27 de Dezembro de 1978: *“Deverá o Senhor Dr. Miguel Ramos, oportunamente, acompanhar-me em visita ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto para se estudar a resolução do assunto exposto.*

22.12.78 as) F.Real”.



Através de um outro documento, datado de 8 de Outubro de 1980 e assinado pela investigadora Maria da Conceição Rodrigues, podemos constatar as actividades científicas em Arqueologia desenvolvidas pela Secção de Arqueologia durante o ano de 1979.

Neste documento são descritas as tarefas inerentes aos seguintes Projectos de Investigação em curso: “Arqueologia da área de Cabora Bassa”; “Paleolítico do Sudoeste de Angola”; “Ceramologia africana (1ª parte)”; e o apoio a projectos de investigação do Quaternário e /ou Pré-História e Arqueologia africana e oriental.

Refere também a participação em Reuniões Científicas, nomeadamente, na «IV Reunião do Grupo de Trabalho do Quaternário» (Banyoles), no «XXI Congrès Préhistorique de France (Paris) e no «8th Panafrican Congress of Prehistory» (Nairobi).

E finalmente, as Viagens de Estudo encetadas e as Publicações Periódicas, com referência ao “*Lançamento de uma série de Estudos de Pré-história e Arqueologia (LEBA), cuja necessidade desde há muito se vinha fazendo sentir, devido a não existir, dentro do plano editorial da JICU/LNICT, 1 publicação que contemplasse o âmbito abrangido pelos estudos de Pré-história e de Arqueologia.*”.

De notar é ainda a colaboração com outras entidades, realçando aqui, na colaboração recebida: “*Do Centro de Pedologia Tropical: Cedência de materiais arqueológicos encontrados nas pesquisas efectuadas (Dr. M. Monteiro Marques)*”; “*Do L.E.P.P.U.: Cedência de materiais arqueológicos recolhidos durante pesquisas efectuadas (Doutor A. Serralheiro)*”; “*Do Instituto de Antropologia de Coimbra: Cedência de materiais arqueológicos de interesse africano*”; “*Do Instituto de Paléontologie Humaine (Paris): Cedências de dados sobre pesquisas de interesse africano*”.

Por fim, destaca a colaboração da Secção de Pré-história e Arqueologia na organização e cedência temporária de materiais arqueológicos para a exposição «JUVENTUS 79» realizada em Abril na Feira Internacional de Lisboa e para a exposição da JICU/LNICT realizada no Palácio Burnay.



No Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC constam também vários documentos referentes aos “Planos de Actividades” para o ano seguinte, onde era mencionado o pessoal em funções e o cargo que ocupavam, assim como uma síntese das actividades a desenvolver, no qual se incluíam as pesquisas no âmbito da arqueologia africana. Os mesmos reforçam sucessivamente a falta de infra-estruturas, pessoal e meios adequados à necessária investigação das colecções de arqueologia.



Salienta-se ainda um “*Memorandum acerca das condições do trabalho de pesquisa na Secção de Pré-história e Arqueologia da J.I.C.U.*”, elaborado por Miguel Ramos a 31 de Dezembro de 1980, onde o investigador realça algumas das condições deficitárias

que se faziam sentir, há já algumas décadas, para um adequado trabalho de pesquisa e reunião das colecções arqueológicas das antigas colónias portuguesas. No entanto, refere “*Apesar disso, procedeu-se à preparação para estudo das colecções existentes, colheram-se dados bibliográficos e começou-se a análise dos espólios provenientes de várias jazidas arqueológicas de Angola.*”

Menciona também neste documento, a falta de apoio nos trabalhos de investigação científica realizados em Cabora Bassa (BEPAVZ), no que respeitava à obtenção de meios materiais, aliado aos “*...condicionalismos locais resultantes da situação político-militar*” e a situação de reestruturação da Junta.

Faz referência de igual modo, à situação continuada de falta de pessoal auxiliar, acrescentando no entanto, que “*...retomou-se em 1978 o projecto inicial de estudo do paleolítico do SW de Angola, tarefa que se tem desenvolvido tanto quanto as circunstâncias o permitem*”, procurando “*...assegurar, sempre que possível, a participação (...) em reuniões e congressos, nomeadamente nos internacionais, (...) no âmbito da Arqueologia e da Geologia do Quaternário.*”



No documento seguinte, podemos observar as actividades desenvolvidas pelo CPHA, elaborado por Miguel Ramos, enquanto director daquele Centro, dirigido ao Presidente do IICT e datado de 19 de Junho de 1984, em resposta a um pedido urgente com origem na Presidência da República para esclarecer as actividades de cooperação do IICT com os NPEP's (Novos Países de Expressão Portuguesa) no período entre 1974 e 1984.

A resposta do investigador explicita que: “*Apesar de, nos últimos dez anos, este Centro, e a Secção que o precedeu, tenha atravessado graves dificuldades, nomeadamente falta de pessoal, mudança de instalações, etc, acrescidas do facto das principais jazidas arqueológicas existentes nos países africanos de expressão portuguesa se encontrarem em locais que as circunstâncias não permitem explorar com a tranquilidade exigida por trabalhos desta natureza, temos procurado manter e desenvolver não só os contactos com os organismos congéneres existentes em Angola, Guiné e Moçambique, (...) como prosseguir com as nossas pesquisas sobre os seus territórios.*”

Descreve ainda, resumidamente, as acções desenvolvidas em cada um daqueles territórios: “*Angola – Prosseguiu-se com o estudo das numerosas estações paleolíticas*

existentes na “região do Sudoeste” e manteve-se intercâmbio com o Museu Nacional de Arqueologia, sediado em Benguela, e com o Laboratório Nacional de Antropologia, de Luanda”, fazendo ainda menção a algumas visitas daqueles organismos, à cooperação futura na realização de prospecções e escavações e à publicação de alguns artigos científicos;

Guiné-Bissau, referindo um projecto previsto para a realização de “estudos das potencialidades de realização de escavações arqueológicas” com o Departamento de Arqueologia da Universidade de Dakar (Senegal), contudo sem seguimento;

“Moçambique – Prosseguiu-se com o estudo das estações arqueológicas do Vale do Zambeze e das Cerâmicas da Idade do Ferro africana e tem-se mantido intenso intercâmbio com o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane”, mencionando também um projecto de cooperação no âmbito da implementação do “Programa de Levantamento Arqueológico de Moçambique”.

Miguel Ramos refere ainda, que à data se encontrava um docente e investigador da Universidade de Maputo, João Morais, a desenvolver no CPHA a tese de dissertação a apresentar à Universidade de Oxford, intitulada “A Arqueologia das Comunidades Camponesas em Moçambique”. Conclui com a descrição da bibliografia produzida no CPHA, desde 1974, respeitante ao Quaternário, Pré-História e Arqueologia daquele território.



Atesta ainda, através de uma Declaração datada de 30 de Maio de 1985 (Fig. 18), a doação ao CPHA-IICT, de cinco vasos de cerâmica, recolhidos em Angola e referenciados no artigo “Vasos Cerâmicos de Angola” na Revista *Geographica*³⁹, a qual foi efectuada pelo co-autor do mesmo artigo, Eduardo da Cunha Serrão.

³⁹ SERRÃO, C.; SALDANHA, L. (1967) – “Vasos Cerâmicos de Angola”, *Geographica*, 10, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, pp. 35-56.

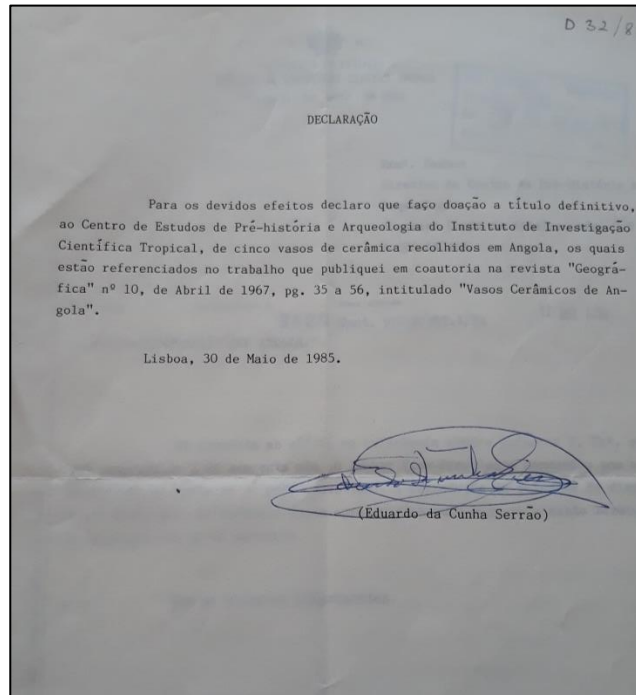


Fig. 18 - Declaração sobre a doação de cinco vasos cerâmicos de Angola ao CPHA-IICT
(Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)



Outro documento, dirigido ao director do CPHA, datado de 11 de Janeiro de 1988 e assinado pela investigadora Maria da Conceição Rodrigues, tem como assunto: *“Recolha dos materiais arqueológicos, recolhidos durante as Campanhas da Missão Antropológica da ex-Junta das Missões Geográficas e Investigações do Ultramar e que se encontram no Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto”* (Fig. 19). No mesmo consta: *“...tenho a honra de solicitar a V. Ex^a. que se digne providenciar para que a signatária se possa deslocar ao Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, para efectuar a recolha e embalagem dos materiais arqueológicos e se possível da documentação existente”*, após a concordância oficial de Machado de Cruz e Rodrigues dos Santos Júnior.

Reforça também o cuidado a ter no transporte destes materiais, ressaltando o seu valor científico e museológico, salientando que *“...o peso e o volume dos materiais a transportar é considerável.”* A duração prevista de duas semanas, inclui ainda o valor determinado para os encargos da deslocação da investigadora, referindo também a oportuna quantificação dos encargos a ter com a embalagem e transporte dos materiais arqueológicos.

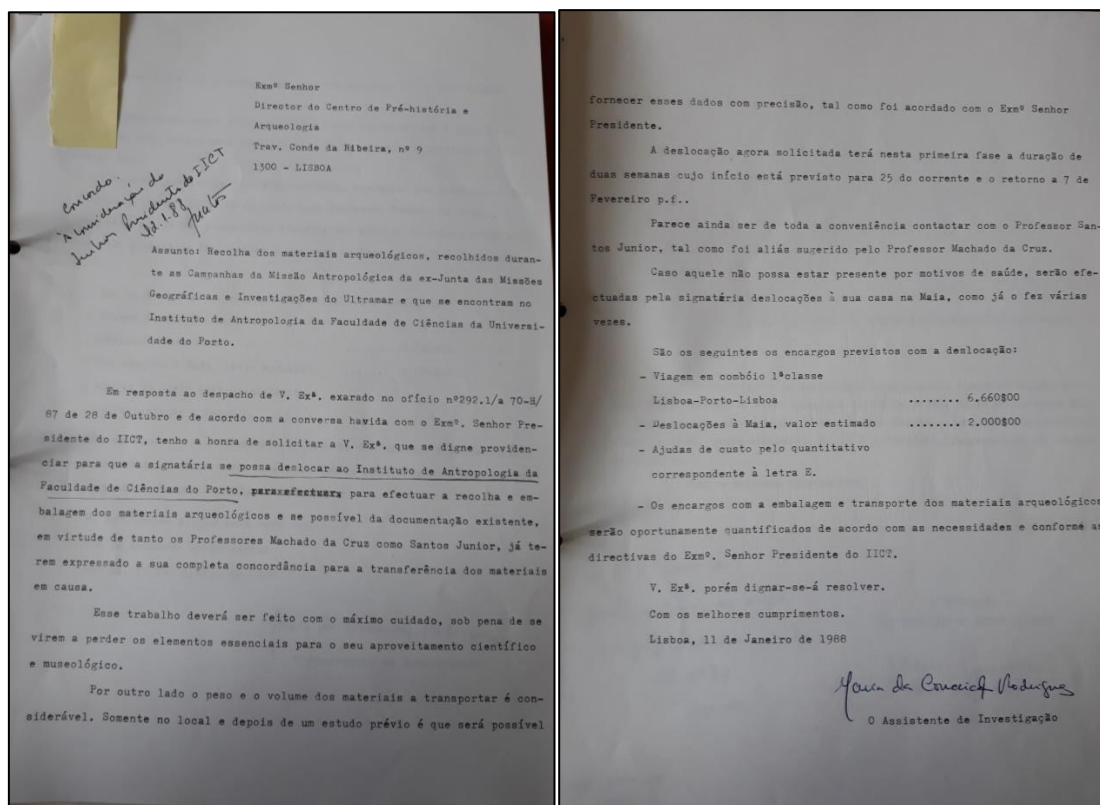


Fig. 19 - Ofício para transferência dos materiais arqueológicos datado de 11 de Janeiro de 1988 (Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)



É também atestada a cooperação com a República Popular de Angola, em ofício (Ref.^a DGC/2777/88) do Ministério dos Negócios Estrangeiros-Direcção-Geral de Cooperação, dirigida ao Presidente do IICT em 11 de Maio de 1988 (Fig. 20). Desta forma, era dado o conhecimento da comunicação da Embaixada de Portugal em Luanda sobre o término, a 29 de Abril, da Missão de investigação arqueológica chefiada por Miguel Ramos na área de Benguela, que compreendera escavações levadas a cabo por uma equipa internacional durante duas semanas, tendo o investigador transportado para Lisboa cerca de 40 quilogramas de materiais arqueológicos e geológicos.

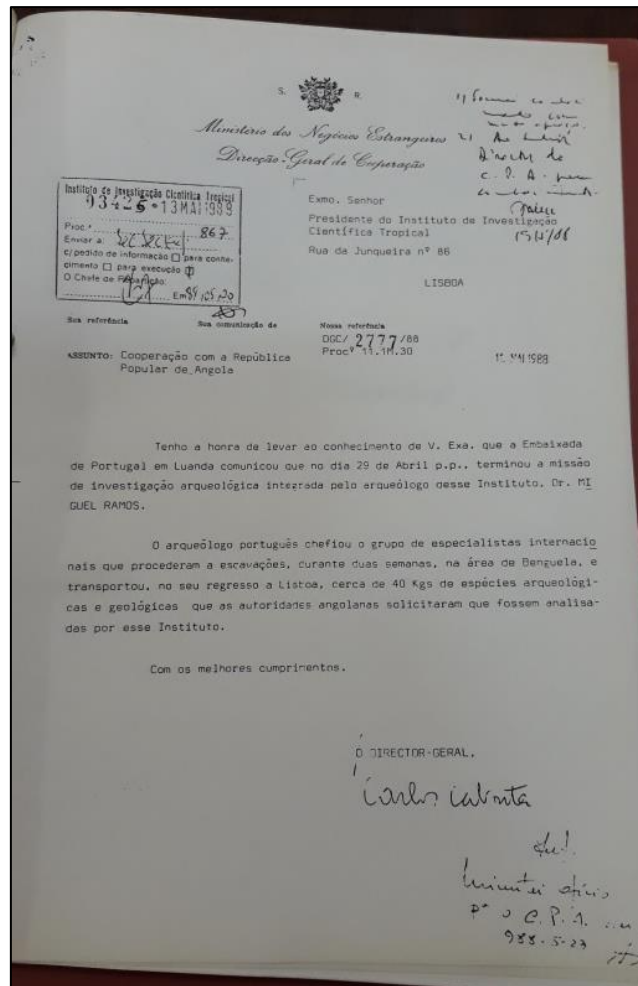


Fig. 20 - Ofício datado de 11 de Maio de 1988
(Fonte: Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC)



Através da consulta do documento seguinte, é possível averiguar em que ponto se encontrava, à data, o processo de inventariação dos materiais arqueológicos. Trata-se de uma correspondência entre Miguel Ramos e M. Paula Gutierrez Meneses, do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, datado de 16 de Novembro de 1989. O mesmo refere que os materiais arqueológicos de Moçambique, provenientes na sua maioria das recolhas efectuadas pela MAM chefiada por Santos Júnior, entretanto depositados no CPHA, se encontravam nesta data ainda com a inventariação por concluir, tarefa esta que antecedia a respectiva disponibilização para estudo. Contudo, reforça a disponibilização para a visita da investigadora, aos

materiais das estações arqueológicas a sul do Save, certamente com a intenção de intensificar e ampliar as cooperações científicas com Moçambique.



Diversos outros documentos constam do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC, dizendo respeito a assuntos vários, tais como correspondência oficial para autorização à realização das missões da MEASA e BEPAVZ, assim como relatórios onde são descritos os trabalhos realizados no decurso das mesmas e também com referência aos elementos que constituíam a equipa e respectiva descrição do material logístico necessário.

Verifica-se ainda a existência de pedidos para verbas em deslocações a encontros científicos e congressos, as propostas para cooperações científicas com Universidades de Angola e Moçambique, publicações efectuadas e previstas, integração de pessoal estagiário no CPHA, entre tantos outros documentos que testemunham a actividade de organismos que se empenhavam em não fazer esquecer a existência de acervos arqueológicos das colónias ultramarinas.

4. Características das colecções arqueológicas

As colecções coloniais de arqueologia, actualmente depositadas na FLUL, encontram-se acondicionadas em tabuleiros de madeira (Fig. 21), nos mesmos suportes de estantes metálicas em que se encontravam no CPHA (Fig. 5), adquiridas conforme referido acima, em documento comprovativo do Arquivo do CPHA do IICT/MUHNAC, na década de 1960.



Fig. 21 - Tabuleiros de madeira nos quais se encontram acondicionados os materiais arqueológicos das colecções, na FLUL.

Parte da colecção está contida em 697 tabuleiros de madeira, possuindo cada um deles pequenas caixas em cartão, dentro das quais estão preservados os artefactos com os respectivos números de inventário. Encontram-se também materiais salvaguardados em grandes caixas de cartão e de plástico, com materiais muito fragmentados e ainda com amostras de sedimentos, cada uma devidamente identificada.

Fazem ainda parte deste acervo, os materiais contidos nos quatro armários de madeira (cada um com 24 gavetas), que vieram da FLUP e que conservam parte dos artefactos recolhidos na MAM e também os artefactos da MAEG, tendo estas estruturas sido encomendadas por Santos Júnior para preservar especificamente estes materiais no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

Aquando do transporte dos tabuleiros, do IICT para a FLUL, foi estabelecida uma nova numeração para os mesmos (indicada abaixo na Fig. 22, com números a vermelho) preservando no entanto a referência anterior correspondente no tabuleiro e no inventário existente em *Excel*.



Fig. 22 - Nova numeração atribuída aos tabuleiros aquando da transferência das colecções para a FLUL, a vermelho e sublinhado, mantendo a referência anterior.

Segundo informação recolhida no Arquivo do IICT/MUHNAC, parte destes artefactos terão sido marcados, com o respectivo número de inventário, por uma funcionária do CPHA na segunda metade do século XX, embora alguns requeiram uma nova marcação, devido a evidenciarem alguma degradação do verniz e tinta utilizados para o efeito, atendendo à data recuada em que foi efectuada essa tarefa.

Aquando da mudança das colecções do IICT para a FLUL foi elaborado um registo de inventário, efectuado por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto, o qual acompanha as colecções e onde constam as seguintes informações (Fig. 23):

- N.º Tombo ULISBOA
- Números Inventário IICT (Tabuleiro)
- Caixa n.º
- Tabuleiros FLUL 2018 (data da actualização deste registo)
- Descrição
- Data embalagem
- Observações
- Destino

Nº Tombo	Números Inventário	Caixa nº	Tabuleiros FLUL 2018	Descrição	Data Embalagem	Observações	Destino
1500/2015	361	1	1	9 sacos com sedimentos (Moçambique?)	15/10/2015	Estante 8 Fila 7	FLUL
1501/2015	526	1	2	14 sacos com sedimentos (Moçambique?)	15/10/2015	Estante 8 Fila 7	FLUL
1502/2015	MAM1	2	3	3 sacos e 2 caixas (Moçambique) e 1 saco de origem indeterminada	15/10/2015	Estante 8 Fila 6	FLUL
1503/2015	MAM2	2	4	5 caixas, 1 frasco de sedimentos e 1 saco (Moçambique)	15/10/2015	Estante 8 Fila 6	FLUL
1504/2015	Estante 57 tabuleiro 6	3	5	8 caixas com fauna malacológica de Moçambique Gurue 1955 Santos Junior	15/10/2015	Estante 8 Fila 6	FLUL
1505/2015	MAM3	3	6	1 caixas com fauna malacológica de Moçambique Gurue ilha de Bazaruto Santo	15/10/2015	Estante 8 Fila 6	FLUL
1506/2015		42	4	5 caixas e 6 artefactos líticos (Moçambique)	15/10/2015	Estante 8 Fila 5	FLUL
1507/2015		43	4	1 caixa e 7 artefactos líticos (Moçambique)	15/10/2015	Estante 8 Fila 5	FLUL
1508/2015	44?	5	9	11 caixas de líticos e cerâmica do Norte de África (Egito)	15/10/2015	Estante 8 Fila 5	FLUL
1509/2015	45?	5	10	2 peças líticas	15/10/2015	Estante 8 Fila 5	FLUL
1510/2015	46?	5	11	12 sacos de sedimentos (Moçambique?)	15/10/2015	Estante 8 Fila 5	FLUL
1511/2015	[E8-F4-1]	6	12	1 saco e 1 caixa com cerâmica do Forte Velho II colagem Inês Castelo (Moçambique)	15/10/2015	Estante 8 Fila 4	FLUL
1512/2015	[E8-F4-2]	6	13	2 sacos com sedimentos e 2 1 saco com ocre ?	15/10/2015	Estante 8 Fila 4	FLUL
1513/2015		41	7	18 caixas com líticos Songo Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1514/2015		40	7	22 caixas com material lítico Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1515/2015		35	8	23 caixas com material lítico Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1516/2015		39	8	9 caixas com material lítico Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1517/2015		38	9	8 caixas com material cerâmico Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1518/2015		37	9	11 caixas com sedimentos Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1519/2015		42	10	13 caixas com material cerâmico Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1520/2015		36	10	8 caixas e 1 saco com sedimentos Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1521/2015		34	11	7 sacos com sedimentos Songo, Moçambique, 1972	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL
1522/2015	[E8-F3-1]		11	5 caixas com sedimentos Moçambique, Brigada do Zambeze	15/10/2015	Estante 8 Fila 3	FLUL

Fig. 23 - Registo em Excel efectuado por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto aquando da transferência das colecções do IICT para a FLUL

Estes descritores referem-se ao documento criado em *Excel*, relativo ao espólio proveniente de Moçambique, Angola, Timor e Guiné, embora contenha ainda informação relativa a estações de Portugal e outras proveniências (englobadas em “Outros”), não sendo estes últimos aqui abordados sob o ponto de vista histórico de recolha.

Simultaneamente foi também transferida para a FLUL a bibliografia especializada do CPHA, cuja descrição específica:

26 caixas de monografias do acervo Ilídio do Amaral;

17 caixas e 1 caixa de grandes volumes de monografias do acervo Santos Júnior;

66 caixas de monografias e 4 caixas de separatas do acervo de Antropobiologia;

114 caixas e mais 5 de grandes volumes de monografias, com mais 90 caixas de periódicos do acervo de Arqueologia.

De igual modo, consta o registo do mobiliário de apoio transferido para a FLUL, no qual se salienta: 4 Armários madeira MAM (1,50 x 1,50 x 0,60) e 7 Armários metálicos (4,51+3,01+3,01+3,51+3,51+3,51+5+5 x 2,25 x 0,52).

Como mencionado acima, as colecções coloniais de arqueologia abrangem proveniências das missões científicas a Moçambique (MAM e BEPAVZ), Guiné (MAEG), Angola (MAA e MEASA), Timor (MAT) e ainda de várias estações de Portugal (diversos locais) (*vide* Anexo I), estando a grande maioria dos artefactos acondicionados nos tabuleiros de madeira.

Nos armários da MAM estão exclusivamente alguns artefactos provenientes da MAM e a totalidade dos referentes à MAEG.

Pela observação da Tabela 1, onde é apresentada a percentagem relativa ao número de tabuleiros existentes na colecção, é evidente uma maioria proveniente de Angola, com um total de 507 tabuleiros.

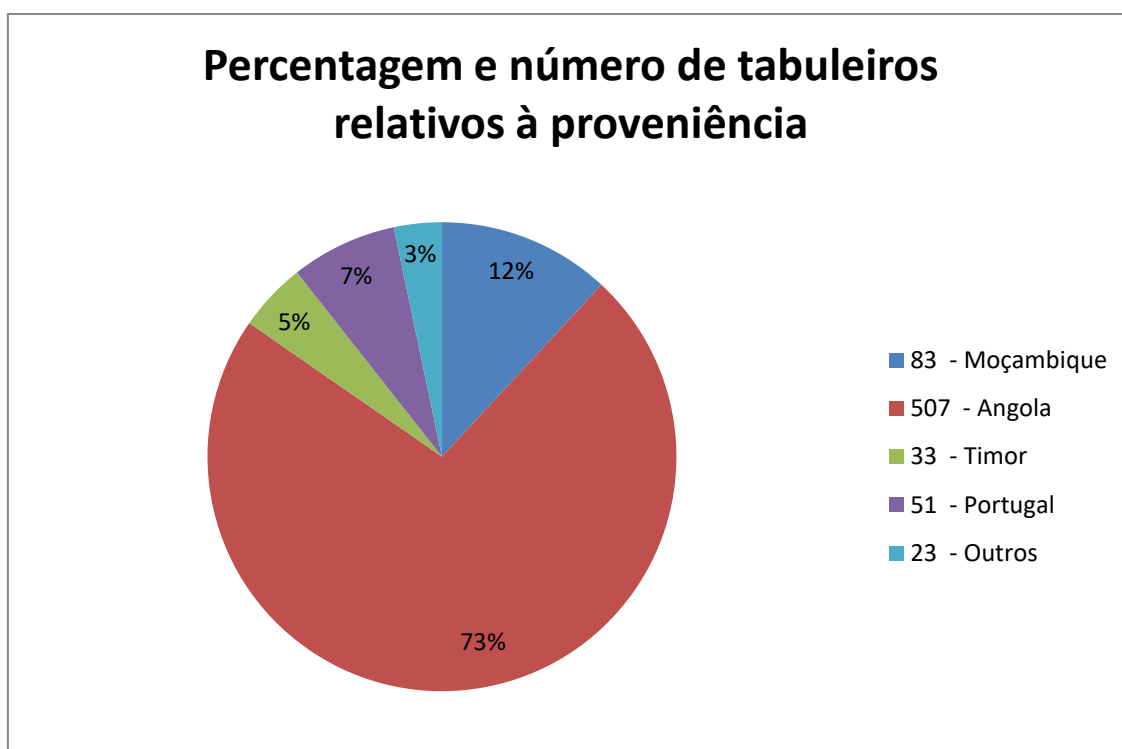


Tabela 1 – Percentagem e número de tabuleiros relativos à proveniência.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à quantidade de artefactos recolhida em cada missão científica⁴⁰, bem como o número de tabuleiros correspondentes, com a respectiva indicação numérica [n.º] e breve descrição⁴¹.

De Moçambique contabilizam-se 83 tabuleiros, sendo 37 relativos à MAM e 46 à BEPAVZ, perfazendo 12% dos tabuleiros da colecção⁴²:

- MAM (Total de 9.613 artefactos)

5 tabuleiros com líticos [n.º 7, 8, 10, 24, 25];

21 com cerâmica, provenientes de locais como Gurué [n.º 31 ao 34, 51]; Chitavi [n.º 35]; Gomene [n.º 36 ao 43]; Riane [n.º 44 ao 50], todos em datas compreendidas entre 1937 e 1948;

1 com granitos [n.º 68] recolhidos por Santos Júnior em Cuamba em 1946;

2 com fauna malacológica [n.º 5 e 6] proveniente de Gurué em 1955;

1 do concheiro de Palma [n.º 164];

6 com sedimentos [n.º 1 ao 4, 11, 13];

1 com diversos [n.º 30] e amostras de madeira.

- BEPAVZ (Total de 1.128 artefactos)

35 tabuleiros com líticos, do Songo [n.º 14 ao 17, 28, 29, 52 ao 65, 76 ao 79, 81 ao 83] e do Zumbo [n.º 26, 66, 67, 69 ao 73, 75];

1 com líticos e porcelana do Zumbo [n.º 74];

4 com cerâmica, de Forte Velho II [n.º 12] e do Songo [n.º 18, 20, 80];

4 com sedimentos [n.º 19, 21 ao 23];

2 com diversos, de Cachomba [n.º 27, 168];

Relativamente aos armários, o inventário elaborado em *Excel* conta ainda com a referência a 76 gavetas com artefactos líticos e amostras provenientes da MAM e outras com referência a material documental, encontrando-se estes documentos no Palácio Calheta, onde se incluem separatas, mapas e cartas arqueológicas.

⁴⁰ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia do MUHNAC, Ana Godinho Coelho.

⁴¹ Com base no inventário existente em *Excel*.

⁴² A percentagem é apenas relativa à quantidade dos tabuleiros existentes, excluindo-se nestes valores os armários e contentores de cartão e de plástico.

O material osteológico (de símios) contém a indicação de ter sido encaminhado para o núcleo de colecções do MUHNAC, ao cuidado da curadora da colecção de Antropologia Física, Susana Garcia, salientando-se uma tese de mestrado elaborada neste âmbito⁴³.

Nas grandes caixas de cartão individuais encontram-se ainda amostras de sedimentos recolhidos durante a MAM e artefactos em estado muito frágil, contendo cada uma a respectiva identificação e descrição do conteúdo.

Nestes armários encontram-se também os artefactos recolhidos durante a MAEG, num total de 1988 artefactos, líticos e maioritariamente fragmentos cerâmicos (gavetas 83-86) da Gruta de Nhampassaré.

De Angola, contabiliza-se um total de 507 tabuleiros, sendo 139 provenientes da MAA e 368 da MEASA, consistindo no território com maior percentagem de tabuleiros da colecção, designadamente 73%:

- MAA (Total de 12.390 artefactos)

125 tabuleiros com líticos: provenientes de Mavoio [n.º 108, 110, 224 a 252]; da Gruta da Leba [n.º 116, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133 ao 140]; de várias proveniências [n.º 109, 111 ao 113, 253 a 276, 277 a 297, 301, 304 a 316, 320 a 323, 331]; recolhidos por Rui Sousa [n.º 303]; da Zootécnica [n.º 298 a 300, 302]; e de várias estações [n.º 317 a 319];

1 com cerâmica [n.º 114];

8 com sedimentos e fauna malacológica da Leba [n.º 117, 121, 122, 123, 130, 131, 132, 326];

1 com indicação de ossadas de Porto Alexandre [n.º 325];

4 com diversos [n.º 327 a 330];

- MEASA (Total de 110.119 artefactos)

366 tabuleiros com líticos, sendo 282 provenientes da estação 355-7 de Capangombe Velho [n.º 327 ao 330, 380 a 658, 660, 697]; 49 provenientes da estação 355-11 de

⁴³ CARVALHO, F. L. (2019) – *A coleção colonial de restos humanos no MUHNAC: Missão Antropológica de Moçambique*, Tese de Mestrado apresentada ao ISCSP da Universidade de Lisboa e com a orientação de Susana Garcia (MUHNAC).

Santo António Capangombe [n.º 324, 332 a 379]; 35 restantes de várias estações [n.º 659, 661 a 695];

2 com lâminas delgadas [n.º 141, 142] e indicação de Paula Freire;

De Timor contabiliza-se um total de 33 tabuleiros, perfazendo apenas 5% dos tabuleiros da colecção:

- MAT (Total de 1.741 artefactos)

18 com líticos [n.º 84 a 86, 93, 99, 102 ao 107]; 7 deles com indicação “proveniente CEA, 2006” [n.º 143 ao 147, 149, 151];

1 com cerâmica [n.º 101];

12 com fauna malacológica e osteológica [n.º 87 a 92, 94 a 98, 100];

1 com madeiras com indicação “proveniente CEA, 2006 “ [n.º 150];

1 com insectos e sedimentos [n.º 148];

Relativamente aos tabuleiros de proveniência exclusiva das colónias ultramarinas (Tabela 2), é evidente um maior número atribuído à MEASA (Angola), sendo indubitavelmente o território com mais representatividade.

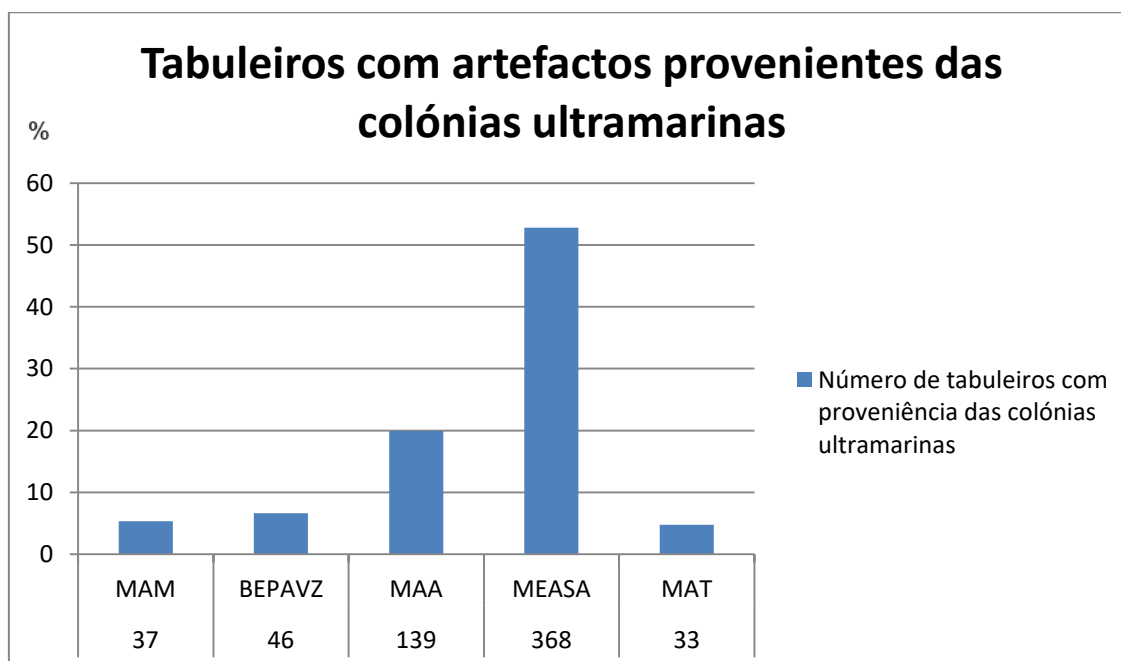


Tabela 2 – Representação gráfica da quantidade de tabuleiros com artefactos das colónias ultramarinas.

Na Tabela 3 abaixo, relativa apenas aos territórios ultramarinos, é possível observar a predominância do número de artefactos com origem em Angola:

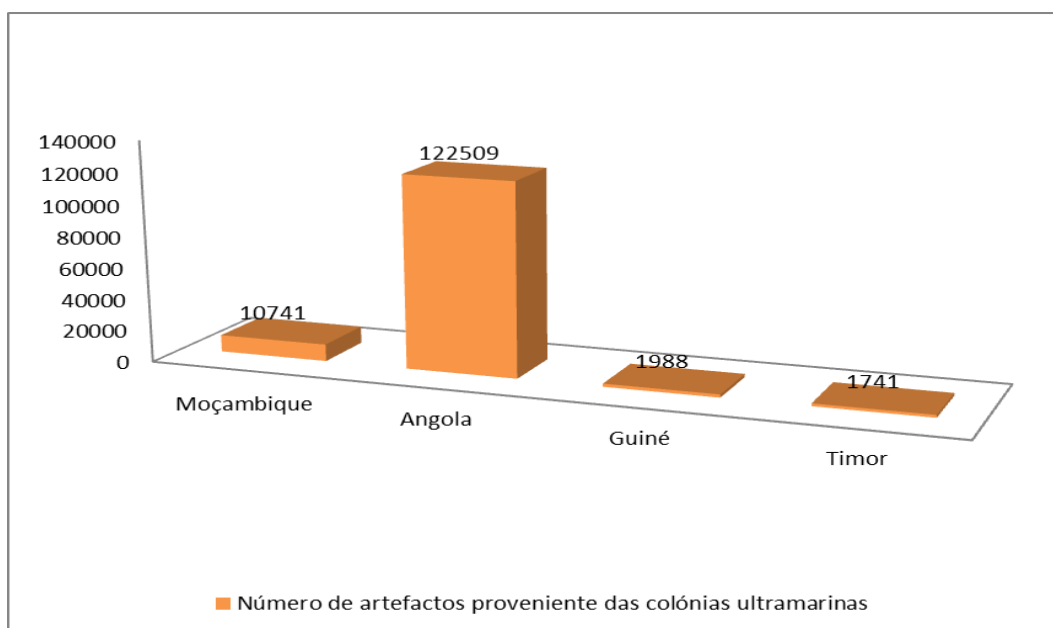


Tabela 3 – Quantidade de artefactos recolhidos em territórios ultramarinos.

De Portugal e com 7% dos tabuleiros da colecção, regista-se um total de 51 tabuleiros e ainda 3% sob a designação de “Outros”, com um total de 23 tabuleiros, sendo aqui o número de artefactos indeterminado:

51 tabuleiros provenientes de várias estações de Portugal [n.º 115, 130, 152, 153, 165, 166, 167, 169 ao 179, 182 ao 207, 213 a 215, 219, 221 a 223], com líticos e diversos; 23 tabuleiros com diversos [n.º 154 a 162], onde se incluem ofertas [n.º 180, 181], líticos com a referência 27-1 [n.º 208 a 212] e F-68 [n.º 216 a 218, 220], lâminas delgadas com referência a Santos Júnior 1957 e indicação de Paula Freire [n.º 696], líticos e cerâmica do Egipto [n.º 9] e metade de uma mó [n.º 697].

Efectivamente, as colecções de arqueologia colonial formam um conjunto muito diversificado, tanto no que se refere a proveniências, como ao tipo de artefactos que as constitui, na sua maioria líticos (de cronologias da Idade da Pedra e Idade do Ferro), nos quais se inclui restos de talhe, lascas, núcleos e também artefactos de maior elaboração, nomeadamente, bifaces e machados de mão.

Miguel Ramos debruçou-se sobre o estudo dos machados de mão e respectivas tipologias, provenientes das recolhas superficiais da estação arqueológica de Santo António, Capangombe (355-11), os quais perfazem uns significativos 196 artefactos, de um total de 1.776 artefactos recolhidos (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015).

Destacam-se os artefactos da Fig. 24 (tabuleiro n.º 332) os quais apresentam características musealizáveis.



Fig. 24 - Artefactos de Santo António Capangombe (MEASA).

No conjunto incluem-se ainda fragmentos de cerâmica, diversos testemunhos de fauna osteológica e malacológica e ainda amostras de sedimentos e outros elementos pétreos (fragmentos de granito) recolhidos.

No que diz respeito às matérias-primas representadas, destacam-se entre outros, maioritariamente os quartzitos, quartzo, sílex, calcário e seixos.

Também a origem de recolha dos mesmos é variada, onde se incluem recolhas de superfície, em prospecções, escavações, ofertas, amostras ou até mesmo achados ocasionais, de que é exemplo uma pequena lasca em sílex, cuja etiqueta indica ter sido recolhida na Cidade Universitária de Paris, por Miguel Ramos em 1980.

Salienta-se ainda aqui um artefacto, pelas características que apresenta, tendo sido o mesmo já referenciado por José Leite de Vasconcelos no início do século passado, nomeadamente, no XVIII volume de «O Archeologo Português» (VASCONCELOS, 1913) na secção dedicada aos “*Instrumentos preistóricos da África Portuguesa*” (Fig.

25). Trata-se de uma “Lança de sílex” proveniente de Quifandongo (Luanda) que se encontrava à data no Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Lisboa e descrita por José Leite de Vasconcelos como «magnífica», talhada nas duas faces e retocada nos bordos.

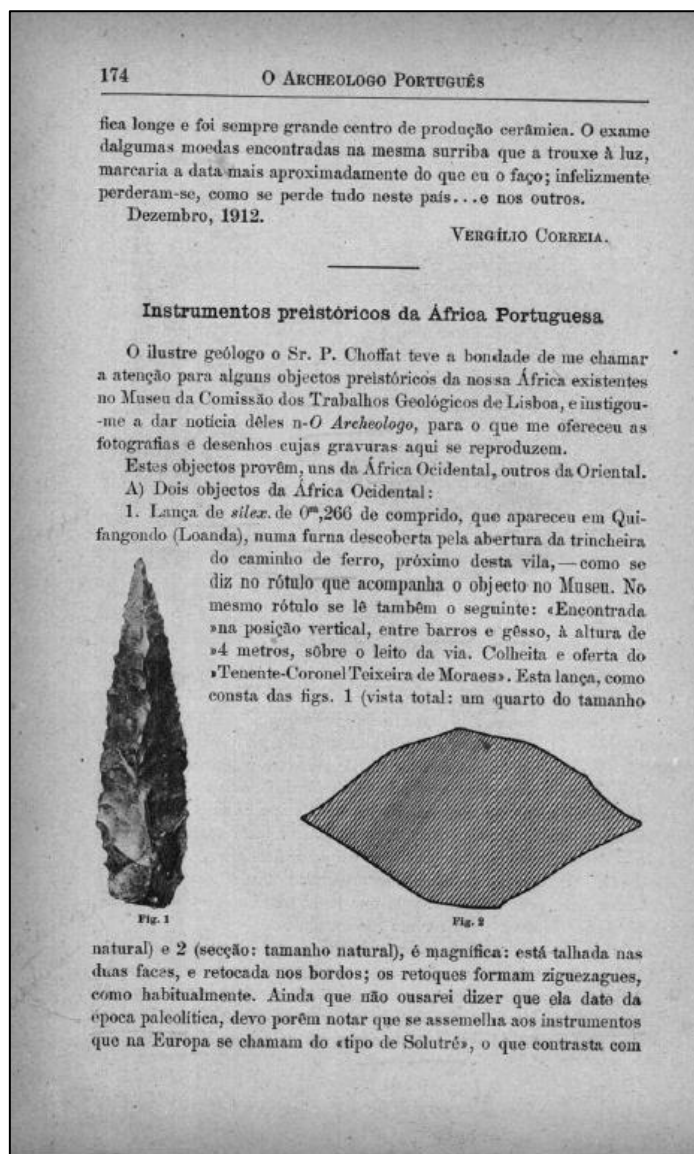


Fig. 25 - Referência à “Lança de sílex” proveniente de Angola, no XVIII volume de «*O Archeologo Português*» (1913).

Tal como referido na publicação de 1913, acompanha ainda este artefacto a respectiva ficha manuscrita que testemunha o contexto da sua recolha. Com origem numa doação, lê-se na mesma o seguinte (Fig. 26 e 27):

“Localidade: Quifandongo. Furna descoberta pela abertura da trincheira do Caminho de Ferro próximo desta villa (...) Encontrada na posição vertical entre barros e gessos, à altura de 4 metros sobre o leito da via.

(Colheita e Offerta do T.^{te} Coronel Teixeira de Moraes).”



Fig. 26 - “Lança de Sílex” com indicação do local de recolha e oferta.

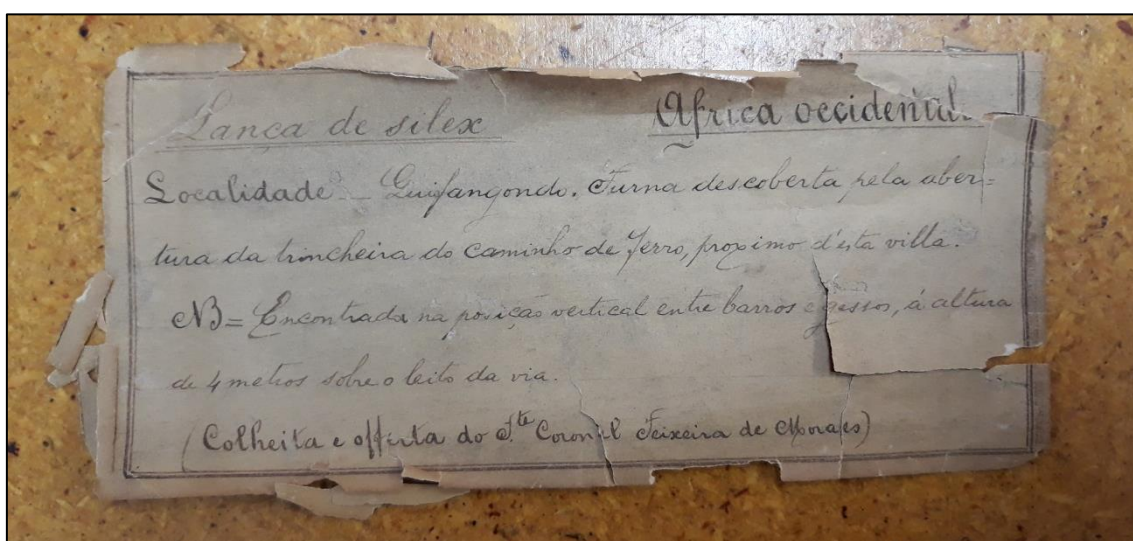


Fig. 27 - Pormenor da ficha que acompanhava este artefacto aquando da doação.

Com efeito, a abertura de valas para os caminhos-de-ferro proporcionava no início do século XX a descoberta, pelas equipas de geologia no terreno, de alguns achados arqueológicos (MATOS, 2015).

Na publicação efectuada por José Leite de Vasconcelos, são ainda destacados outros artefactos provenientes das colónias ultramarinas portuguesas, nomeadamente, um raspador de sílex encontrado em Huíla e ainda dois artefactos em sílex recolhidos perto de Ontongotongo (Huíla) ambos com origem em ofertas pelo Padre Antunes que terá estado destacado nessa região. Destaca também uma “Aguçadeira” de quartzite com proveniência em Moçambique, oferecida pelo Tenente-Coronel Manuel Teixeira Soares e faz ainda referência a um raspador neolítico encontrado na Guiné, oferecido pelo Cónego Marcelino de Barros (PEREIRA, 1908).

Como exemplo de outros materiais integrados nas colecções, destacam-se os artefactos de pedra polida oferecidos à MAM, chefiada por António de Almeida, em 1950, efectuada por Manuel Martins, o qual ocupava à data a função de Administrador de S. Salvador do Congo. Estes materiais foram divulgados no início da última década (MATOS; SENNA-MARTINEZ; MARTINS, 2013).

Indiscutivelmente, as colecções coloniais de arqueologia presentes na FLUL, constituem um conjunto único e incomparável pela diversidade, qualidade e quantidade de artefactos que apresentam. Apesar de parte deste acervo ter sido estudado, tanto em publicações científicas como em estudos de âmbito académico, existe ainda uma parte significativa destes materiais por estudar, que requerem a respectiva classificação tipológica.

As colecções da MAM, foram depositadas no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, até serem posteriormente transferidas para o CPHA-IICT em 1988, contando com a devida preparação destes materiais arqueológicos, recolhidos nas missões, de modo a preservarem o seu valor científico⁴⁴.

O inventário dos artefactos da MAM (em registo informático *Access*) e estudo dos materiais foram inseridos no Projecto «Estudo do Espólio da Missão Antropológica de Moçambique», em 1996, realizado por investigadores do IICT e publicada na revista *LEBA* (ROQUE, 2002). Durante a execução do mesmo foram preenchidas fichas de

⁴⁴ De acordo com a informação recolhida junto da curadora assistente de arqueologia Ana Godinho Coelho, do MUHNAC.

inventário individuais para cada estação arqueológica onde constam as respectivas coordenadas geográficas, dados de recolha, tipologia e quantidade de materiais recolhidos, período e a sua localização nas reservas de arqueologia.

Em 2004 foi divulgado o espólio destas missões existente no CPHA, nomeadamente, no «VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais “A Questão Social no Novo Milénio”», reforçando a importância da sua disponibilização para o estudo e investigação (ROQUE; FERRÃO, 2004). Destaca-se neste estudo a organização do respectivo inventário, apresentada em tabelas, com a representação do espólio arqueológico (1936/1956) e síntese das estações referenciadas por campanha e com materiais, à data, presentes no CPHA-IICT.

Sobre os materiais recolhidos na MAT, era referido em meados do século XX, que: “...com exceção dos materiais de Laga, atualmente depositados no Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), em Lisboa, todos os restantes materiais foram deixados em Timor e nunca foram devidamente descritos (Mendes Corrêa et al. 1956:296).”⁴⁵.

Dos materiais que integram as colecções, destacam-se as publicações de alguns artefactos que ainda se encontravam inéditos, mais especificamente na Revista *LEBA* (RAMOS; RODRIGUES, 1980).

Mais recentemente, foram publicadas informações de campo recolhidas por António de Almeida, encontrando-se alguns documentos e notas, relativas às primeiras missões, no IICT/MUHNAC.

De elevada contribuição, são no entanto os trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas (*vide* ROQUE; FERRÃO, 2002; ROQUE; MARQUES; FERRÃO, 2011).

Relativamente ao estudo do conjunto de materiais recolhidos durante a MEASA, além de algumas distinções a nível regional apontadas por Miguel Ramos, estes materiais não foram até à data alvo de um estudo aprofundado e exaustivo (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015), encontrando-se divulgados apenas alguns resultados parciais. Salienta-se um estudo de âmbito académico (MOREIRA, 2012), no qual foi efectuada a análise tipológica de um pequeno conjunto de artefactos, designadamente, 95 machados de mão, à data depositados no IICT. Relativamente ao conjunto proveniente da estação

⁴⁵ In “75 Anos de Investigações Arqueológicas em Timor-Leste”, comunicação apresentada no «Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial» (2011: 6), por Nuno Vasco Oliveira.

arqueológica de Capangombe Velho (355-7), é o que apresenta, dada a elevada quantidade de materiais que o constituem, uma adequada classificação tipológica, ainda por realizar.

Ao inventário e estudo efectuado para os materiais arqueológicos da BEPAVZ (RAMOS, 1979b), foi acrescido o estudo das cerâmicas locais, que se encontravam depositadas no CPHA-IICT, efectuado em âmbito académico (CASTELO, 2014) com a selecção e inventariação de todos os fragmentos cerâmicos classificáveis, oriundos das escavações realizadas em 1971 e 1972, nos sítios arqueológicos do Songo, Forte Velho II, Forte D. José e Forte D. Afonso, no âmbito da construção da barragem de Cabora-Bassa (Moçambique). O conjunto total estudado fez um total de 1.076 fragmentos (610 para o Songo; 116 para o Forte Velho II; 24 na prospecção entre o Forte Velho II e Forte D. José; 304 para o Forte D. José; 22 para o Forte D. Afonso).

A marcação prévia dos materiais, com respectivo número de inventário, encontrava-se já realizada após o término das duas campanhas no terreno, tendo no entanto, sido reforçados aquando dos estudos encetados para esta colecção efectuados por Conceição Rodrigues (RODRIGUES, 2004).

Em 2014 foram marcados com uma nova designação, preservando as referências anteriores, procedendo-se ao desenho e registo fotográfico e ainda à elaboração do respectivo inventário sob a forma de matriz de dados em Excel (CASTELO, 2014).

A importância do inventário na gestão das colecções e na acessibilidade constitui uma forma de salvaguardar o património, nomeadamente, através da respectiva informatização num programa de gestão de colecções.

Comparativamente com outras colecções musealizadas, provenientes das colónias africanas, Angola e Moçambique, presentes em museus internacionais, de que é exemplo o *British Museum* (vide MITCHELL, 2002), as colecções reunidas pelo IICT evidenciam um conjunto único de testemunhos, com elevado valor em termos de qualidade e quantidade.

5. Publicações, projectos e divulgação: durante IICT e IICT/MUHNAC

Para além da documentação oficial existente, há também uma abundante quantidade de artigos científicos, notas e outras publicações que são imprescindíveis para a compreensão e estudo das colecções recolhidas durante as missões científicas, tanto produzidas pelos principais intervenientes das missões, como por auxiliares das mesmas e mais recentemente por investigadores que foram dedicando as suas pesquisas à arqueologia das colónias ultramarinas.

Destacam-se seguidamente algumas delas, consideradas mais relevantes para o presente estudo, não sendo porém pretensão do mesmo salientar todas as existentes cujo objectivo ultrapassaria o âmbito deste relatório.

Seguindo a ordem cronológica, salientam-se também alguns projectos desenvolvidos no âmbito das colecções coloniais de arqueologia e publicações associadas, bem como a realização de acções de divulgação online mais recentes.

1880 – Realização da “IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica” em Lisboa, cujo impacto terá impulsionado a formação de colecções arqueológicas fundamentais para a institucionalização da arqueologia em Portugal (PEREIRA E., 2017).

1890 – Primeira referência a testemunhos arqueológicos das colónias ultramarinas, no artigo “Primeiros Vestígios do Período Neolítico na Província de Angola”, publicado na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* (SEVERO, 1890), onde são mencionados alguns instrumentos líticos angolanos⁴⁶.

1908 – Referência a “Utensílios da época da pedra na Guiné Portuguesa”, no volume XIII de «*O Archeologo Português*» (PEREIRA, 1908), com a indicação do artigo original intitulado: “Nota acerca de um jazigo de labradorites lascadas, encontrado pelo Dr. Maclaud na confluência de Féfiné e do rio Grande (Guiné Portuguesa)”, publicado na *Anthropologia* (XVI, 6–1905) por E.P. Hamy.

⁴⁶ Informação obtida em POLONI, 2013.

1913 – José Leite de Vasconcelos, em “Instrumentos preistóricos da África Portuguesa”, no volume XVIII de «*O Archeologo Português*» (VASCONCELOS, 1913), faz a primeira referência a uma “Lança de sílex” proveniente de Quifandongo (Luanda), com origem numa oferta e posteriormente integrada nas colecções coloniais de arqueologia do CPHA do IICT.

Na mesma publicação são ainda referidos outros instrumentos pré-históricos recolhidos na África portuguesa.

1934 – Realização da «1ª Exposição Colonial Portuguesa», na cidade do Porto, inaugurada a 15 de Junho e patente ao público até 30 de Setembro, constituindo-se como o primeiro grande acto de propaganda colonial na metrópole. Pretendia exaltar os feitos gloriosos em territórios ultramarinos, numa afirmação política do poder central alusiva à cultura racial das colónias, com a recriação dos habitats naturais do mundo colonial e a exposição das suas gentes. Contou com a edição de cartazes, guias, folhetos, postais e brochuras, profusamente ilustrados e uma grande divulgação nacional e internacional, na qual se contabilizaram cerca de um milhão e trezentos mil visitantes (Fig. 28).

Deste evento resultaram também estudos, relatórios científicos, filmes e documentários e ainda a organização de várias actividades, entre as quais a realização, no Porto, do «1º Congresso Nacional de Antropologia das Colónias» (nos dias 22 a 26 de Setembro) por iniciativa da «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», reforçando o interesse político da nação pelas suas colónias. Do encontro destacam-se aqui as seguintes comunicações, inseridas na 3ª Secção “Pré-História e Arqueologia”⁴⁷:

“*Contribuição para o estudo da prehistória angolense (Distrito de Malange)*”, por Fernando Mouta; “*Ruínas arqueológicas de Zimbabué (Rodésia)*”, por Mendes Correia; “*Rui de Serpa Pinto e a Arqueologia de Angola*”, por Santos Júnior; “*Sobre um instrumento pré-histórico de quartzo hialino, encontrado em Tomboca, Congo português, Angola*”, por Joaquim da Silveira e Santos Júnior.

⁴⁷ in “*Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*”, vol. VII, Porto (1935: 14-15).



Fig. 28 - Brochura de divulgação da «1ª Exposição Colonial Portuguesa», no Porto em 1934
 (Fonte: Biblioteca Nacional Digital, <https://purl.pt/22849/3/#/1>)

1936 – Criação do Museu do Dundo (Angola), destinado à recolha de objectos característicos dos indígenas da região (Lundas e Quiocos). Com uma colecção inicial de 496 artefactos, ascendeu rapidamente aos 2.792 e em 1942 perto de 5.500, em recolhas de campo numa área de 80.000 km², tornando-se doravante no Museu Etnográfico da Companhia de Diamantes de Angola⁴⁸.

⁴⁸ (vide PORTO, 1999).

1946/1950 – Ganham ênfase algumas publicações do Museu do Dundo, mais especificamente por colaboradores da Secção de Geologia e Pré-História, onde eram realizados estudos sistemáticos sobre arqueologia africana, numa primeira época de 1936 a 1953 (JANMART, 1946; JANMART e REDINHA, 1948; LEAKEY *et. al.*, 1949; BREUIL e JANMART, 1950) e numa segunda época de 1956 a 1975 (CLARK, 1963; 1966), integrados nos «Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)» contribuindo para a afirmação da arqueologia neste território.

1947 – Realização do «1º Congresso Pan-Africano de Pré-História» (Nairobi), organizado por Louis Seymour Bazett Leakey (1903-1972) e presidido por Henri Édouard Breuil (1877-1961), onde participaram 27 países, inclusive Portugal, com o objectivo de abordar questões específicas das disciplinas de Geologia, Paleontologia Geral e Climatologia, Paleontologia Humana e também Arqueologia Pré-Histórica, evidenciando o crescente interesse europeu na arqueologia colonial.

No seu decurso foi estabelecido o acordo para a uniformização do uso da terminologia para Idade da Pedra em toda a África, contribuindo para o carácter multidisciplinar da Pré-história.

1950 – Publicação da «*Carta da pré-História de Moçambique*» (SANTOS JÚNIOR, 1950), com a indicação das estações arqueológicas identificadas durante as campanhas e a referência a outros pesquisadores que contribuíram, à data, para o conhecimento da Pré-História daquele território.

1952 – É publicada a “*Nota preliminar acerca da estação Pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)*”, apresentada na «Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais em Bissau», realizada em 1947 (MATEUS, 1952), onde é feita uma abordagem muito preliminar aos materiais arqueológicos recolhidos na MAEG.

1953 – Realização do «IV Congresso da Pré-história do Extremo Oriente», realizado em Manila (de 16 a 28 de Novembro), onde são apresentados pela primeira vez ao meio científico internacional, alguns materiais arqueológicos do sítio da Laga (Timor), por António de Almeida, ainda durante o decurso da primeira missão a esta colónia.

No ano seguinte, em 1954, participaria de igual modo no «Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas», em Madrid.

1967 – Divulgação de dezanove artefactos arqueológicos provenientes de Angola, na publicação “*A Estação Paleolítica da Baía Farta (Angola)*”, numa Separata do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» da Universidade do Porto (ERVEDOSA, 1967). O estudo recai sobre uma pequena colecção de utensílios paleolíticos oferecida por Gaspar Soares de Carvalho ao Museu daquele Instituto.

1968 – Os “Estudos Gerais Universitários de Angola” passam a Universidade de Luanda, actual Universidade Agostinho Neto, com a criação dos cursos de Letras (por onde passaram alguns investigadores portugueses, tais como, Miguel Ramos, Victor dos Santos Gonçalves e Victor Oliveira Jorge).

Simultaneamente os “Estudos Gerais Universitários de Moçambique” passam a Universidade de Lourenço Marques, actualmente Universidade Eduardo Mondlane, também com a criação dos cursos de Letras.

1972 – Publicação do artigo “Algumas descobertas recentes no Sudoeste de Angola (Nota prévia)” (RAMOS, 1972), na sucessão da respectiva comunicação efectuada nas «I Jornadas Arqueológicas» em 1969, por Miguel Ramos e posteriormente publicada nas Actas em 1970.

Neste artigo, além da constituição da equipa e aspectos logísticos, são mencionadas os trabalhos arqueológicos efectuados no Sudoeste de Angola durante a MEASA, nomeadamente, a localização topográfica de estações já referenciadas e das novas estações descobertas, fazendo a respectiva descrição em tabela (n.º de folha na carta geográfica; n.º da estação; coordenadas; nome do local). É também efectuada uma abordagem com vista ao esclarecimento de questões crono-culturais da região, fazendo de igual modo, destaque à arte rupestre.

1973 – Comunicações efectuadas por Miguel Ramos, nomeadamente, a “Exploração arqueológica na área de Cabora Bassa” nas «II Jornadas Arqueológicas» e “Nota acerca de achados de cerâmica chinesa no Zumbo (Moçambique)” no «III Congresso Nacional de Arqueologia» (RAMOS, 1973 e 1973a).

1974 – Publicação do artigo “Acerca da Tipologia das Achas no Acheulense de Angola (O caso de Capangombe – Santo António)” (RAMOS, 1974), onde se apresenta um estudo mais detalhado dos artefactos desta estação arqueológica, escavada durante a

MEASA, efectuando uma análise tipológica dos materiais e ainda a representação gráfica em ilustração dos artefactos considerados mais significativos do conjunto.

1974 – Publicação do artigo “Breve introdução à Pré-história de Angola” (JORGE, 1974) o qual resulta, segundo nota do autor, “...da reelaboração de parte de uma palestra pronunciada em Sá da Bandeira em Fevereiro de 1973, e publicada no «Boletim Cultural» da Câmara Municipal da mesma cidade, nº36 de 1974.” O mesmo evoca a arqueologia encontrada naquele território, as suas características e a produção científica, bem como os projectos futuros nesta área, atendendo às consequências dos acontecimentos recentes, à data, da Guerra Colonial.

1976 – Publicação do artigo “A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe (Dembos, Angola)” (MARTINS, 1976), onde são apresentados alguns artefactos desta estação do Noroeste de Angola. É ainda mencionado, que do conjunto estudado, os materiais cerâmicos e da estação DI-Quibaxe foram integrados por oferta nas colecções do Museu de Angola (Luanda) e os materiais líticos encontravam-se, à data, depositados na Secção de Pré-História e Arqueologia da JIU, em Lisboa.

1978 – Criação da revista “*LEBA-Estudos de Pré-História e Arqueologia*” (Fig. 30 e 31), fundada por Miguel Ramos e com a permissão da JICU para a publicação de temas estritamente arqueológicos, mais precisamente estudos do Quaternário, pré-História e Arqueologia. O nome terá sido escolhido em homenagem ao arqueólogo Camarate França pelas suas intervenções na Gruta da Leba (Angola), constituído uma referência para a publicação científica da arqueologia nos anos seguintes. Foram publicadas num total de 8 volumes, até ao ano de 2002.

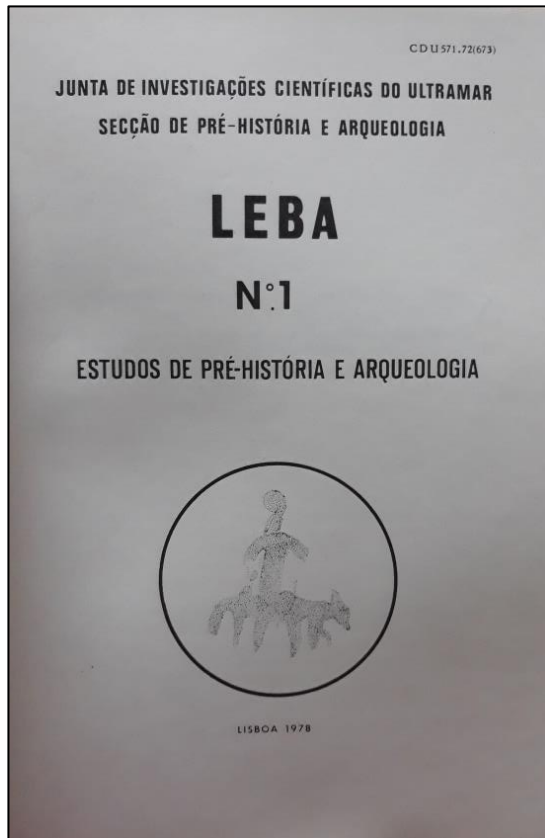


Fig. 30 - Capa dos exemplar n.º 1 da revista
«LEBA: Estudos de Pré-História e
Arqueologia».

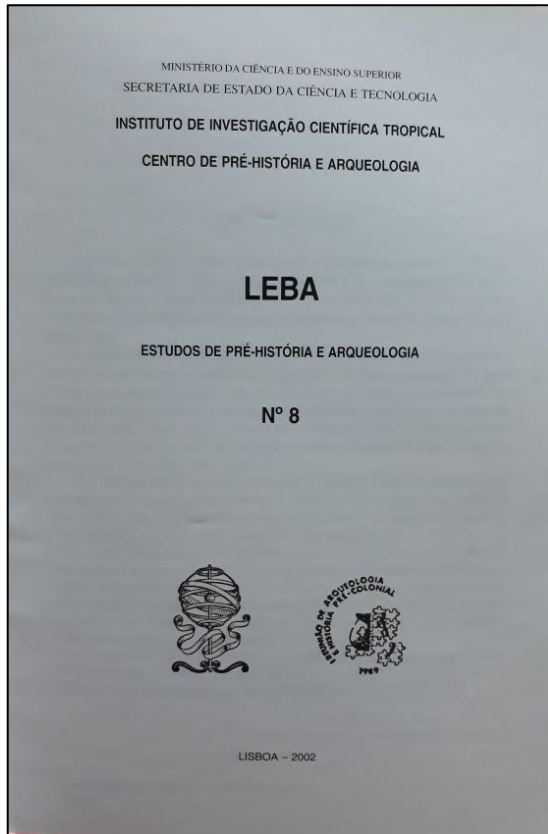


Fig. 31 - Capas dos exemplar n.º 8 (último)
da revista
«LEBA: Estudos de Pré-História e
Arqueologia».

1980 – Publicação do artigo “Le gisement acheuléen de Capangombe – St. António (Angola)” (RAMOS, 1980b), em língua francesa, abordando a tipologia dos materiais e apresentando os artefactos da estação arqueológica através de fotografia.

1980 – Publicação da obra “Arqueologia Angolana” (ERVEDOSA, 1980), editada em Luanda, a qual se apresenta como uma introdução à arqueologia do vasto território angolano. Abordando a Arqueologia da África Subequatorial, desenvolve-se em três partes específicas: “Culturas Pré-Históricas de Angola”, “A Arte Rupestre” e “Construções Megalíticas”. A compilação bastante completa dos trabalhos desenvolvidos sobre as estações arqueológicas existentes, faz desta obra uma referência de leitura obrigatória na abordagem da arqueologia daquele território, constituindo até hoje um valioso instrumento de trabalho.

1992 – Publicação das “Actas da 1.^a Reunião de Arqueologia e História Pré-Colonial” (Lisboa, 23-26 Outubro de 1989), no n.º 7 da Revista «LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia», onde constam as sessões das comunicações realizadas.

1999 – É publicado o artigo “A importância da documentação histórico-arqueológica. A biblioteca – suporte ou resultado da investigação” (RODRIGUES, 1999b), em *O Arqueólogo Português*, onde é efectuada uma reflexão sobre o percurso do IICT, como a instituição herdeira da investigação e do conhecimento do mundo tropical, abordando aqui a importância do seu património arqueológico e histórico-cultural.

2002 – Publicação do artigo “Espólio da Missão Antropológica de Moçambique. Parte I, Apresentação dos materiais arqueológicos do espólio” no oitavo volume da revista «LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia», onde é efectuada a descrição do tratamento dos materiais, metodologias realizadas, reprodução de cartas arqueológicas efectuadas por Santos Júnior, etc.

Porém, a Parte II deste estudo encontra-se ainda por publicar (constituente do número nove da revista, no prelo).

2002 – Publicação do artigo “Notas para um inventário do património histórico-cultural de Timor Lorosa'e” (ROQUE; FERRÃO, 2002), no qual é efectuada a referência às estações arqueológicas identificadas na MAT e à organização e sistematização dos materiais a elas associados, alguns deles inéditos. O estudo do espólio estendeu-se ao respectivo inventário e organização em base de dados, encontrando-se à data depositado no CPHA do IICT.

2004 – Apresentação de “*As Teias da História. Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique*” (ROQUE; FERRÃO, 2004) no «VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais “A Questão Social no Novo Milénio”», decorrido em Coimbra (de 16 a 18 de Setembro), no qual foi divulgado o acervo arqueológico e etnográfico representado nas várias campanhas da MAM, evidenciando o contributo do inventário destes materiais para a investigação científica, os quais se encontravam na maioria, à data, inéditos e depositados no CPHA do IICT.

2004 – É apresentada à FLUC a Tese de Doutoramento «*A arqueologia em Moçambique nas missões científicas da antiga Junta de Investigações do Ultramar de 1936-1972*» (RODRIGUES, 2004), elaborada pela investigadora auxiliar das campanhas efectuadas em 1971 e 1972, divulgando em primeira mão a acção das campanhas e o acervo, até então inédito, depositado à data no CPHA-IICT.

Posteriormente a este estudo de âmbito académico, seguiram-se outras publicações elaboradas por esta investigadora (RODRIGUES, 2006; 2007; 2009; 2010).

2006 – É publicado o artigo “A primeira cerâmica “tradicional recente” proveniente de Tete (Província de Tete, Moçambique)”, na *Revista Portuguesa de Arqueologia* (RODRIGUES, 2006), no qual é apresentado um conjunto de materiais recolhidos durante a segunda campanha da MAM por Santos Júnior, à data, depositados no IICT (após terem sido transferidos do Porto).

2007 – Publicação do artigo “Artefactos líticos das “estações” dos terraços fluviais da margem sul do rio Zambeze – província de Tete, Moçambique: uma primeira abordagem”, na *Revista Portuguesa de Arqueologia* (RODRIGUES, 2007), no qual é apresentado o estudo de um conjunto de artefactos líticos recolhidos por Santos Júnior durante a 6ª campanha da MAM, em 1955. À data, os materiais arqueológicos encontravam-se no IICT, após terem sido transferidos para este instituto pela própria investigadora, com vista à respectiva análise e estudo.

2008 – O IICT disponibiliza ao público, numa plataforma de pesquisa online, sob o nome «*Arquivo Científico Tropical – Digital Repository*» (ACTD)⁴⁹, com informação respeitante às colecções de arqueologia e também de cartografia, pedologia, etnografia, entre muitas outras, com o objectivo de divulgar e tornar acessível o património existente para o conhecimento científico da História e cultura dos territórios coloniais. Todavia, este *site* encontra-se actualmente desactivado.

2010 – Realização da Exposição «Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010», organizada pelo IICT e inserida nas Comemorações do Centenário da República “100 anos de República, 100 anos de Ciência”. Esta exposição esteve patente ao público

⁴⁹ <https://actd.iict.pt/>

no Palácio da Calheta do Jardim Botânico Tropical (de 17 de Novembro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011), onde os visitantes eram convidados a explorar as missões científicas efectuadas, a conhecer as equipas no terreno e os equipamentos utilizados, os materiais recolhidos, as metodologias aplicadas e a divulgação resultante deste saber.

Contou ainda com a publicação do Catálogo (AA.VV., 2010), onde foram reunidos diversos artigos de investigadores sobre as missões científicas dos séculos XIX e XX, acervos, memórias e estudos e também o desenvolvimento interdisciplinar da investigação mais recente.

Realizaram-se ainda várias actividades e visitas guiadas à exposição, as quais contaram também com a colaboração da investigadora Ana Cristina Martins, nos dias 13 e 27 de Março e no dia 10 de Abril de 2011⁵⁰.

2011 – Inseridas nas Atas do Colóquio «Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial» realizado em 24 e 25 de Maio de 2011, destacam-se as comunicações “*Missão Antropológica de Timor: materiais e documentação no Instituto de Investigação Científica Tropical*” (ROQUE; MARQUES; FERRÃO, 2011), no âmbito do Projecto FCT HC 0075/2009: «Conhecimento e reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, biodiversidade e saberes tradicionais na África Subsariana e na Insulíndia» e também “*A ciência vivida: A arqueologia e as Missões Antropológicas do Oficial à Prática*”, por Rita Poloni; e “*75 Anos de Investigações Arqueológicas em Timor-Leste*”, por Nuno Vasco Oliveira.

2012 – Realização do Colóquio Internacional IICT «*Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro*» (Fig. 32), nos dias 5, 6 e 7 de Janeiro de 2012, no Arquivo Histórico Ultramarino, cujo intuito foi o de celebrar a investigação científica nos Trópicos e os 75 anos da criação oficial da JMGIC. Visou também fazer um primeiro balanço sobre a investigação e a historiografia dedicada à ciência nos Trópicos um ano após a inauguração da exposição “*Viagens e Missões Científicas nos Trópicos, 1883-2010*”, destacando: o conhecimento reunido pelos investigadores do IICT; o impacte junto do público desta exposição; o crescente interesse académico pela ciência colonial e pós-colonial; a actual investigação e a colaboração científica com membros da CPLP.

⁵⁰ <https://www.pportodosmuseus.pt/2011/03/14/visitas-guiadas-a-exposicao-viagens-e-missoes-cientificas-nos-tropicos-1883-2010/>

O encontro englobou a ciência, a política científica e o desenvolvimento sustentável nas suas diversas actuações, anunciando novos caminhos de investigação e de cooperação institucional, interligando as ciências humanas, sociais e naturais produzidas nos Trópicos ao longo do século XX e realçando a importância dos projectos em curso para as comunidades neles envolvidas, numa permanente interacção e partilha de conhecimento.

Destacam-se aqui algumas das comunicações que incidiram especificamente no tema da arqueologia colonial, incluídas no Tema 1 «Os Trópicos na História da Ciência»:

“*The development of the Zimbabwe tradition in the Zambezi Valley, Mozambique: c. 1400-1800: na archaeological perspective*”, por Solange L. Macamo (Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane);

“*As pesquisas arqueológicas do Dungo, Sudoeste de Angola*”, por Maria da Piedade de Jesus (Museu Nacional de Arqueologia de Benguela);

“*Nouvelles données sur la Préhistoire récente angolaise: le gisement de Cabolombo à Benfica revisité*”, por Nicolas Valdeyron (Universidade de Toulouse-Lé Mirail) e por Sónia Domingos (Universidade Agostinho Neto).



Fig. 32 - Cartaz de divulgação do Colóquio Internacional.

2012 – É apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade do Algarve, a Tese de Doutoramento “*Expedições Arqueológicas nos Territórios de Ultramar: Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial*” (POLONI, 2012a). Trata-se de um estudo bastante completo, onde é realçado o contexto político e científico que desencadeou o início das missões aos territórios ultramarinos, com referências à realização e ao desenvolvimento das mesmas e também com a indicação de trechos detalhados de publicações da época dos principais intervenientes dessas expedições. Apresenta ainda em anexo uma análise aos cadernos de campo, com as respectivas citações, respeitantes à arqueologia desenvolvida nas colónias, a qual testemunha o quotidiano das campanhas no próprio terreno em comparação à produção científica realizada *à posteriori*.

2012 – É publicado o artigo “Neolithic Artifacts from Northern Angola: Revising the Data on the Ancient Collection at IICT” (MATOS; SENNA-MARTINEZ; MARTINS, 2013)⁵¹, sobre o estudo de uma pequena coleção de artefactos integrados no acervo das colecções do IICT, recolhidos no Norte de Angola na década de 1950. O estudo incidiu na importância do conjunto ao nível da arqueohistória de Angola e numa associação efectuada com os materiais de um grupo de sítios arqueológicos identificados no Baixo Congo-Zaire.

2012 – Apresentação do Relatório de Seminário “Os Machados de Mão de Santo António – Capangombe no Acheulense de Angola” (MOREIRA, 2012) na FLUL, no qual é efectuada o estudo de um pequeno conjunto de materiais líticos recolhidos durante a MEASA, à data, depositados no IICT, centrado na sistematização tipológica das indústrias «acheulenses» do Norte de África.

2012 – Realização do «*Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*» (ROQUE; TORRÃO, MARQUES, 2013), realizado em Lisboa, de 21 a 23 de Junho, destacando-se as comunicações: “Fragmentos do Império: um vislumbre sobre a Arqueologia ultramarina na Missão Antropológica da Guiné” (POLONI, 2012b), a qual procurou descrever o papel da arqueologia, durante a MAEG, naquele território durante o Império, desenvolvida no âmbito do Projeto «FCT HC0075/2009 *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia*»; e ainda “Missão Antropológica e Etnológica da Guiné: objectivos e resultados” (RODRIGUES, 2012), realçando a importância do conjunto de materiais arqueológicos recolhidos na Gruta de Nhampassaré durante a MAEG, com a apresentação de alguns destes artefactos.

2013 – É divulgado o artigo “Early Iron Age Spreadin to Northern Mozambique: Revising the Data from the Mozambique Anthropological Missions (1946)” (SENNA-MARTINEZ; MARTINS; CASTELO; EVANGELISTA, 2013)⁵², o qual incide na abordagem regional de dois sítios arqueológicos escavados na quarta campanha da

⁵¹ Este artigo encontra-se disponível online em: <https://www.researchgate.net/publication/263850517>

⁵² *Ibidem*: <https://www.researchgate.net/publication/263850309>

MAM por Santos Júnior, com materiais de ocupação da I Idade do Ferro, que estavam inéditos até 2004 (*vide* RODRIGUES, 2004).

2013 – É apresentado o estudo “A arqueologia e o encontro colonial: um passeio pelo mundo lusófono” (POLONI, 2013b), no âmbito de “*Arqueologia e Poder*” dos ANAIS I Semana de Arqueologia (Campinas)⁵³, onde é feita referência ao contexto português que esteve na origem do início das missões antropológicas em territórios ultramarinos.

2013 – É apresentada à Universidade do Algarve (FCHS), a Tese de Mestrado “*Tecnologia Lítica da Middle Stone Age da Gruta da Leba (Huíla, SW de Angola)*” (MATOS, 2013), a qual descreve os trabalhos e as recolhas realizadas nesta gruta em 1950 durante a MAA e fazendo também um ponto da situação relativamente à situação das colecções recolhidas durante as missões.

Esta dissertação forneceu dados importantes relativamente aos artefactos líticos provenientes da escavação arqueológica da Gruta da Leba, dando enfoque a artefactos do IICT até então inéditos. O seu objectivo, foi o de caracterizar a produção e utilização de artefactos líticos datados da *Middle Stone Age*, através da sistematização da informação de cariz tecnológico e tipológico do conjunto artefactual recolhido.

2013 – Comunicação sobre a “*Arqueologia e agenda colonial durante o Estado Novo: (des)conhecimento ou (in)diferença? O caso de Moçambique*”, realizada por Ana Cristina Martins, João de Senna-Martinez, Inês Castelo e Patrícia Conde, no «Colóquio Internacional: Conhecimento e Ciência Colonial»⁵⁴, em Lisboa de 26 a 29 de Novembro de 2013. Nesta comunicação foi abordada a questão da importância atribuída à arqueologia ultramarina por parte da metrópole lisboeta.

Neste Colóquio foi ainda apresentado o Poster intitulado “*O ex-centro de Pré-História e Arqueologia do IICT: um arquivo para a história da ciência. O caso do sudoeste de Angola*”, apresentado por João de Senna-Martinez, Ana Cristina Martins e Ana Godinho Coelho.

⁵³ <https://www.yumpu.com/pt/document/read/37055218/a-arqueologia-e-o-encontro-colonial-um-nepam-unicamp>

⁵⁴ <https://coloiocienciacolonial2013.wordpress.com/>

2014 – Publicação do artigo “A Coleção Arqueológica do IICT no Novo Milénio”, na revista *Antrope* (COELHO; PINTO; CASANOVA, 2014), onde é realçada a valorização das colecções arqueológicas à guarda do IICT, focando-se especificamente na colecção de Angola e projectando novas formas de valorização através da georreferenciação.

2014 – É apresentada na FLUL a Tese de Mestrado “*Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*” (CASTELO, 2014), realizada no âmbito do projecto «PROMEMICI – Protagonistas e Memórias das Missões Científicas. Arqueologia e Agenda Colonial Portuguesa», financiado pela FCT (PTDC/IVCHFC/5017/2012).

Este estudo concentra informação detalhada sobre os sítios escavados pela JIU, focando-se nos estudos elaborados, revisão de dados documentais e nos registos de tradição oral, bem como no registo arqueológico a partir do estudo dos materiais cerâmicos exumados em escavação e dos seus complexos arquitectónicos. Foca também a importância das missões científicas no terreno desde 1936, chefiadas por Santos Júnior e mais tarde, com a BEPA, por Miguel Ramos.

Constituí uma referência significativa para o estudo das colecções coloniais de arqueologia.

2014 – Realização do 8º Seminário da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa: «Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos» (Fig. 33), realizado a 26 de Novembro de 2014⁵⁵, onde vários investigadores participaram com comunicações, das quais se destacam: “*Recuperando o Passado: Uma primeira aproximação às escavações de Amílcar Mateus em Nhampassaré (Guiné Bissau, 1947)*”, por João Carlos de Senna-Martinez, Ana Cristina Martins, Filipa Santos e Ana Godinho Coelho, inserido no Projecto PROMEMICI – FCT-PTDC/IVCHFC/5017/2012, na qual foi apresentada uma abordagem mais completa ao estudo preliminar de Amílcar Mateus de análise tipológica e decorativa dos fragmentos cerâmicos, atribuídos cronologicamente ao segundo milénio a.C.; “*A arqueologia na Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) no contexto da produção*

⁵⁵ <https://www.socgeografialisboa.pt/2014/11/14/a-arqueologia-em-africa-conceitos-praticas-e-projectos/>

científica colonial”, por Ana Cristina Martins; “*Artefactos de Capangombe Velho, Angola: um projecto para o futuro*”, por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto; “*Novos dados sobre a Pré-História do sudoeste de Angola: a colecção arqueológica da Gruta da Leba*”, por Daniela Matos; “*O significado actual das colecções líticas de cronologia paleolítica do IICT. Os desafios da contemporaneidade*”, por João Pedro Cunha Ribeiro; e “*O dzimbabwe do Songo*”, por Inês Castelo.


 Secção de Arqueologia Seminário 8 Arqueologia em África conceitos, práticas e projectos	
09:40 - ABERTURA DOS TRABALHOS	Luís Aires-Barros, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa Vítor Rodrigues, Director do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical Ana Cristina Martins, Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade e Geografia de Lisboa
10:00 - CONFERÊNCIA DE ABERTURA	Enrique Gozalbes-Cravioto (Universidad de Castilla-La Mancha) <i>La arqueología española en el Norte de Marruecos (1912-1956): la épica del descubrimiento</i>
10:30 - COMUNICAÇÕES	Mariana Diniz (UNIARQ-FL-UL) <i>Do outro lado do Mar, do mesmo lado da História? Questões em torno das primeiras sociedades agro-pastoris no Sul peninsular e no Magrebe ocidental</i> Ana Cristina Martins (IICT) <i>A arqueologia na Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) no contexto da produção científica colonial</i> João Carlos Senna-Martínez (UNIARQ-FL-UL) Ana Cristina Martins (IICT) Filipa Santos (FLUL) Ana Godinho Coelho (IICT) <i>Recuperando o passado: uma primeira aproximação às escavações de Amilcar Mateus em Nhampassaré (Guiné Bissau, 1947)</i>
11:30 - INTERVALO	
11:45 - COMUNICAÇÕES	Patrícia Conde (IICT-FCT) <i>Percursos da arqueologia no Museu do Dundo: os anos formativos (1936-1946)</i> Luiz Oosterbeek (IPT / Instituto Terra e Memória) <i>Intervenções arqueológicas em África: território e ocupações humanas</i> Cristina Pombares Martins (UTAD / Instituto Terra e Memória) <i>O complexo de arte rupestre do Ebo – um projeto de investigação arqueológica em Angola</i>
13:00 - ALMOÇO	
14:00 - COMUNICAÇÕES	Ana Godinho Coelho (IICT) Inês Pinto (IICT) <i>Artefactos de Capangombe Velho, Angola: um projecto para o futuro</i> Daniela de Matos (ICArEHB-UAig) <i>Novos dados sobre a Pré-História do Sudoeste de Angola: a colecção arqueológica da Gruta da Leba</i> Marina Igreja (CIBIO-UP) <i>Contributo da traceologia lítica para a compreensão das principais complexos tecnológicos e culturais de indústrias líticas do Middle Stone Age endémicas na África do Sul, o Stillbay e o Howiesons Poort: dados de Diepkloof Rock Shelter (Western Cape, África do Sul)</i> Nuno Bicho (ICArEHB-UAig) Jonathan Haws (University of Louisville) Omar Madime (Universidade Eduardo Mondlane) Célia Gonçalves (ICArEHB-UAig) João Cascalheira (ICArEHB-UAig) Vera Aldeias (Max Plank Institute) Mike Benedett (University of North Carolina, Wilmington) <i>A Arqueologia da Idade da Pedra da região do Niassa. Resultados preliminares dos trabalhos de 2014</i>
15:30 - INTERVALO	
15:45 - COMUNICAÇÕES	Telmo Pereira (ICArEHB-UAig) Jayne Wilkins (ASU-Arizona State University) Kyle S. Brown (ASU) Simen Oestmo (ASU) Kathryn L. Ranhorn (George Washington University) Benjamin J. Schoville (ASU) Curtis W. Marean (ASU) <i>PPS-6 um sítio chave para compreender em alta resolução a Middle Stone Age da África Austral</i> João Pedro Cunha Ribeiro (UNIARQ-FL-UL) <i>O significado actual das colecções líticas de cronologia paleolítica do IICT. Os desafios da contemporaneidade</i> Inês Castelo (FLUL) <i>O dzimbabwe do Songo</i>
17:00 - CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO	Victor M. Fernández Martínez (Universidad Complutense de Madrid) <i>Arqueología de las misiones jesuitas en Etiopia (1557-1632)</i>
26 de Novembro de 2014 09:45-17:30 Entrada Livre	

Fig. 33 - Programa do 8º Seminário «Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos» (2014).



Com a passagem do IICT ao IICT/MUHNAC em 2015, o espólio arqueológico recolhido durante as missões científicas, artefactos e documentação associada, que estava à sua guarda, continuou a ser objecto de estudo de alguns investigadores, prosseguindo com a pesquisa e divulgação, o que em muito tem contribuído para o conhecimento destas colecções ao nível da produção científica recente.

Com base na documentação, disponível para consulta no Arquivo do IICT/MUHNAC e nas obras científicas publicadas dos territórios de Moçambique e Angola, têm sido desenvolvidos na última década estudos de elevada importância sobre o tema.

2015 – Realização do Seminário Internacional de «Arqueologia Africana: África, Arqueologia e Paisagem», de 3 a 5 de Junho de 2015 (Mação)⁵⁶, onde foram efectuadas comunicações de vários investigadores nacionais e estrangeiros. Destacam-se as apresentações “*Percursos de Miguel Ramos (1932-1991)*”, por Ana Godinho Coelho, Inês Pinto e Ana Cristina Martins, na qual as autoras fazem referência ao percurso efectuado pelo investigador, realçando o seu enorme contributo para a preservação das colecções, tanto nas recolhas efectuadas no terreno durante a MEASA, como posteriormente no CPHA-IICT. Desta apresentação resultou também uma publicação na *Revista Africana Studia* (COELHO; PINTO; MARTINS, 2015). Destacam-se ainda, “*Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns) atores, espaços e projectos – o caso de Moçambique*” (MARTINS, 2015) e “*Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT*”, de Inês Pinto e Ana Godinho Coelho, onde foi efectuada a identificação das estações arqueológicas do Sudoeste de Angola com os percursos efectuados por Miguel Ramos.

Salientam-se ainda as apresentações: “*Review of the Stone Age Archaeology in Southwestern Angola*”, de Daniela Matos e “*O dzimbabwe do Songo e os fortes do Zumbo e forte de Cachomba revisitados*”, de Inês Castelo.

⁵⁶ <http://africanos.eu/index.php/pt/ongd/atividades/25-portugues/atividades-ceaup-i-d/625-programa-semin%C3%A1rio-internacional-de-arqueologia-africana-%C3%A1frica-arqueologia-e-paisagem-international-seminar-on-african-archaeology-africa-archaeology-and-landscape>

2015 – Publicação do artigo “*Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT*” na revista *Africana Studia* (PINTO; COELHO, 2015), resultado do Projecto: “*Georreferenciação das coleções Científicas do IICT*”, aprovado em 2014 pela FCT e realizado pelas investigadoras Inês Pinto e Ana Godinho Coelho, do MUHNAC. Neste projecto foram aliadas as novas tecnologias dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), os quais permitiram através da georreferenciação, comparar novos dados para a localização geográfica das estações arqueológicas identificadas no terreno aquando das missões científicas.

O estudo incidiu na colecção de Angola, a qual possuía um roteiro já elaborado e estava totalmente inventariada. Apesar de conter as coordenadas geográficas associadas, o projecto permitiu identificar algumas discrepâncias na atribuição de algumas dessas mesmas coordenadas.

2015 – Apresentação do Poster: “*Estações Arqueológicas de Angola: na senda do passado, uma rota para o futuro*” (PINTO; COELHO, 2015a), estendendo assim o projecto de georreferenciação em SIG desenvolvido pelas investigadoras (PINTO; COELHO, 2015), ao nível da divulgação cultural e turística entre o público não especializado, mais especificamente, com a promoção de uma «*Rota Arqueológica: da Chela ao litoral*», num percurso de interesse cultural e natural com cerca de 188 km entre Huambo e Namibe, visando o contacto directo com as estações arqueológicas e a biodiversidade local, seguindo o percurso efectuado pela MEASA e passando pelos principais pontos de interesse arqueológico da região (Fig. 34).

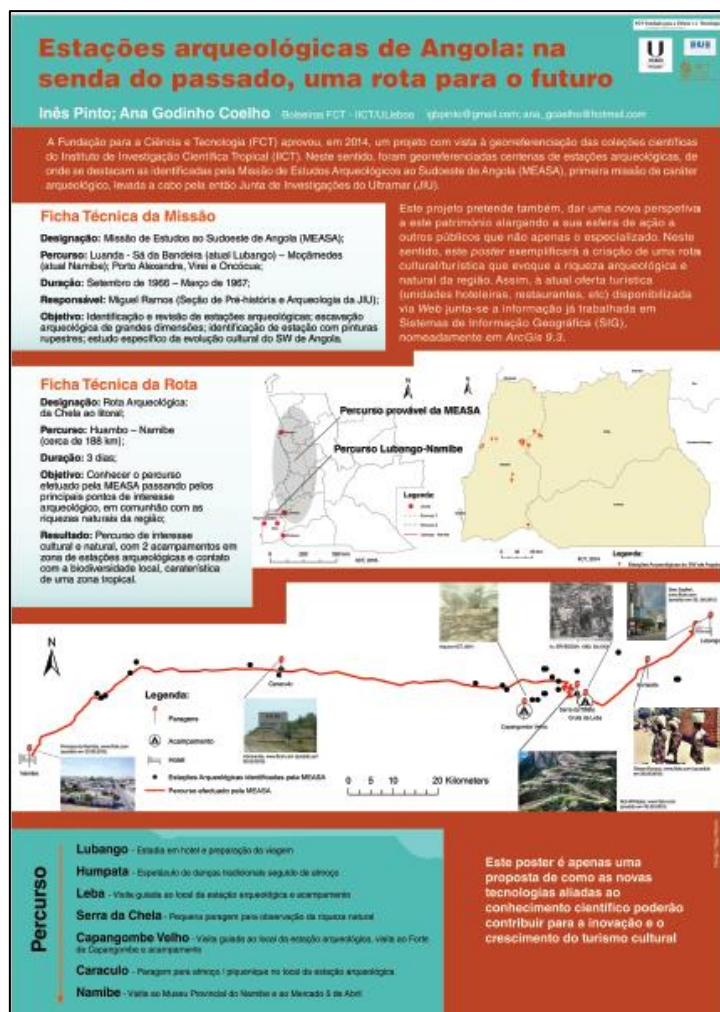


Fig. 34 – Ilustração do Poster: “Estações Arqueológicas de Angola: na senda do passado, uma rota para o futuro”.

2015 – É apresentada no ISCTE-IUL a Tese de Mestrado “*Missão de estudos arqueológicos no Sudoeste de Angola (MEASA), em 1966 - Contributo para a sua divulgação*” (SANTOS, 2015), cujo objectivo de estudo foi exactamente a de evocar a MEASA, ressaltando aspectos do investigador que chefiou esta missão através da consulta ao arquivo do IICT, com o propósito de efectuar a divulgação da mesma.

2016 – Publicação do artigo “*Mapping the Stone Age of Mozambique*” (GONÇALVES *et al.*, 2016), no qual através dos sítios identificados nas campanhas da MAM com a informação resultante de vários projectos recentes, é feita uma análise regional numa interpretação preliminar, em relação com os materiais arqueológicos que se encontravam, à data, depositados no IICT e também depositados no Departamento de Arqueologia da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo).

2016 – É publicado na revista *Antrope* o artigo: “Georreferenciando quatro décadas de uma coleção arqueológica de Angola: um projeto para o futuro” (CASANOVA; COELHO; PINTO, 2016), resultado de um amplo projecto de “Georreferenciação das Coleções Científicas do IICT” (2014-2020) e financiado pela FCT, com a finalidade de agrupar toda a informação científica recolhida no século XX nestes territórios africanos e mostrando a importância da aplicação das novas tecnologias de informação (SIG) às colecções arqueológicas.

2017 – É publicado o artigo “A autoridade através dos vestígios: a arqueologia na Missão Antropológica de Timor, 1953”, disponibilizado online em 2018⁵⁷ (POLONI, 2017), resultante do Projecto «As ciências da classificação antropológica em Timor Português (1894-1975)», financiado pela FCT (Ref. HC/0089/2009).

Neste é realçada a estratégia político-científica da primeira MAT e alguns dos aspectos que caracterizaram o seu decurso e que envolveram os seus principais investigadores, nomeadamente, Mendes Correia, António de Almeida e Rui Cinatti, na procura do prestígio académico internacional.

2017 – É apresentada a comunicação: “*Redescobrimo as estações arqueológicas de Angola: ponto da situação*”, no Congresso Internacional «Angola: os legados do passado, os desafios do presente», realizado na FLUL em 14 e 15 de Novembro. A comunicação foi feita pelas investigadoras Ana Godinho Coelho e Inês Pinto, tendo sido divulgada após a elaboração do Projecto de georreferenciação das missões científicas do IICT no ano anterior (CASANOVA; COELHO; PINTO, 2016), com enfoque às duas missões de Angola, nomeadamente, a MAA e MEASA, enaltecendo registos documentais e fotográficos das duas missões nos arquivos do IICT e com referência a fontes escritas e à informação obtida do cruzamento das coordenadas geográficas das estações revistas e não revistas, em SIG.

Desta apresentação resultou ainda a divulgação da *Story Map*, disponibilizada através de Código QR, para o link “*Um percurso pela arqueologia de Angola*” em «O Património digital em contexto ibérico», realizada na SGL em 9 e 10 de Novembro de 2017.

⁵⁷ Através do *Anuário Antropológico* em <http://journals.openedition.org/aa/1944>.

2019 – Publicação do artigo “A colecção arqueológica do ISCED-Huíla: um projecto de investigação” (FERREIRA, 2019), no qual são apresentados materiais recolhidos em várias estações arqueológicas do Sudoeste de Angola, no início da segunda metade do século XX e que se encontram à guarda do ISCED-Huíla, bem como uma breve descrição dos trabalhos desenvolvidos para o tratamento, inventário e catalogação dos mesmos.

2019 – Elaboração do Poster: “(CACP)-Collections of Portuguese Colonial Archaeology. Inventory and cataloguing” da UNIARQ, por João Pedro da Cunha Ribeiro, José Carlos de Senna-Martinez, Ana Cristina Martins, Telmo Pereira, Daniela Matos, Ana Godinho Coelho, Inês Pinto e Patrícia Santos (Fig. 35), no âmbito da realização do projecto de inventário, catalogação e divulgação das colecções coloniais de arqueologia, delineando os objectivos a alcançar futuramente, nomeadamente:

- 1- *Review and complete the inventory of the assemblages;*
- 2- *Catalogue the artefacts according major classes;*
- 3- *Study the assemblages following the present state-of-the-art;*
- 4- *Reconstruction the history of each assemblage;*
- 5- *Investigate the history of the Portuguese Colonial Archaeology;*
- 6- *Publish a comprehensive catalogue of the collections.*

**CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (UNIARQ)**

**(CACP) Collections of Portuguese Colonial
Archaeology. Inventory and cataloguing**
Cunha-Ribeiro, J.P. (IR), Martinez, J.C.S., Martins, A.C., Pereira, T., Matos,
D., Carvalho, A.G., Pinto, I.G.B., Santos, P.

Introduction

Africa and Asia are key regions to understand the emergence and evolution of humankind. Detailed information exists across these landmasses but major areas still lack crucial evidence. Some of those areas correspond to the former Portuguese colonies of Angola, Mozambique, Guiné-Bissau, coastal districts in India (Goa, Damão and Diu) and China (Macau) and East-Timor. These territories cover a plethora of environments and encompass a mosaic ecotones with landscapes and resources that changed through millions of years and dozens of glacial cycles. Such changes demanded constant human adaptation and lead to the dispersion of human culture that is remarkably important to characterize.



The Portuguese Colonies in the 20th Century.
With independence dates.

State-of-the-art

Portugal was not estranged from the run to Africa by most European nations that started in the end of the XIX century. In 1883, was founded the Commission of Cartography (*Comissão de Cartographia*) with the mission of creating the 3rd Overseas Empire of Portugal, a project that last until the end of the dictatorship, in 1974. Even though Archaeology was not a scientific priority, several Geographical and Anthropological Missions were carried out mostly due to the effort of Professor Mendes Corrêa, founder of the research core entitled Section of Prehistory and Palaeontology. This fieldwork resulted in the identification of hundreds of Prehistoric sites dating from the Early, Middle, Later Stone, Early and Late Iron Age, as well as Portuguese historical sites in a total of more than 350,000 artefacts. Nevertheless, the laboratory processing of this relevant, inedited and rich data was never accomplished. In 2011, the Research Institute of Tropical Research was extinct and, in 2015, the archaeological collections were integrated in the Natural Science Museum of the University of Lisbon in order to be inventoried, catalogued, studied, presented in international meetings, published in peer review journals and, most importantly, to steam new fieldwork in Africa and Asia.



The entrance to Leba Cave,
2018 – Photo D. Matos



Malessane – Mozambique
1946



Nhampassaré Cave - Guiné-Bissau
January 1947

Objectives for 2019-2022

- 1- Review and complete the inventory of the assemblages;
- 2- Catalogue the artefacts according major classes;
- 3- Study the assemblages following the present state-of-the-art;
- 4- Reconstruction the history of each assemblage;
- 5- Investigate the history of the Portuguese Colonial Archaeology;
- 6- Publish a comprehensive catalogue of the collections.

The supervision of the tasks is organized as so:
J.P. Ribeiro: Early, Middle and Later Stone Age
J.C. Senna-Martinez: EIA, LIA, Neolithic, Historical
A.C. Martins: History of the Portuguese Colonial Archaeology

Some Artefacts from the collections



Left: ESA, Leba Cave (Angola), Top: MSA Leba Cave (Angola), Right:
EIA pottery, Malessane (Mozambique)

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia | **U LISBOA** UNIVERSIDADE DE LISBOA | **FLUL** FACULDADE DE LETRAS | **UNIARQ** CENTRO ARQUEOLÓGICO DE LISBOA | **mhac** MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Fig. 35 - Poster divulgado pela UNIARQ (2019)

2019 – Apresentação da comunicação “Colecções da Arqueologia Colonial Portuguesa”, por Ana Cristina Martins, João Carlos de Senna-Martinez, João Pedro da Cunha-Ribeiro e Telmo Pereira, no ciclo «Arqueologia em Construção 6»⁵⁸ realizado pela UNIARQ na FLUL no dia 13 de Novembro (Fig. 36), tendo como objectivo divulgar a investigação em desenvolvimento pelos membros da UNIARQ e fomentar o seu debate.

⁵⁸ <https://www.uniaraq.net/arqueologiaconstrucao6.html>

Arqueologia em Construção 6 - UNIARQ - 2019/2020

ENTRADA LIVRE



**ARQUEOLOGIA
em
CONSTRUÇÃO
6
FLUL**

2019 13 novembro 11 dezembro 17h00

2020 12 fevereiro 22 abril 17h00

A UNIARQ apresenta um novo ciclo Arqueologia em Construção - UNIARQ / 2019-2020 - que se iniciará já em Novembro de 2019 e que, depois de interrompido em Janeiro, será retomado em Fevereiro e Abril de 2020.

Como nos anteriores ciclos "Arqueologia em Construção", é objectivo destes encontros divulgar a investigação que é desenvolvida pelos membros da UNIARQ, nas diferentes cronologias e temáticas, fomentando o debate em torno de dados, metodologias e quadros interpretativos, em construção.

A entrada é livre.



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE
LETRAS



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PROGRAMA COMPLETO

13 novembro 2019 17h - Sala B2 (Biblioteca FLUL)	11 dezembro 2019 17h - Sala B2 (Biblioteca FLUL)
<p>Apresentação de João Pedro Cunha-Ribeiro</p> <p>Ana Cristina Araújo, Ana Maria Costa, Joan Daura, Montserrat Sanz Borrás: Caçadores do Gravetense no Abrigo do Lagar Velho. 20 anos de uma longa história.</p> <p>Luis Gomes: Problemas, contextos e métodos para o estudo da tecnologia lítica do Paleolítico Superior Inicial no centro-sul da Península Ibérica.</p> <p>Ana Cristina Martins, João Carlos Senna Martínez, João Pedro Cunha-Ribeiro, Telmo Pereira: Coleções da Arqueologia Colonial Portuguesa.</p>	<p>Apresentação de Mariana Diniz</p> <p>Joaquina Soares: Território Neolítico de Alvalade-Sado. Da Escavação ao Museu.</p> <p>André Texugo: Detecção Remota na Prospeção Arqueológica: Os sítios fortificados do 3º milénio a.C na região Oeste de Portugal.</p> <p>Ana Sofia Antunes: Um unguentário de alabastro na Azougada (Moura). Reflexões acerca de archaika, keimelia e da sociedade sidérica do Alentejo interior.</p>

Fig. 36 - Programa do ciclo «Arqueologia em Construção 6» realizado na FLUL.

2020 – Publicação do artigo “Modos de Fazer da «Antropologia Colonial»: A Missão Científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)” (MATOS, 2020), no qual é realçado o papel da antropologia na visita de Mendes Correia durante a realização da MAEG, mencionando alguns aspectos da sua viagem, bem como dos seus registos (Relatório Oficial, Diário de Campo e Livro), que testemunham o seu pensamento pioneiro relativamente às colónias ultramarinas.

2020 – É divulgado o artigo “Legacy of the scientific collections of the Instituto de Investigação Científica Tropical, University of Lisbon: a critical review and outlook/Legado das coleções científicas do Instituto de Investigação científica Tropical, Universidade de Lisboa: uma revisão crítica e perspectivas” (CASANOVA; ROMEIRAS, 2020), publicado no volume 33 da revista *Conservar Património e*

disponibilizado online em 2020⁵⁹, integrado no «I Seminário Nacional de Conservação de Coleções Científicas» (ed. Marta C. Lourenço).

Este artigo, publicado em língua inglesa, reforça a importância das diversas colecções científicas provenientes das ex-colónias portuguesas, tendo por objectivo documentar os avanços realizados entre 2005 e 2015 para a sua conservação e gestão, bem como abordar a implementação de diferentes iniciativas institucionais. Enumera também as acções recentes promovidas para a acessibilidade das mesmas.

2020 – Publicação do artigo: “*Colecções arqueológicas: percursos e recursos. Um breviário sobre as colecções do IICT*” (MARTINS, 2020) onde é realizada uma reflexão sobre as colecções ultramarinas e a situação presente e futura das mesmas, tanto no que compete à divulgação como à investigação, realçando os projectos previstos a concretizar para valorização das mesmas.

Este artigo integra o *Boletim ICOM Portugal – Histórias Custodiais* (MARÇAL, 2020), no qual é realçado o percurso da história dos museus através da origem das suas colecções e da incorporação das mesmas, dando aqui destaque ao MUHNAC como detentor de diversas colecções de valor cultural único.

2020 – Apresentação intitulada “Colecções da Arqueologia Colonial Portuguesa: um projecto adiado”⁶⁰, por João Pedro Cunha Ribeiro, Carlos de Senna-Martinez, Telmo Pereira, Ana Cristina Martins, Daniela Matos, Patrícia Santos e Valter Piquete, no âmbito da iniciativa de divulgação dos projectos da UNIARQ «Isto também é Arqueologia!» (Fig. 37). Nesta 4ª sessão do dia 10 de Novembro, foi referido pelo curador das colecções, o enquadramento destas colecções e o projecto previsto a realizar num futuro próximo, o qual preconiza o inventário e catalogação das colecções coloniais de arqueologia presentes na FLUL e a respectiva divulgação.

Estas sessões presenciais foram também transmitidas por videoconferência e *streaming*, tendo como principais públicos-alvo alunos dos 1º e 2º ciclos de Arqueologia da FLUL, estando simultaneamente aberto ao público em geral.

⁵⁹ Disponibilizado em: <https://conservapatrimonio.pt/article/view/21457>

⁶⁰ <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&feature=youtu.be&v=ED0grf5mB5A>

ISTO TAMBÉM É ARQUEOLOGIA!

2020
20 e 27 de Outubro
3 e 10 de Novembro
16h00

FLUL: sala 2.13
(inscrições prévias máx. 20 pessoas)
Zoom (inscrições prévias)
Inscrições prévias em:
<https://forms.gle/Q5o76cst9g2l0r9B>

QR Code

YouTube
(www.youtube.com/o/UN1ARQPIUL)

- PROGRAMA -

20 de Outubro
16h00 Abertura
16h15 **Projecto Minho/Miño: o que foi feito, o que ficou por fazer e os novos desafios** - J. P. Cunha-Ribeiro & C. Ferreira
16h45 **25 anos de investigação no Vale do Côa** - T. Aubry, A. T. Santos & L. Luís
17h15 **PALEOESCUE: balanço e perspectivas para 2020-2021** - A. Batista, L. Dinuccio & C. Gameiro
17h45 **ARQUEO des-mascarado: resultados 2020** - J. Zilhão & F. Rodrigues
18h15 Encerramento

27 de Outubro
16h00 Abertura
16h15 **Resistir às pandemias,... e aos pandemónios: o projecto VNSP3000, no ano 2020** - M. Diniz, A. Martins & C. Neves
16h45 **Plano B. As antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal (6^a-3^o milénio a.n.e.): notas soltas sobre projectos em curso em 2020** - A. C. Sousa
17h15 Encerramento

3 de Novembro
16h00 Abertura
16h15 **Projecto NeoMEGA 2: Antigas Sociedades Camponesas e Megalitismo na Plataforma do Mondego, em confinamento** - J. C. Senna-Martinez, J. Q. Ventura & T. Ribeiro
16h45 **O anfiteatro da cidade de Animaia** - C. Pabiao & A. Guerra
17h15 Encerramento

10 de Novembro
16h00 Abertura
16h15 **Loulé Velho e o Sul da Lusitânia: alguns dados sobre a Antiguidade Tardia** - C. Viegas & R. R. Almeida
16h45 **Longe do Japão, perto da investigação - o projecto BeArcheo, em 2020** - M. Diniz, A. Martins, C. Neves, D. Nukushina & E. Colla
17h15 **Colecções Coloniais: um projecto adiado** - J. P. Cunha-Ribeiro, J. C. Senna-Martinez, T. Pereira, A. C. Martins & P. Santos
17h45 Encerramento

uniarq | FLUL FACULDADE DE LETRAS | U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA | FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Fig. 37 – Programa, onde se incluiu a apresentação “Colecções da Arqueologia Colonial Portuguesa: um projecto adiado”.

2021 – Derivado das restrições impostas pela pandemia actual, destaca-se a iniciativa concretizada pelo MUHNAC, na realização de várias comunicações *online*, através do canal *Youtube*. No âmbito do “Museu Escondido” (Fig. 38), foi realizada a divulgação acessível ao público em geral, com a apresentação no dia 24 de Fevereiro de 2021, da «*Story map*» das colecções científicas do IICT, intitulada: «*ArqGeo – Um Projecto de Georreferenciação da Coleção Arqueológica de Angola*»⁶¹, por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto (CASANOVA; COELHO; PINTO, 2016), com a participação de João Pedro Cunha Ribeiro (curador das colecções coloniais de arqueologia) e mediada por Marta Lourenço (directora do MUHNAC).

⁶¹ <https://www.youtube.com/watch?v=adhX6JKaJaE&feature=youtu.be>



Fig. 38 - Banner da apresentação do Projecto “ArqGeo” no âmbito do «Museu Escondido» do MUHNAC.

2021 – Divulgação efectuada pelo MUHNAC no dia 16 de Agosto, nos meios de comunicação social⁶², sob o título “Universidade de Lisboa finaliza estudo de milhões de peças provenientes das ex-colónias”, na qual a directora do Museu, Marta Lourenço, expõe o consórcio celebrado em 2016 para a organização e tratamento dos acervos dos museus das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Refere a conclusão prevista para breve, do estudo que envolveu 2,5 milhões de objectos das colecções do IICT que foram integradas na UL, as quais pretende tornar acessíveis ao público.

Do acervo, presentemente a cargo e sob a gestão do MUHNAC-UL, é referido que “...mais de 96% das peças “foram intervencionadas, reacondicionadas em condições ideais de temperatura e humidade para terem boa conservação, e algumas têm sido alvo de exposições, acompanhadas por iniciativas de inclusão das vozes das comunidades de onde são originárias”, nomeadamente, da Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.”

⁶² <https://www.publico.pt/2021/08/16/ciencia/noticia/universidade-lisboa-finaliza-estudo-milhoes-pecas-provenientes-excolonias-1974208>

Como é referido por Marta Lourenço, “*A Universidade de Lisboa “acabou por ficar com as magníficas, vastíssimas e importantíssimas colecções do IICT”*”.

O projecto abrange a intervenção nos objectos, com a investigação efectuada em âmbito académico e científico (FCT), com o objectivo final da exposição ao público, num acervo que abrange as áreas de arqueologia, antropologia, etnografia, geologia, zoologia, botânica, cartografia, fotografia, arquivo histórico, instrumentos e equipamentos científicos.

2022 – Reagendado devido às condições actuais da pandemia (Covid-19), está prevista a realização nos dias 6 a 8 de Julho de 2022, do «CIEA11 – 11º Congresso Ibérico de Estudos Africanos»⁶³ sob o tema “*Trânsitos africanos no mundo global: História e memórias, heranças e inovações*” (Fig. 39) a realizar na FLUL, onde se prevê integrar a comunicação no âmbito do projecto das colecções coloniais de arqueologia.



Fig. 39 – “CIEA11”.

⁶³ <http://www.centrodehistoria-flul.com/abertura/11-congresso-iberico-de-estudos-africanos-reagendamento-21-23-de-janeiro-de-2021>

PARTE III

6. As colecções coloniais de arqueologia à guarda da FLUL

Com o culminar do IICT, as atribuições desta instituição foram integradas no MUHNAC da Universidade de Lisboa, através do Decreto-Lei n.º 141/2015 (de 31 de Julho de 2015)⁶⁴, o qual engloba um conjunto diversificado e multidisciplinar de colecções⁶⁵.

Contudo, foi determinado que parte do acervo documental e arqueológico, ficasse depositado na FLUL, com o objectivo de ser efectuado o seu estudo para investigação e divulgação.

Da mesma forma, a Biblioteca da FLUL acolheu e integrou os seguintes acervos bibliográficos: Arqueologia, Antropobiologia, História e Cartografia Antiga, Santos-Júnior, constando os mesmos no separador «Catálogos do ex-IICT» da página online da Biblioteca⁶⁶.

Registe-se, contudo, a nota: *“Os registos bibliográficos destes acervos não foram porém, ainda integrados no catálogo do SIBUL pelo que a pesquisa de existências está condicionada aos instrumentos de descrição impressos existentes, os quais cobrem apenas parcialmente os referidos acervos”*.

A consulta presencial é neste momento possível através da respectiva solicitação através de e-mail⁶⁷ (Fig. 40).

⁶⁴ <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/141/2015/07/31/p/dre/pt/html>

⁶⁵ <https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/colecoes>

⁶⁶ <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/biblioteca#cat%C3%A1logos-do-ex-iict>

⁶⁷ bib.informacoes@letras.ulisboa.pt



Fig. 40 - Arquivos do ex-IICT na FLUL.

Já o acervo respeitante ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), consta actualmente do catálogo online.

Refira-se aqui a notícia divulgada na página online da Biblioteca, a 22 de Junho de 2021, intitulada: «*Biblioteca da FLUL recebe mais de 14 mil obras referentes à temática ultramarina*», onde é assumido o protocolo entre a FLUL e o banco Caixa Geral de Depósitos (CGD), dotando a Biblioteca académica de um acervo com mais de 14 mil obras de temática ultramarina, onde se inclui Literatura, Política, História, Direito, Antropologia, Religião, Ciências Agrárias, entre outras, incluindo publicações compreendidas entre 1834 e 1997 de “*elevado valor científico e patrimonial*”⁶⁸.

Está prevista a sua disponibilização para consulta pública até ao final de 2021.

⁶⁸ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/noticias/1702-biblioteca-da-flul-recebe-mais-de-14-mil-obras-referentes-a-tematica-ultramarina>

O acervo arqueológico das colecções coloniais foi transferido para a FLUL, sob a curadoria de João Pedro Cunha Ribeiro, actualmente director do Departamento de Arqueologia desta instituição.

Esta acção implicou no último trimestre de 2015, todo o processo de reacondicionamento dos artefactos para o seu transporte em segurança, tarefa que esteve a cargo de Ana Godinho Coelho e Inês Pinto, então bolsistas FCT (MUHNAC), efectuando o registo em base de dados *Excel*.

Desta forma, os tabuleiros e as estantes metálicas que lhes servem de suporte, ficaram depositadas provisoriamente nas oficinas da FLUL até Dezembro de 2020 (Fig. 41).



Fig. 41 - Colecções coloniais de arqueologia em depósito nas oficinas da FLUL.

Dadas as condições mencionadas e atendendo ao valor histórico e patrimonial destas colecções de arqueologia colonial, o MUHNAC e a FLUL estabeleceram uma parceria na realização de Estágios que permitem a realização de estudos de investigação científica, mais especificamente, com o desenvolvimento de teses de mestrado e doutoramento que visam a disponibilização e divulgação do conhecimento deste acervo por meio académico.

“...estas colecções arqueológicas (...) foram colocadas à guarda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Decisão assumida de modo a facilitar o estudo sistemático dos seus conteúdos mediante elaboração de projectos de

investigação com a colaboração de especialistas em diferentes áreas. Processo que abrange também a biblioteca do antigo Centro de Pré-História e Arqueologia do IICT, incorporada na Biblioteca Geral da FLUL, e de outra documentação associada, a exemplos de cadernos de campo, relatórios científicos e demais registos manuscritos, dactilografados e impressos.” (MARTINS, 2020: 130).

Deste modo, encontram-se reunidas as condições para estabelecer novas etapas de direcção para futuros estudos destas colecções, as quais englobam um acervo único de arqueologia africana existente na europa, mais especificamente, através da elaboração de um catálogo de inventário, já previsto num projecto de investigação da UNIARQ (MARTINS, 2020).

Esta pretensão, que requer o necessário financiamento das entidades promotoras da investigação científica, preconiza ainda um protocolo de colaboração entre a FLUL e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla), sediado em Lubango, o qual reúne parte dos materiais arqueológicos recolhidos no início da segunda metade do século XX no Sudoeste de Angola (FERREIRA, 2019), procurando deste modo promover o incentivo para o desenvolvimento de estudos académicos relevantes que visem a valorização das colecções e a partilha de resultados.

6.1. Área de reserva acessível à investigação académica e científica

Tendo em vista facilitar o acesso de estudantes e investigadores aos materiais, foi estabelecida uma sala mais adequada para depósito das colecções de arqueologia, permitindo deste modo, definir uma área contígua de reserva e uma outra de estudo e/ou investigação.

A escolha recaiu numa sala localizada no piso sob os gabinetes do Núcleo de Estudos de Pré-História Antiga (NEPHA), com aproximadamente 90 m², que pertencia às antigas reservas da biblioteca e se encontrava desactivada, apesar da mesma conter ainda numa pequena sala anexa, as reservas do Centro de Estudos Clássicos. Para o efeito contou-se com a cooperação dos serviços de manutenção da FLUL que se disponibilizaram para efectuar o correcto reajuste da iluminação naquele espaço de modo a permitir um eficaz manuseamento dos tabuleiros (Fig. 42).



Fig. 42 - Espaço para a área de reserva das colecções na nova sala, localizada por baixo do NEPHA.

A mudança contou ainda com o planeamento da organização da sala, de modo a encontrar a melhor disposição para acolher as 56 estantes e os armários, tendo para isso sido efectuado o desenho em planta da nova sala, à escala de 1:50 (Fig. 43).

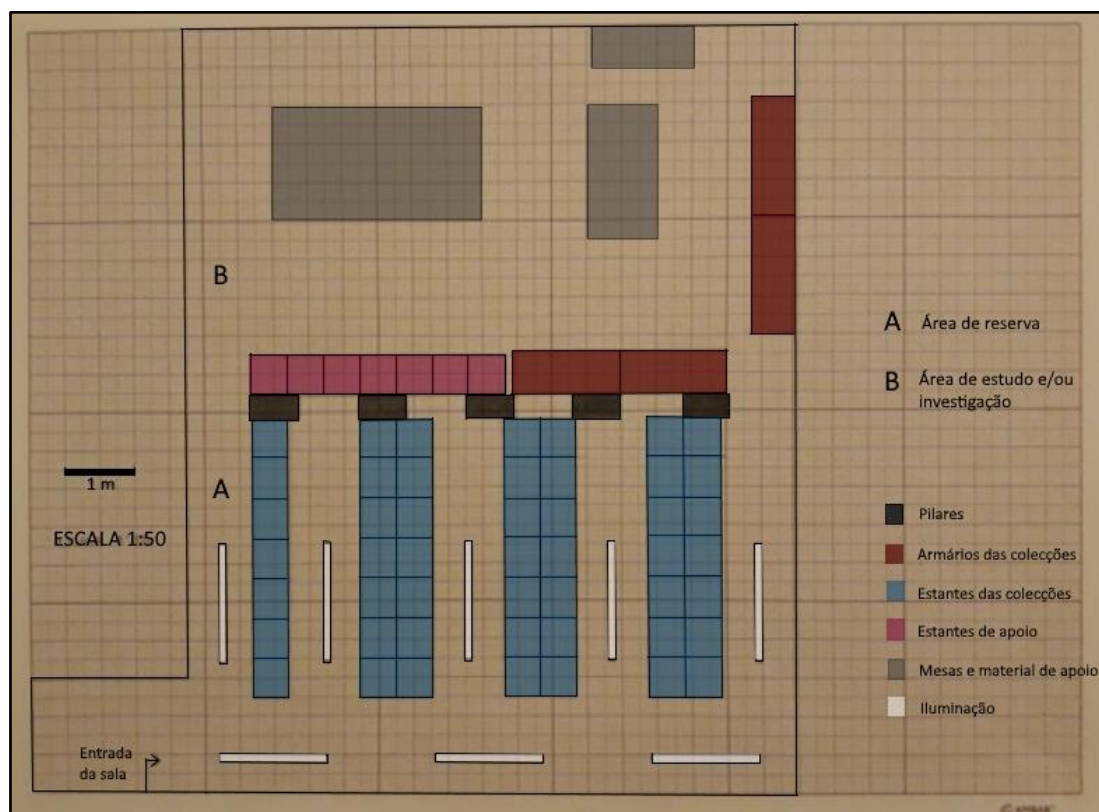


Fig. 43 - Desenho em planta da organização da nova sala das colecções coloniais de arqueologia.

Devido ao facto de esta nova sala ter um pé direito inferior ao existente nas oficinas, foi necessário efectuar um corte na base das estantes metálicas que servem de suporte aos tabuleiros. Esta condicionante, impossibilitou a transferência imediata do mobiliário de apoio, pelo que os trabalhos tiveram de ser repartidos em duas fases.

Numa primeira fase, os trabalhos iniciaram-se com o acondicionamento dos tabuleiros, efectuado por uma empresa externa contratada especificamente para a mudança das colecções. Estes trabalhos foram acompanhados presencialmente e na íntegra, pela signatária e também por Ana Godinho Coelho e Inês Pinto (MUHNAC) nos dias 25, 26 e 27 de Novembro de 2020.

Efectuou-se o acondicionamento dos 697 tabuleiros (por ordem decrescente) com protecção individual dos mesmos através da cobertura de cada tabuleiro por outro vazio – os quais se encontravam depositados no local, tendo sido já anteriormente utilizados no primeiro transporte do IICT para a FLUL – de modo a salvaguardar os artefactos. Foram ainda selados individualmente com película aderente transparente, tarefa efectuada pelos quatro trabalhadores contratados (Fig. 44).



Fig. 44 - Trabalhos de acondicionamento dos tabuleiros nas oficinas da FLUL.

Após esta tarefa, os tabuleiros permaneceram nas oficinas (Fig. 45), até ser feito o reajuste da altura das estantes de modo a caberem na nova sala.



Fig. 45 - Permanência dos tabuleiros nas oficinas, após terem sido acondicionados, enquanto aguardavam a mudança.

Já numa segunda fase, decorreu a mudança efectiva das colecções, mais especificamente, entre os dias 14 a 18 de Dezembro de 2020, seguindo o plano pré-definido para a disposição das mesmas na nova sala.

Os trabalhos iniciaram-se com o transporte dos quatro armários das colecções. Após a remoção de todas as gavetas, estas foram transportadas individualmente e colocadas novamente nos respectivos lugares. Procedeu-se de igual modo ao transporte das caixas individuais que contêm os materiais mais frágeis (Fig. 46).



Fig. 46 - Transferência dos armários das colecções e das caixas com materiais mais frágeis, para a nova sala.

Além do espaço das oficinas, encontravam-se no piso acima destas, numa pequena sala privada de trabalho designada «Sala de trabalho das Colecções Coloniais de Arqueologia», alguns tabuleiros com artefactos líticos da estação de Santo António Capangombe (MEASA), em estudo para elaboração de uma dissertação de mestrado da FLUL, a qual está em desenvolvimento.

Todos os trabalhos levados a cabo no transporte das colecções foram acompanhados na íntegra, tendo sido efectuado o registo fotográfico dos mesmos (Fig. 47).



Fig. 47 - Transporte dos tabuleiros.

Já no novo espaço e após a montagem das estantes que servem de suporte aos tabuleiros, estes foram recolocados um a um, mantendo a ordem numérica dos mesmos (Fig. 48 e 49).



Fig. 48 – Trabalhos de colocação dos tabuleiros nas estantes, já na nova sala.



Fig. 49 – Aspecto geral da nova sala durante os trabalhos de colocação dos tabuleiros.

Foi um trabalho meticuloso e que requereu bastante cuidado no manuseamento dos tabuleiros, alguns deles com um peso significativo.

Além de uma adequada iluminação, a sala possui ainda janelas permitindo o arejamento necessário. O acesso às colecções será doravante disponibilizado através da respectiva solicitação para a visita e/ou consulta em estudos a desenvolver.

A conclusão destes trabalhos definiu uma área ampla com uma dupla função, de reserva (A) e de estudo e/ou investigação (B), conforme Fig. 43, reunindo assim as condições necessárias para o desenvolvimento de acções futuras de âmbito académico e científico. Recentemente esta nova sala recebeu uma placa com a devida identificação, nomeadamente:

“C249.C – DEPÓSITOS, Centro de Arqueologia e Centro de Estudos Clássicos”, conforme Fig. 50.



Fig. 50 - Atribuição da nova placa de identificação para a sala das colecções coloniais de arqueologia.

6.2. Laboratório e Gabinete

Estabelecidas as condições propícias para o estudo das colecções nas instalações da FLUL, descritas no ponto anterior, foram propostas pelo curador das mesmas, João Pedro Cunha Ribeiro e pela UNIARQ, duas acções no âmbito da creditação da disciplina “Trabalho de Campo e Laboratório” (Fig. 51), as quais tiveram desde logo uma forte adesão por parte dos estudantes da licenciatura em Arqueologia.

Lista do Trabalho de Campo e Laboratório do Ano Lectivo 2020-2021

Mais informação sobre os diferentes projectos em: www.uniarq.net

Projecto(s): Colecções da Arqueologia Colonial Portuguesa
Sítio(s): Vários (Laboratório na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Cronologia: Paleolítico
Datas: 07-06-2021 a 25-06-2021
Número de vagas: A determinar
Condições oferecidas: Creditação na disciplina de Trabalho de Campo e Laboratório (FLUL – 1º e 2º Ciclos); Certificado de participação
Direcção dos trabalhos: João Pedro Cunha-Ribeiro
Contacto(s): [João Pedro Cunha-Ribeiro, j.ribeiro@campus.ul.pt](mailto:João.Pedro.Cunha-Ribeiro@campus.ul.pt)
[Patricia Santos, patricia.a.santos@edu.ulisboa.pt](mailto:Patricia.Santos@edu.ulisboa.pt)
[Paula Nascimento, paulanascimento@campus.ul.pt](mailto:Paula.Nascimento@campus.ul.pt)

Fig. 51 - Divulgação pela UNIARQ da primeira acção desenvolvida no âmbito da creditação da disciplina “Trabalho de Campo e Laboratório”.

Com a sucessiva observação e análise dos artefactos, houve uma cada vez melhor capacidade de análise por parte dos alunos no decurso da acção, tanto no que respeita à identificação de matérias-primas utilizadas para a elaboração destes materiais líticos, como uma maior exactidão para a sua correcta classificação (Fig. 53 e 54).



Fig. 53 - Área de reserva, durante o decurso das duas acções.



Fig. 54 - Primeiro turno do “Trabalho de Campo e Laboratório”: área de estudo e/ou investigação, durante o decurso da acção.

O primeiro turno, coincidiu com a realização do “Dia Aberto UNIARQ-FLUL”, no dia 18 de Junho, inserido nas «Jornadas Europeias da Arqueologia 2021», pelo que houve o interesse de incluir esta acção no programa, sob o tema “*Visita aos bastidores das colecções da arqueologia colonial portuguesa*”. A divulgação foi efectuada pela UNIARQ na plataforma online (Fig. 55), tendo como intuito permitir o acesso do público em geral a este novo espaço de estudo académico, possibilitando ainda a observação dos trabalhos em curso desenvolvidos pelos alunos.



Fig. 55 - Divulgação efectuada pela UNIARQ, no âmbito do “Dia Aberto UNIARQ-FLUL” inserido nas «Jornadas Europeias da Arqueologia 2021».

O segundo turno desenvolveu-se entre os dias 28 de Junho e 16 de Julho, dando deste modo continuidade ao seguimento do número dos tabuleiros analisados.

No decorrer desta segunda acção foi efectuada por parte de um dos alunos, o início da informatização em base de dados *Excel* do registo das fichas elaboradas durante o primeiro turno, consistindo esta informação assim que esteja completa, numa base de inventário valiosa para consulta futura em estudos a desenvolver no âmbito desta estação arqueológica.

Refere-se ainda aqui, no dia 8 de Julho, a visita aos trabalhos em curso efectuada pela Directora do MUHNAC Marta Lourenço, acompanhada pelo curador das colecções, João Pedro Cunha Ribeiro e por Ana Godinho Coelho, contando ainda com a presença do Director da FLUL Miguel Tamen, aos quais foi efectuada a devida apresentação

deste novo espaço de estudo e investigação que agora se encontra com as condições adequadas para uma nova etapa.

Desta visita resultou a respectiva divulgação no *site* do MUHNAC⁶⁹ e na página das redes sociais do Museu⁷⁰ (Fig. 56) no dia 9 de Julho, mostrando por esta via ao público em geral, este novo espaço e a forma de tratamento destes materiais e das colecções coloniais de arqueologia em âmbito académico, nas instalações da FLUL.

Recentemente alguns artefactos líticos avulso têm também sido divulgados no *instagram* do MUHNAC.

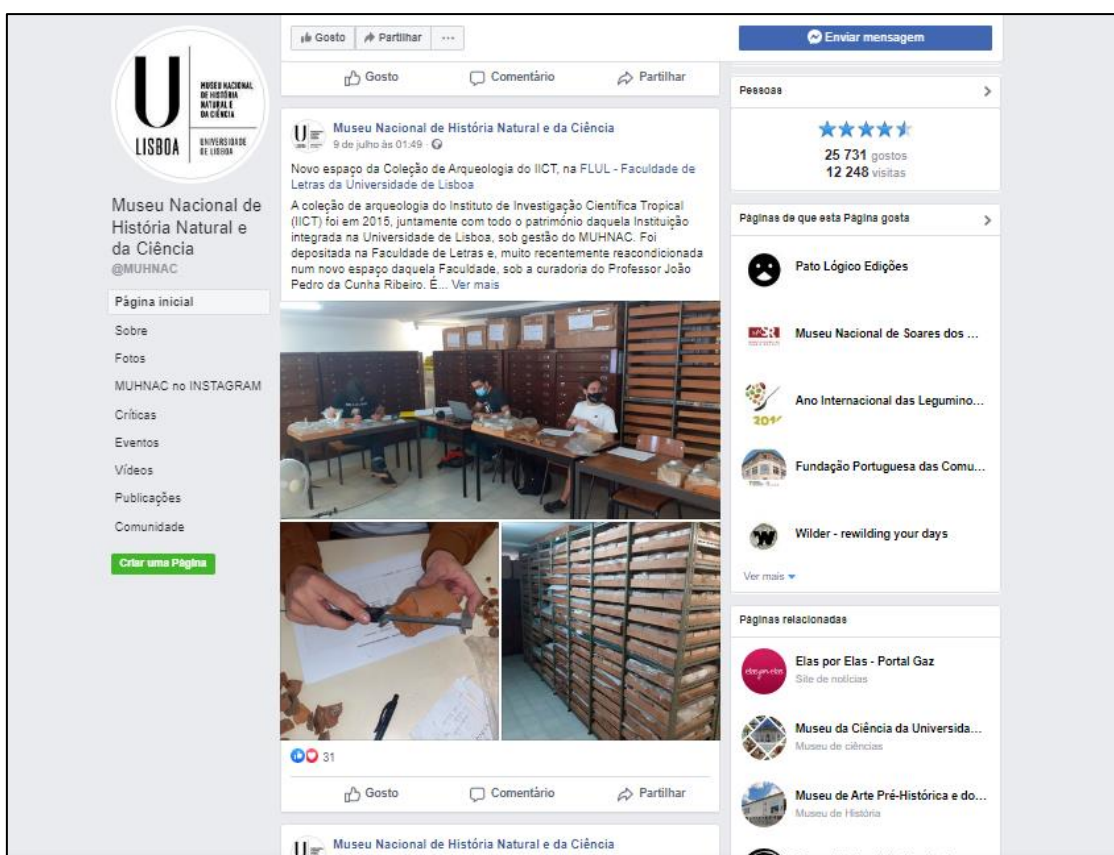


Fig. 56 - Divulgação das acções em curso nas redes sociais.

Durante as duas acções, que contaram com a participação de catorze alunos de arqueologia, foram analisados um total de 93 tabuleiros da estação arqueológica de Capangombe Velho (355-7), mais especificamente, os tabuleiros compreendidos entre

⁶⁹ <https://www.museus.ulisboa.pt/node/3560>

⁷⁰ <https://pt-pt.facebook.com/MUHNAC/>

os números 380 a 422 durante o primeiro turno, e do número 423 ao 474 durante o segundo turno, com o manuseamento total de mais de 20.000 artefactos líticos.

A realização destas duas acções de âmbito académico e inseridas na avaliação curricular do 1º ciclo do curso de arqueologia, revelaram ser uma excelente iniciativa na projecção futura destas colecções.

A oportunidade de acesso a este acervo evidenciou um balanço positivo, tanto pela possibilidade de uma abordagem directa aos materiais líticos, permitindo o seu manuseamento pelos estudantes, como também pelo contributo na informação de inventário recolhida a partir da análise destes artefactos.

A colaboração de alunos na classificação destes materiais em actividades como estas, é sem dúvida uma mais-valia à qual importa dar continuidade, permitindo simultaneamente suscitar o interesse nas colecções coloniais de arqueologia integrando-as futuramente em estudos mais aprofundados no âmbito dos 2º e 3º ciclos.

Este é sem dúvida, o início de uma nova e promissora etapa destas colecções, em prol da investigação e do conhecimento deste património de extraordinário valor arqueológico, ao qual faz todo o sentido permitir a acessibilidade e disponibilização ao meio académico e da investigação para a imprescindível produção científica de conhecimento, acessível a nível global.

7. Considerações finais

O tema «Colecções Coloniais de Arqueologia» pode ser abordado sob os mais variados aspectos. Contudo, o âmbito do presente trabalho pretendeu essencialmente reforçar a importância deste património, enquanto testemunho da arqueologia colonial portuguesa, numa fase de mudança e realçar o quanto há ainda por fazer para o seu reconhecimento e estudo aprofundado.

Inerentes aos materiais arqueológicos, estão diversos factores de índole política, cultural e económica, que determinaram o seu percurso. Com efeito, nos finais do século XIX, face ao conflito de interesses instaurado entre as principais potências europeias e ao desconhecimento científico relativo às colónias africanas que se encontravam sob o domínio português, proporcionou-se o início de uma série de viagens de exploração, nas mais variadas áreas.

O desenvolvimento das missões científicas no continente africano, durante o século XX, deveu-se sobretudo a questões ligadas directamente à política e à ciência, impulsionadas por académicos que procuraram destacar-se no seio erudito nacional e internacional, no qual o “saber colonial” conferia estatuto e reconhecimento científico.

Apesar de inicialmente a arqueologia não ter constituído a prioridade das missões, o facto é que esteve sempre presente, em grande parte devido ao interesse pessoal de quem estava no terreno a recolher testemunhos arqueológicos que progressivamente iam conferindo um maior prestígio académico, cumprindo, simultaneamente, os objectivos políticos nacionais.

Neste sentido, as profundas alterações políticas da primeira metade do século XX, desencadeariam um progressivo interesse nos territórios ultramarinos, a par da reestruturação das entidades que as promoveram, manifestada nas sucessivas designações que assumiram e sob as quais os principais intervenientes souberam retirar as vantagens propícias através de uma estratégia político-científica de grande notoriedade.

Na segunda metade do século XX, a arqueologia atinge uma maior importância e um estatuto mais visível nas missões científicas, factor determinante para a reunião do conjunto de testemunhos arqueológicos que integram as actuais colecções coloniais de arqueologia, conferindo a esses objectos a acção e o dinamismo dos seus protagonistas.

Com a criação do IICT e o estabelecimento das condições necessárias para o estudo do vasto espólio que integrava o CPHA, as colecções arqueológicas foram sendo alvo de

pesquisa e estudos científicos, embora parte destes materiais se tenham mantido inéditos por vários anos.

Importa porém lembrar que os materiais arqueológicos que integram estas colecções coloniais não foram recolhidos com a prioridade de exibição, mas sim a de recolha de testemunhos para constituir uma reserva de estudo e investigação, facto este que não lhes conferiu uma maior visibilidade.

Com a integração das colecções do IICT na Universidade de Lisboa em 2015, determinando que o espólio arqueológico ficasse à guarda da FLUL, sob a gestão do MUHNAC, era altura de proporcionar as condições necessárias para que este património continue a deter um papel activo na investigação, atendendo ao facto, do seu estudo exaustivo estar ainda por concluir. Na verdade, há ainda muito por fazer.

Além da necessária continuidade da produção científica, a qual tem sido mais notória nas últimas décadas, pretende-se ainda fomentar a cooperação académica internacional, com vista à partilha de informação e conhecimento.

No presente relatório são descritas as iniciativas levadas a cabo com o objectivo de conferir o reconhecimento merecido ao conjunto material das colecções que se encontram em fase de mudança, disponibilizando-o de uma forma mais eficaz a investigadores e também a alunos, através da sua crescente inclusão em estudos académicos.

De igual modo, urge tornar estas colecções mais acessíveis ao público geral, investindo numa maior visibilidade de comunicação e divulgação, tanto através da disponibilização online, como através da realização de um maior número de eventos e exposições que permitam o contacto directo com os materiais, proporcionando deste modo, a um nível mais abrangente, o acesso à informação e ao conhecimento deste valioso património.

Reunidas estas condições, é fundamental continuar a desenvolver projectos de investigação e estudos científicos que promovam e garantam a preservação e valorização deste legado único, como testemunhos fundamentais, ao serviço da ciência, para o estudo da Pré-História daqueles territórios.

8. Bibliografia

AA.VV. (2010) – Catálogo da Exposição “*Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1890-2010*”, Lisboa.

ABRANCHES, H. M. (1992) – “Relatório sobre as escavações de Kitala e Kamabangas”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 69-104.

AIRES-BARROS, L.; CANTINHO, M. (2015) – Separata «*Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-2015 – 140 Anos*», Sociedade de Geografia de Lisboa.

AMARAL, I. (1983) – “Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983)”, *Finisterra*, Vol. 18, n.º 36, pp. 327-331.

BREUIL, H.; JANMART, J. (1950) – *Les limones et graviers de l'Angola du Nort-Est et leur contenu archéologique*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 05.

CARDOSO, F. L. (1992) – “A arqueologia na Guiné-Bissau – Passado e perspectivas”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 47-56.

CARDOSO, J. L. (1999) – “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Al-madan*, IIª Série (8), pp. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2010/2011) – “O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *Homo Afer Taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, n.º 18, pp. 631-655.

CARDOSO, J. L. (2011) – “O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa”, in *ANAIS*, III Série, Vol. 2, Academia Portuguesa da História – Comunicação apresentada em sessão ordinária de 26 de janeiro de 2000, Lisboa.

CASANOVA, M. C.; COELHO, A. G.; PINTO, I. (2016) – “Georreferenciando quatro décadas de uma coleção arqueológica de Angola: um projeto para o futuro”, *Antrope* N.º 5, pp. 70-84.

CASANOVA, M. C.; ROMEIRAS, M. M. (2020) – “Legado das coleções científicas do Instituto de Investigação científica Tropical, Universidade de Lisboa: uma revisão crítica e perspectivas”, *Conservar Património*, vol. 33, pp. 1-12. (DOI: [10.14568/cp2018040](https://doi.org/10.14568/cp2018040))

CASTELO, I.F.R. (2014) – *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, Tese Mestrado apresentada à FLUL.

CLARK, J. D. (1963) – *Prehistoric cultures of northeast Angola and their significance in tropical África*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 62. 2 Vols.

CLARK, J. D. (1966) – *The distribution of prehistoric culture in Angola*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 73

CLARK, J. D. (1999) – “Encyclopedia of Pre-Colonial Africa: Archaeology, History, Linguistics, and Environments: A Review Article”, *Journal of Field Archaeology*, Vol. 26, pp. 443-453.

COELHO, A. G.; MOTA, P. F. (2010) – “Capangombe – Santo António (355-11): Uma Estação Lítica do Sudoeste de Angola”, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, Lisboa, pp. 106-109.

COELHO, A. G.; PINTO, I.; CASANOVA, M. (2014) – “A Coleção Arqueológica do IICT no Novo Milénio”, *Antrope*, N.º 1, pp. 6-22.

COELHO, A. G.; PINTO, I.; MARTINS, A. C. (2015) – “Percursos de Miguel Ramos (1932-1991) na arqueologia: síntese e perspectivas”, *Africana Studia*, N.º 24, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 145-160.

CONDE, P.; MARTINS, A.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C. (2015) – “Arqueologia em contexto colonial. Moçambique e Angola: entre a indiferença e a internacionalização”, *Perspetivas sobre Construir Ciência – Construir o Mundo*. Universidade de Aveiro, pp. 301-310.

CORRÊA, M. (1943) – *Raças do Império*, Portucalense Editora, S.A.R.L. Porto, pp. 625.

COSTA, L.M.N. (2013) – “Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação científica do Ultramar e Estado Novo”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, Vol. 3, Porto, pp. 41-58.

COSTA, M. S. (2020) – “Coleções das Missões Antropológicas – percursos, pertenças e ausências”, *Boletim ICOM Portugal*, Série III, N.º 15 (Dezembro), Lisboa, pp. 35-36.

DUARTE, J. B. (1992) – “Timor pré-colonial”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 57-68.

DUARTE, R. T. (1992) – “A importância dos estudos sobre o património cultural nos países em vias de desenvolvimento”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 37-40.

ERVEDOSA, C. M. N. (1967) – *A Estação Paleolítica da Baía Farta (Angola)*, Separata do Instituto de Antropologia «Dr. Mêndes Corrêa», Universidade do Porto.

ERVEDOSA, C. M. N. (1980) – *Arqueologia Angolana*, Ministério da Educação, República Popular de Angola, Luanda.

FABIÃO, C. (1999) – “Um Século de Arqueologia em Portugal – I”, *Al-madan*, IIª Série (8), pp. 104-126.

- FERRÃO, L. (1981) – “Contribuição para uma bibliografia sobre o quaternário e a Pré-história – Angola”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 4, pp. 73-78.
- FERRÃO, L. (1987) – “Contribuição para uma Bibliografia sobre o Quaternário e a Pré-história de Angola”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 6, pp. 81-86.
- FERREIRA, S. S. (2019) – “A colecção arqueológica do ISCED-Huíla: um projecto de investigação”, *Transversos: Revista de História*, n.º 15 (Abril), Rio de Janeiro, pp. 433-444. (DOI:10.12957/transversos.2019.41865)
- GAUTIER, A. (1995) – “Restes Animaux Holocènes et du Paléolithique Moyen (MSA) de la Grotte de Leba sur le Plateau de Humpata (Angola)”, *Archaeofauna* 4, pp. 131-141.
- GLOVER, I. (1986) – “Archaeology in Eastern Timor, 1966-67”, *Terra Australis* 11, The Australian National University, Canberra.
- GONÇALVES, C. *et al.* (2016) – “Mapping the Stone Age of Mozambique”, *Afr Archaeol Rev*, n.º 33, pp. 1-12. (DOI 10.1007/s10437-016-9212-4)
- GUTIERREZ, M. (2013) – “Pesquisas arqueológicas na Baía Farta (Benguela-Angola)”, *Africana Studia*, N.º 20, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 57-63.
- JANMART, J. (1946) – *Les stations paléolithiques de l'Angola Nort-Est. Analyse géologique, climatologique et préhistorique d'un sondage fait en bordure de la rivière Luembe (Angola du Nort-Est)*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 01.
- JANMART, J.; REDINHA, J. (1948) – *La station préhistorique de Candala (District de la Lunda, Angola du Nort-Est. As gravuras rupestres do Alto-Zambeze e a primeira tentativa da sua interpretação)*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 02.
- JORGE, V. O. (1974) – “Breve introdução à Pré-história de Angola” *Revista de Guimarães*, 84 (Jan.-Dez.), pp. 149-170.
- JORGE, V. O. (1975) – “Novas estações arqueológicas do Sudoeste de Angola”, *Revista de Guimarães*, Vol. LXXXV.
- LEAKEY, L. *et al.* (1949) – *Tentative study of the pleistocene climatic changes and stone-age culture sequence in north-eastern Angola*. Lisboa. Serviços Culturais da Companhia de Diamantes de Angola. Publicações Culturais da DIAMANG. 04.
- LOBATO, M. (2010) – “A *Comissão de Cartographia* e a Produção Científica Colonial Portuguesa da Monarquia Constitucional à I República (1883-1936)”, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, Lisboa, pp. 14-18.
- LUCAS, M. P.; CARDIM, P.; NETO, M. C.; ALMEIDA, E. C. (1992) – “Breves notas sobre a contribuição da missão antropológica do Centro de Antropobiologia e seus

antecessores na arqueologia de Timor”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 269-276.

MARÇAL, B. J. N. (2016) – *Um império projectado pelo “silvo da locomotiva”. O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*, Tese de Doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL.

MARÇAL, S. (ed.) (2020) – *Boletim ICOM Portugal – Histórias Custodiais*, Série III, N.º 15 (Dezembro), Lisboa.

MARTINS, A. C. (2010) – “A arqueologia nas Missões Científicas: *Ad Initium*”, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, Lisboa, pp. 99-105.

MARTINS, A. C. (2015) – “Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns) atores, espaços e projectos – o caso de Moçambique”, *Africana Studia*, N.º 24, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 129-143.

MARTINS, A. C. (2020) – “Coleções arqueológicas: percursos e recursos. Um breviário sobre as coleções do IICT”, *Um Novo Olhar sobre as Coleções: História Custodial*, in *Boletim ICOM Portugal*, Série III, N.º 15 (Dezembro), Lisboa, pp. 129-138.

MARTINS, R. S. (1976) – “A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe (Dembos, Angola)”, *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, Vol. IX, Fascículo 4, Instituto de Antropologia – Universidade de Coimbra.

MATEUS, A. M. (1952) – “Nota preliminar acerca da estação Pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)”, *Separata das Actas da «Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais em Bissau, 1947, vol. IV, 1ª parte»*, Ministério das Colónias – Junta de Investigações Coloniais, Lisboa, pp. 377-386.

MATEUS, A. M. (1954) – “Acerca da pré-história da Guiné”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. IX, nº 35, pp. 457-472.

MATOS, D. (2013) – *Tecnologia Lítica da Middle Stone Age da Gruta da Leba (Huíla, SW de Angola)*, Tese de Mestrado apresentada à FCHS - Universidade do Algarve.

MATOS, D. (2015) – “Review of the Stone Age Archaeology in Southwestern Angola”, *Africana Studia*, N.º 24, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 33-38.

MATOS, D.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; MARTINS, A.C. (2012) – *Neolithic Artifacts from Northern Angola: Revising the Data on an Ancient Collection at IICT*.

MATOS, P. V. F. (2012) – *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- MATOS, P. F. (2020) – “Modos de Fazer da «Antropologia Colonial»: A Missão Científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)”, *Modos de Fazer/Ways of Making* (coord. Vítor Oliveira Jorge), CITCEM, Porto, pp. 167-180.
- MÁXIMO, B. P. (2018) – “Pesquisas Arqueológicas em Angola: um balanço histórico”, *Revista África[s]*, Vol. 5, n. 9, pp. 153-170.
- MENESES, M. P. (1992) – “O mapa arqueológico de Moçambique (Idade da Pedra)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 221-234.
- MITCHELL, P. *et al.* (2002) – “Catalogue of Stone Age Artefacts from Southern Africa in the British Museum”, *The British Museum Occasional Paper*, No. 108, London.
- MORAIS, J. (1992) – “Fontes historiográficas e arqueologia em Moçambique”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 301-318.
- MORAIS, J. (1992a) – “Pós-escrito: breves considerações sobre os objectivos e as realizações da I Reunião de Arqueologia e História Pré-Colonial”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 557-560.
- MORAIS, J.; FERRÃO, L. (1987) – “Contribuição para uma bibliografia sobre Arqueologia e Pré-história de Moçambique”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 6, pp. 65-80.
- MOREIRA, A.C.L. (2012) – *Os Machados de Mão de Santo António – Capangombe no Acheulense de Angola*. Relatório de Seminário apresentado à FLUL.
- OLIVEIRA, N. V. (2011) – “75 Anos de Investigações Arqueológicas em Timor-Leste”, in Colóquio «Timor: Missões Científicas e Antropologia e Antropologia Colonial» (24-25 Maio 2011), IICT-Lisboa, pp. 1-27.
- PEREIRA, E. J. S. (2017) – *Actores, Colecções e Objectos: Coleccionismo Arqueológico e redes de circulação do conhecimento – Portugal, 1850-1930*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora.
- PEREIRA, F. A. (1908) – “Utensílios da época da pedra na Guiné Portuguesa”, in *O Archeologo Português – 1ª Série*, Volume XIII, pp. 5-6.
- PEREIRA, T. M. (2017) – “Fotografia e propaganda colonial. Notas sobre uma união de interesses na primeira década do Estado Novo”, *Comunicação Pública - Fotografia e Propaganda no Estado Novo Português*, Vol. 12, N.º 23 (<https://doi.org/10.4000/cp.1966>)
- PINTO, I.; COELHO, A.G. (2015) – “Redescobrimos estações arqueológicas à guarda do IICT”, *Africana Studia*, N.º 24, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 161-167.
- PINTO, I.; COELHO, A.G. (2015a) - “Estações Arqueológicas de Angola: na senda do passado, uma rota para o futuro” (Poster).

POLONI, R. J. S. (2011) – “A arqueologia e as Missões Antropológicas de Timor”, in Atas do Colóquio «Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial» (24-25 Maio 2011), IICT-Lisboa, pp. 1-7.

POLONI, R. J. S. (2012a) – *Expedições Arqueológicas nos Territórios de Ultramar: Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve.

POLONI, R. J. S. (2012b) – “Fragmentos do Império: um vislumbre sobre a Arqueologia ultramarina na Missão Antropológica da Guiné”, in *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*, (21-23 de Junho) Lisboa.

POLONI, R. J. S. (2013) – “A arqueologia e o encontro colonial: um passeio pelo mundo lusófono”, in *ANAIS I Semana de Arqueologia: “Arqueologia e Poder”* – Unicamp, Campinas.

POLONI, R. J. S. (2017) – “A autoridade através dos vestígios: a arqueologia na Missão Antropológica de Timor, 1953”, *Anuário Antropológico*, vol. 42, n.º 2, UnB, pp. 109-132 (DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1944>)

PORTO, N. (1999) – “Manageable Past: Time and Native Culture at the Dundo Museum in Colonial Angola”, *Cahiers d'Études Africaines*, Vol. 39 (155/156), pp. 767-787.

RAMOS, M. (1972) – “Algumas descobertas recentes no Sudoeste de Angola (Nota prévia)”, *Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 9 (1), Luanda, pp. 95-104.

RAMOS, M. (1973) – “Nota sobre a 1ª campanha de exploração arqueológica da área de Cabora Bassa”, in *Separata Garcia de Orta*, Série Antropológica 1 (1-2), Lisboa, pp. 43-46.

RAMOS, M. (1973a) – “Exploração Arqueológica na área de Cabora Bassa”, in *Separata de actas das II Jornadas Arqueológicas*, Vol. 1, Lisboa, pp. 7-16.

RAMOS, M. (1974) – “Acerca da Tipologia das Achas no Acheulense de Angola (O caso de Capangombe – Santo António)”, in *Memoriam António Jorge Dias*, Separata do Vol. III, Lisboa, pp. 313-321.

RAMOS, M. (1979a) – “Gravuras rupestres de Monte Negro (Angola)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 2, pp. 11-44.

RAMOS, M. (1979b) – “Contribution portugaise à l'étude archéologique de la vallée du Zambeze”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 2, pp. 45-52.

RAMOS, M. (1980a) – “Nota acerca de um esferóide, do tipo “bola”, encontrado na área do Hoque (Província do Lubango – Angola)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 3, pp. 11-14.

RAMOS, M. (1980b) – “Le gisement acheuléen de Capangombe – St. António (Angola)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 3, pp. 15-22.

RAMOS, M. (1980c) – “Contribuição para uma bibliografia sobre o quaternário e a pré-história de Angola”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 3, pp. 73-74.

RAMOS, M., RODRIGUES, M. C. (1978) – “Nota acerca de achados de cerâmica chinesa no Zumbo (Moçambique)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 1, pp. 59-68.

RAMOS, M. (1981) – “As escavações de Capangombe e os problemas da M.S.A. no Sudoeste de Angola”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 4, pp. 29-36.

RAMOS, M. (1982) – “Le Paléolithique du Sud-ouest de l’Angola – vue d’ensemble”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 5, pp. 43-52.

RAMOS, M. (1992) – “Manifestações tardias da arte rupestre “pré-histórica” no SW de Angola”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 7, pp. 235-244.

RAMOS, M., RODRIGUES, M. C. (1979) – “Projecto de remoção e reconstituição de uma torre de um forte português em África”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 2, pp. 53-70.

RAMOS, M.; RODRIGUES, M. C. (1980) – “Espólios sepulcrais timorenses”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 3, pp. 47-58.

REDINHA, J. (1987) – “Cerâmica Angolana Tradicional Polida e Ornada”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 6, pp. 61-64.

RODRIGUES, M. C. (1981) – “Acerca da metodologia da cerâmica da Idade do Ferro em Moçambique”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 4, pp. 61-72.

RODRIGUES, M. C. (1990/1992) – “*In memoriam*: [Miguel António Pires Fonseca Ramos]”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 8-10, (ed. 1997), pp. 9-15.

RODRIGUES, M. C. (1999a) – “Os primórdios da Investigação Arqueológica em Moçambique e o Prof. Santos Júnior. Um reconhecimento Arqueológico”, *Portugália*, Nova série, vol. XIX-XX (1998-1999), pp. 265-278.

RODRIGUES, M. C. (1999b) – “A importância da documentação histórico-arqueológica. A biblioteca – suporte ou resultado da investigação”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 17 (ed. 2001), pp. 273-299.

RODRIGUES, M. C. (2004) – *A arqueologia em Moçambique nas missões científicas da antiga Junta de Investigações do Ultramar de 1936-1972*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, M. C. (2006) – “A primeira cerâmica “tradicional recente” proveniente de Tete (Província de Tete, Moçambique)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 9, nº 1, pp. 197-223.

RODRIGUES, M. C. (2007) – “Artefactos líticos das “estações” dos terraços fluviais da margem sul do rio Zambeze – província de Tete, Moçambique: uma primeira abordagem”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 10. N.º 1, pp. 401-482.

RODRIGUES, M. C. (2009) – “Contribuição para a Arqueohistória comum de Portugal e de Moçambique: o recinto muralhado do Songo no contexto do estado do Mutapa - resultados da intervenção arqueológica (Província de Tete), Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, M. C. (2010) – *A presença portuguesa no Vale do Zambeze – Zumbo e Cachomba – Província de Tete – Moçambique. Estudo Arqueohistorico*. Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.

RODRIGUES, M. C. (2012) – “Missão Antropológica e Etnológica da Guiné: objectivos e resultados”, in *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência*, (21-23 de Junho) Lisboa.

ROQUE, A. C. (2002) – “Espólio da Missão Antropológica de Moçambique. Parte I, Apresentação dos materiais arqueológicos do espólio”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 8, pp. 7-45.

ROQUE, A. C. (2010) – “Missão Antropológica de Moçambique: Antropologia, História e Património”, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, Lisboa, pp. 84-89.

ROQUE, A. C. (2011) – “O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento”, *Africana Studia*, N.º 17, ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 103-112.

ROQUE, A. C.; FERRÃO, L. (2002) – “Notas para um inventário do património histórico-cultural de Timor Lorosa'e”, in *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas*, Vol. 1, pp. 367-379.

ROQUE, A. C.; FERRÃO, L. (2004) – “As Teias da História. Importância e contributo dos inventários de materiais para o conhecimento e (re)construção da História de Moçambique”, *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais «A Questão Social no Novo Milénio»* (Coimbra - 16, 17 e 18 de Setembro de 2004), pp. 1-19.

ROQUE, A. C.; FERRÃO, L. (2011) – “Contribution for the knowledge and study of the historic cultural heritage of East-Timor”, *Bhl - Blogue de História Lusófona*, Ano VI (Maio), pp. 121-140.

ROQUE, A. C.; MARQUES, V. R.; FERRÃO, L. (2011) – “Missão Antropológica de Timor: materiais e documentação no Instituto de Investigação Científica Tropical”, in *Atas do Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial* (24 e 25 de Maio de 2011), AHU, pp. 1-13.

ROQUE, A. C.; TORRÃO, M. M.; MARQUES, V. R. coord. (2013) – *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do saber e da ciência*, Edição: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

SANTOS, F.M.V. (2015) – *Missão de estudos arqueológicos no Sudoeste de Angola (MEASA), em 1966 - Contributo para a sua divulgação*, Tese de Mestrado apresentada no ISCTE-IUL, Lisboa.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1940) – *Pré-História de Moçambique*, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Porto.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1950) – “Carta da pré-História de Moçambique”, in *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4ª Secção-Ciências Naturais*», Tomo V, Porto, pp. 648-656.

SANTOS JÚNIOR (1982) – “A Sociedade Portuguesa de Antropologia e o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Fasc., Vol. 24, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp. 189-209.

SANTOS JÚNIOR, J. R.; ERVEDOSA, C. (1978) – “As Pinturas rupestres da Galanga (Angola)”, *LEBA: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, N.º 1, pp. 11-58.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (1998) – “The Swahili Interface, urban trajectories and state formation in East Central Africa (c. 700-1700)”, *Cultures of the Indian Ocean*. IPM – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 129-138.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; MARTINS, A.C.; CASTELO, I.; EVANGELISTA, B.M. (2013) – *Early Iron Age Spreadin to Northern Mozambique: Revising the Data from the Mozambique Anthropological Missions (1946)*.

SERRA, F. (2016) – “Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns”, in *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, vol.5, n.º1, (Jan./2016 - Jun./2016).

SEVERO, R. (1890) – “Primeiros Vestígios do Período Neolítico na Província de Angola”, publicado na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*.

SHAW, T. (1989) – “Archaeology: Looking Back and Looking Forward”, *The African Archaeological Review*, Vol. 7, pp. 3-31.

VASCONCELOS, J. L. (1913) – “Instrumentos preistóricos da África Portuguesa”, in *O Archeologo Português – 1ª Série*, Volume XVIII, pp. 174-177.

9. Anexos

Missão Científica	Instituição/ Recolha	Depósito	Descrição	Depósito FLUL	Estudos académ.	Publicações científ. (artefactos)
MAE / MAM (6 campanhas: 1936/37-38/ 45/46/48/ 55-56)	JMGIC Identificação de 96 estações arqueológicas: prospecção e escavação (Primeira identif.: Estação Lítica de Marissa-Tete) - Chefia de Santos Júnior (sob orientação de Mendes Correia)	IA-FLUP (1936-1988) CPHA-IICT (1988-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 9.613 artefactos (7.728 líticos da Idade da Pedra; 1.773 fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro; restantes diversos)	Armários MAM Total de 37 tabuleiros [n.º 1 a 10, 11, 13, 24, 25, 30 a 35 a 50, 51, 68, 164]		(Rodrigues, 1999; 2006; 2007); (Roque, 2002) (Roque; Ferrão, 2004) (Senna-Martinez; Martins; Castelo; Evangelista, 2012)
MAEG (2 campanhas: 1945-46/47)	JIC (Gruta de Nhampassaré) - Chefia de Amílcar Magalhães Mateus (sob orientação de Mendes Correia)	IA-FLUP (1947-2007) CPHA-IICT (2007-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 1.988 artefactos (líticos e cerâmica) Gruta de Nhampassaré: 1.951 artefactos	Armários MAM		(Mateus, 1952) (Rodrigues, 2012) (Senna-Martinez, <i>et al.</i> , 2014)
MAA (4 campanhas: 1948/50/52/55)	JIU Identificação de 295 estações arqueológicas: prospecção e escavação (Gruta da Leba-Huíla 1950/53, colaboração de José Camarate França) - Chefia de António de Almeida	CPHA-IICT (19...-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 12.390 artefactos líticos Gruta da Leba: c. 1.500 artefactos líticos	Total de 139 tabuleiros [n.º 108, 110 a 114, 116 a 140, 224 a 323, 325 a 331]	(Matos, 2013)	(Vasconcelos, 1913) (Martins, 1976) (Ervedosa, 1967; 1980) (Redinha, 1987) (Coelho; Pinto; Casanova, 2014)
MAT (1953-1975)	JMGIC Identificação de 20 estações arqueológicas: prospecção e escavação - Chefia de António de Almeida	CPHA-IICT (19...-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 1.741 artefactos (líticos e cerâmica)	Total de 33 tabuleiros [n.º 84 a 107, 143 a 151]	(Poloni, 2012)	(Roque; Ferrão, 2002) (Roque; Marques; Ferrão, 2011)
Colecção Correia de Campos (1930-1933)	Doação do Capitão José Augusto Correia de Campos (recolhas em contexto de sepultura)	Particular (1930-1933) MMG-FCUL (1933-1970) CPHA-IICT (1970-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 154 artefactos (cerâmica, ossos e objectos de adorno)	Palácio Calheta		(Ramos; Rodrigues, 1980)

MEASA (1 campanha: 1966-67)	JIU Identificação de 27 estações arqueológicas: prospecção e escavação (355-7: Capangombe Velho; 355-10: St. António- Caconge; 355-11: St. António-Capangombe; Baía Farta - Chefia de Miguel Ramos	CPHA-IICT (1966-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 110.119 artefactos líticos 355-7: > 102.000 artefactos líticos 355-11: 1776 artefactos líticos	Total de 368 tabuleiros [Estação 355-7: n.º 327 ao 330, 380 a 658, 660, 697; Estação 355-11: n.º 324, 332 a 379; restantes: n.º 141, 142, 659, 661 a 695]	(Moreira, 2012) (tese de mestrado ainda em desenvolvimento na FLUL)	(Ramos, 1972; 1974; 1980b; 1981) (Coelho; Mota, 2010) (Coelho; Pinto; Casanova, 2014)
BEPAVZ (2 campanhas: 1971/72)	JIU Acompanhamento arqueológico da construção da barragem de Cahora-Bassa (Songo; Forte Velho II; Forte D. José; Forte D. Afonso; Forte de Cachomba) (Estação Lítica de Cachomba) - Chefia de Miguel Ramos	CPHA-IICT (1971-2015) FLUL (2015-2021)	Total de 1.128 artefactos (líticos e cerâmica) 1.076 frag. Cerâmica*	Total de 46 tabuleiros [n.º 14 a 17, 18 a 20, 21 a 23, 26 a 29, 52 a 67, 69 a 79, 81 a 83, 168]	(Rodrigues, 2004); (Castelo, 2014)*	(Ramos, 1973; 1973a)
Portugal	- Várias estações arqueológicas	FLUL (2015-2021)	Indeterm.	Total de 51 tabuleiros [n.º 115, 130, 152, 153, 165, 166, 167, 169 ao 179, 182 ao 207, 213 a 215, 219, 221 a 223]		
Outros	- Diversos	FLUL (2015-2021)	Indeterm.	Total de 23 tabuleiros		

ANEXO I - Quadro geral: Coleções Coloniais de Arqueologia, com indicação de proveniência, depósito, número de artefactos e de tabuleiros e breve bibliografia.